

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



João António Dias Freire

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXVII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

Mediated Crowds:
O Papel das Redes Sociais e os Novos Desafios
para a Segurança Interna

Orientador:

Professor Doutor Felipe Pathé Duarte

Lisboa, 24 de abril de 2015



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



João António Dias Freire

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

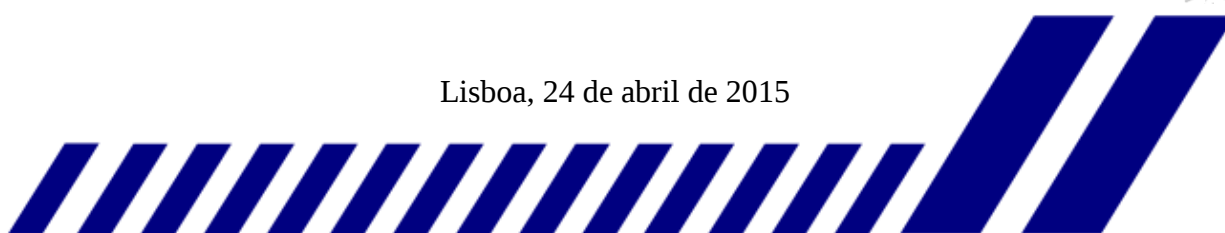
XXVII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

Mediated Crowds:
O Papel das Redes Sociais e os Novos Desafios
para a Segurança Interna

Orientador:

Professor Doutor Felipe Pathé Duarte

Lisboa, 24 de abril de 2015



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais e Segurança Interna, sob orientação científica do Professor Doutor Felipe Pathé Duarte.

Dissertação redigida ao abrigo do novo Acordo ortográfico.

À minha irmã pelas gargalhadas e todo o afeto!

À minha família pela educação, apoio e carinho!

“Torturar corpos é menos eficaz que moldar mentes”

(Castells, 2013)

Agradecimentos

Esta investigação constitui a etapa final do Curso de Formação de Oficiais de Polícia. Assim sendo, e tratando-se do culminar de cinco anos de esforço e dedicação, não só individuais, existindo outras pessoas envolvidas, de forma direta ou indireta, cujo esforço, o empenho e a disponibilidade contribuíram para o sucesso desta etapa.

À minha família, em especial aos meus pais e à minha irmã, por toda a educação, carinho e suporte ao longo de toda a minha vida, que me transmitiram valores fundamentais pelos quais me prezo e me auxiliam, quotidianamente, na forma como lido com as pessoas e enfrento as dificuldades que vão surgindo no meu percurso.

À Fabiana por todo o amor e sacrifício, nesta fase trabalhosa da minha vida, recebendo-me, sempre, com um sorriso na cara e uma palavra de incentivo.

Ao XXVII Curso de Formação de Oficiais de Polícia, por toda a camaradagem e troca de experiências vivida no decorrer desta caminhada. Em especial, à Elisabete, ao Tiago, ao Roberto, ao Ricardo, ao Luís e ao Rui pela entreajuda e amizade nos bons e nos maus momentos.

Ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e a todas as pessoas que permitem o bom funcionamento e o bom nome desta casa, pela hospitalidade com que me receberam neste período académico.

Aos entrevistados e a todos aqueles que auxiliaram na execução deste trabalho final, nomeadamente ao Exmo. Sr. Intendente Alexandre Coimbra, ao Exmo. Sr. Subintendente Paulo Flor, ao Exmo. Sr. Comissário João Carvalho e Exmo. Sr. Inspetor Superior César Inácio, pela disponibilidade e pela colaboração.

Ao Sr. Professor Doutor Felipe Pathé Duarte, pelo incentivo e colaboração.

E a todos aqueles, que mesmo não tendo sido nomeados nestes breves agradecimentos, mas que, de uma forma ou de outra, jamais serão esquecidos pelo seu contributo, não só na realização deste trabalho, mas também para a minha formação enquanto pessoa.

Resumo

Numa sociedade globalizada e em rede, onde as barreiras entre espaço e tempo se difundem, novos fenômenos sociais surgem associados à própria evolução do mundo. O surgimento da *internet* e as novas ferramentas de interação, tais como as redes sociais possibilitam a partilha de mensagens, interesses, ideais e até sentimentos, como nunca antes vimos, permitindo a difusão global dos mesmos e a agregação de pessoas pelos seus próprios interesses. Ultimamente, e relacionados com os atuais problemas sociais, os eventos que envolvem multidões tornam-se, cada vez mais presentes na nossa sociedade. Associado a estas novas agregações de pessoas, um novo fenômeno de multidão emerge, denominado *mediated crowds* que se caracterizam por serem um fenômeno onde se erguem multidões espontâneas, agregadas, organizadas e coordenadas a partir dos *social media* e das redes sociais. Estas ocupam uma nova concepção de espaço público, disfrutando da invisibilidade das redes para se juntarem e organizarem e, beneficiam da utilização do espaço físico para se fazerem mostrar e levarem a cabo os seus intentos. Para além do impacto que uma multidão tem só por si associado, também certos agentes estranhos, normalmente pertencentes a fações mais radicais, acabam por se aproveitar das mesmas para destabilizarem e comprometerem a segurança interna. Nesta senda, torna-se imprescindível a compreensão das *mediated crowds*, para percebermos o impacto que estas têm na ação policial, nomeadamente na ação da Polícia de Segurança Pública.

Palavras-chave: Globalização; Sociedade em rede; Redes Sociais; *Mediated crowds*; Polícia de Segurança Pública.

Abstract

In a globalized and networked society where the barriers between time and space become widespread, new social phenomena emerge associated to the evolution of times. The rise of *internet* and the new interaction tools, such as social networking, enable the sharing out of messages, interests, ideas and emotions as never seen before, allowing their global dissemination and people's aggregation by their own interests. Lately, and related to current social problems, events involving crowds become increasingly present in our society. Connected to these aggregations of people a new phenomenon of masses emerge, designed mediated crowds that can be characterized as a phenomenon where spontaneous crowds, aggregated, organized and coordinated from the social media and the social networks. These take a new notion of public space making the best use of the networks invisibility to join and organize and using physical space to show themselves and carry out their objectives. Besides the impact a crowd has by itself, also many strange agents among the most radical factions take advantage to destabilize and forfeit homeland security. So, it is urgent to understand these mediated crowds to realize their impact in the police action, in particular in the *Polícia de Segurança Pública* action.

Keywords: Globalization; Network society; social networks; Mediated crowds; *Polícia de Segurança Pública*.

Lista de Siglas

ASE	-	Academia Sindical Europeia
CDN	-	Curso de Defesa Nacional
DIP	-	Departamento de Informações Policiais
DLG	-	Direitos, Liberdades e Garantias
DUDH	-	Declaração Universal dos Direitos do Homem
EEI	-	Elementos Essenciais de Informação
FMI	-	Fundo Monetário Internacional
FSS	-	Forças e Serviços de Segurança
G7	-	Grupo dos sete
IP	-	<i>Internet Protocol</i>
M12M	-	Movimento 12 de março
M15O	-	Movimento 15 de outubro
ONG	-	Organização Não Governamental
OTAN	-	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PSP	-	Polícia de Segurança Pública
SCOT	-	Sistema de Contraordenações de Trânsito
SEF	-	Serviços de Estrangeiros e Fronteiras
SEI	-	Sistema Estratégico de Informação
TIC	-	Tecnologias de Informação e Comunicação
URSS	-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZUS	-	Zonas Urbanas Sensíveis

Índice

Agradecimentos	I
Resumo	II
Abstract.....	III
Lista de Siglas.....	IV
 Introdução	 1
Metodologia.....	3
 Capítulo I - Contextualização da sociedade contemporânea	 5
1. O atual paradigma mundial.....	5
1.1 Os meios de comunicação e a globalização.....	6
2. As várias perspetivas sobre a globalização.....	7
2.1 Perspetiva hiperglobalista.....	8
2.2 Perspetiva cética	8
2.3 Perspetiva transformacionalista	9
3. A globalização e os seus efeitos	11
3.1 Conceito de globalização.....	11
3.2 Alterações a nível económico.....	13
3.3 Alterações a nível ambiental.....	15
3.4 Alterações culturais e políticas	17
4. A ascensão da sociedade em rede.....	19
 Capítulo II – Contemporaneidade e as <i>mediated crowds</i>	 24
1. <i>Social media</i> e redes sociais	24

1.1 <i>Social media</i>	24
1.2 Redes sociais	26
2. Redes sociais e sua capacidade de mobilização de massas	27
3. Nova conceção de espaço público	29
4. Das multidões tradicionais às <i>mediated crowds</i>	30
4.1 Público	32
4.2 Multidão tradicional	33
4.3 <i>Online crowds</i>	34
4.4 <i>Mediated crowds</i>	34
5. Emergência das <i>mediated crowds</i>	37
5.1 Modelo de propagação e adesão do conteúdo via <i>online</i>	39
 Capítulo III – Novos fenómenos sociais promovidos pelas redes sociais e a PSP.....	43
1. Exemplos de <i>mediated crowds</i>	43
1.1 As “Primaveras Árabes” e os “Indignados”	44
1.2 Os <i>meets</i>	47
2. A importância das redes sociais na ação da PSP	51
2.1 Direito de reunião e manifestação	51
2.2 Operações de Segurança da PSP	53
2.3 As redes sociais, a informação e a ação da PSP	54
2.3.1 Período antecedente ao evento	54
2.3.2 O decurso do evento	55
2.3.3 O pós evento.....	55
3. Novos desafios para a segurança interna	56
 Conclusão	60

Lista de Referências.....	64
Apêndice A – Entrevista ao Exmo. Intendente Alexandre Coimbra.....	75
Apêndice B – Entrevista ao Exmo. Subintendente Paulo Flor	82
Apêndice C – Entrevista ao Exmo. Comissário João Carvalho	92
Apêndice D – Entrevista ao Exmo. Inspetor Superior César Inácio	102
Anexo I – Tabela com várias definições de globalização	106
Anexo II – Gráfico comparativo de crescimento entre países industrializados e em vias de desenvolvimento.....	108
Anexo III – Gráfico de tendências do nível de pobreza	108

Introdução

A globalização possibilitou o desenvolvimento da atual sociedade de forma abrupta, trazendo consigo várias alterações. De acordo com Giddens (2006), estas alterações afetam todo o nosso quotidiano, desde a mais íntima relação familiar até à mais ínfima relação laboral, influenciando todo o panorama desde a religião à economia, passando até pela própria língua. Segundo o mesmo autor, apesar de não haver uma percepção concreta da dimensão deste fenómeno, a prova da sua existência é a presença da palavra nos mais variados idiomas. A globalização “apareceu não se sabe de onde, para chegar a quase todos os sítios” (Giddens, 2006, p. 20).

Numa sociedade globalizada, baseada em redes tecnológicas de comunicação numa ótica de muitos para muitos, conhecida como sociedade em rede, surgem novas ferramentas que, pelas suas características, cativaram rapidamente a generalidade da sociedade, tais como as redes sociais (Castells, 2013). Na perspetiva de Cardoso, Castells, Abranches e Urbano (2006), este modo de organização da sociedade favorece a disseminação de novas ideias, o fortalecimento de valores, bem como a partilha de interesses e até de sentimentos em tempo real, aproveitando a difusão de barreiras espaço-temporais.

A *internet* e as redes sociais vieram alterar, consideravelmente, não só a forma como as pessoas comunicam, como inclusive tornaram o mundo num espaço mais aberto e livre, com informação de todo o tipo, disponível em tempo real à distância de um simples clique.

As redes sociais, hoje em dia, não passam despercebidas e têm um peso mediático considerável na sociedade. Nos dias correntes, a generalidade das pessoas possui, pelo menos uma conta ou perfil numa rede social. Para além disso, tudo é publicado nas redes, incluindo fotos, vídeos, mensagens. A partilha de interesses e conteúdos tornou-se uma prática vigente nas redes sociais, e dado o alcance global da comunicação, esta chega em tempo real a qualquer parte do mundo, estando acessível através de um aparelho com ligação à *internet*. Aqui, também os *smartphones*¹ desempenham um papel de relevo, uma vez que, a sua disseminação, confere a qualquer indivíduo uma capacidade de portabilidade e acessibilidade como nunca antes havia sido experimentada. Tudo isto, proporciona à

¹ De forma resumida, *smartphones* são “dispositivos programáveis que convergem mobilidade e conectividade” (Rodrigues, 2009, p. 19). Segundo Rodrigues (2009), a tradução do termo para telefone inteligente já não é suficiente, uma vez que a enormidade de funções que estes dispositivos possuem já os transformaram mais num computador portátil do que num telemóvel.

população mundial a possibilidade de escolha e agregação consoante os seus próprios interesses ou ideais.

Numa sociedade cada vez mais informada e ciente dos seus direitos, é natural que as demandas sejam mais elevadas, sendo que os problemas contemporâneos, como, por exemplo, as desigualdades financeiras e a corrupção tornam-se cada vez mais o centro das atenções da população. Hessel (2011) refere que para haver um motivo de indignação bastava olhar em nosso redor.

Num mundo em que o espaço virtual tem vindo a ganhar cada vez mais importância, novos eventos de multidão emergem e surge um novo fenómeno de multidões teorizado por Baker (2011), designado de *mediated crowds*. Estes caracterizam-se por serem fenómenos onde multidões surgem de forma espontânea. As mesmas são agregadas, organizadas e coordenadas a partir dos *social media* e das redes sociais ocupando, não só o espaço virtual, como também o espaço físico, que por sua vez, tem uma simbologia consoante o motivo da concentração dos indivíduos.

Recentemente, e associados aos problemas atuais que existem um pouco por todo o mundo, despontam novos fenómenos baseados na insatisfação perante certas situações, causando controvérsia a um nível global, cujas multidões a eles associadas podemos definir como *mediated crowds*. Estes fenómenos mobilizam pessoas de uma forma nunca antes possível e as redes sociais mais conhecidas, tais como o *Facebook* e o *Twitter* assumem um estatuto predominante, pois muitas vezes, são elas o meio de comunicação através do qual os indivíduos se conhecem, interagem e pelo qual se coordenam.

As *mediated crowds*, numa sociedade globalizada e em rede, disseminam-se e chegam até Portugal, onde a Polícia de Segurança Pública (PSP) como Força de Segurança com jurisdição nas principais cidades portuguesas, acaba por ter de lidar, de forma quase permanente, com as mesmas. Torna-se então premente o estudo deste fenómeno para uma instituição como a PSP, uma vez que esta tem responsabilidades em matéria de segurança interna e na garantia dos Direitos, Liberdades e Garantias (DLG) dos cidadãos.

A nossa investigação tem como pergunta de partida a seguinte: Será que as *mediated crowds* representam um novo desafio para a segurança interna?

Deste modo, com este trabalho os nossos objetivos passam por avaliar qual o papel das redes sociais na agregação destas mesmas multidões. Para além disso, é nossa intenção definir em que medida as redes sociais podem ser importantes para a ação da PSP perante este novo fenómeno. Por fim, pretendemos enunciar quais os novos desafios advindos destas mesmas *mediated crowds* para a segurança interna.

Em termos de estrutura, a nossa investigação inicia com um primeiro capítulo mais geral, de forma a contextualizá-la, na tentativa de percebermos a influência da globalização e desta nova forma de organização societal em rede na emergência de novos fenómenos sociais.

Num segundo capítulo, analisamos pormenorizadamente e distinguimos as novas ferramentas tecnológicas como os *social media* e as redes sociais. Definimos um novo conceito de espaço público híbrido, resultante da evolução da sociedade ao longo dos anos que conjuga o espaço virtual com o espaço físico. O cerne do nosso trabalho encontra-se neste segundo capítulo, onde abordamos a evolução dos fenómenos de multidões, até às *mediated crowds*, sendo nosso desígnio esclarecer a forma como estas emergem e se afiguram.

No terceiro e último capítulo, identificamos exemplos de fenómenos que se enquadram como *mediated crowds*, com o intuito de percebermos o alcance dos mesmos para a segurança interna e, consequentemente para a ação da PSP. Posteriormente, analisamos de que forma as redes sociais podem ser utilizadas na ação da PSP e quais os desafios resultantes deste novo tipo de multidões para a segurança interna.

Metodologia

Esta investigação, inserindo-se no campo epistemológico transversal das Ciências Policiais, caracteriza-se por algumas incursões na área da Sociologia e da Ciência Política.

Sendo este tema ainda pouco explorado, não existindo muita doutrina sobre o mesmo, este estudo afigura-se de natureza iminentemente exploratória.

Assim, na nossa investigação optamos por uma abordagem qualitativa quanto ao tema em estudo, na tentativa de “compreender a situação sem impor expectativas prévias ao fenómeno estudado” (Mertens, 1998, p. 160). Ao contrário da abordagem quantitativa, a qualitativa demonstra-se, segundo Bogdan e Biklen (1994) de natureza descritiva, baseando-se em palavras. A construção teórica é caracterizada por um processo indutivo e sistemático, num procedimento inverso ao que ocorre na investigação de carácter quantitativo (Creswell, 1994).

Na tentativa de corresponder aos objetivos deste trabalho recorreremos a fontes primárias e secundárias, nomeadamente, a entrevistas e a bibliografia. Consideramos que estes são os instrumentos científicos mais adequados de forma a explorar e a aprofundar o nosso conhecimento (Sarmento, 2013).

Com o intento de tornar o nosso estudo mais interessante, enquadrámos alguns dos fenómenos sociais recentes que envolveram multidões como *mediated crowds*. Deste modo, procedemos à análise de estudos caso, que de acordo com Yin (1988, citado por Carmo & Ferreira, 2009, p. 234) consistem “numa abordagem empírica que investiga um fenómeno atual no seu contexto real; quando os limites entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidentes; e no qual são utilizadas muitas fontes de dados”. Nesta averiguação, “utilizam-se diferentes técnicas de recolha de dados tais como (...) a análise documental” (Carmo & Ferreira, 2009, p. 236). Recorremos ao método crítico “que se baseia na observação crítica dos acontecimentos” (Sarmiento, 2013, p. 4) e definimos quais os requisitos fulcrais para que fenómeno de multidão se considere como uma *mediated crowd*, para conseguirmos enunciar alguns exemplos dos mesmos, a partir de fontes bibliográficas.

Na tentativa de responder da melhor forma, no que respeita às implicações das *mediated crowds* para a segurança interna e em que medida as redes sociais podem ser importantes para a ação da PSP, recorremos a entrevistas. Estas caracterizam-se pelo “contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores”, fornecendo o investigador de “informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 192). As entrevistas efetuadas foram do tipo semidiretivo, para as quais foi elaborado um guião, a partir do qual se pretende obter informação útil por parte dos entrevistados (Quivy & Campenhoudt, 2005). Quando pertinentes, foram solicitados “esclarecimentos adicionais ao entrevistado” (Sarmiento, 2013, p. 34).

No que concerne às entrevistas, contamos com três especialistas da temática pertencentes à instituição PSP: Alexandre Coimbra, Intendente da PSP, pós-graduado em Gestão Estratégica da Comunicação e com trabalho desenvolvido na área das redes sociais e a mobilização política e social; Paulo Flor, Subintendente da PSP, especialista em Relações Públicas; João Carvalho, Comissário da PSP, responsável por matérias relativas à análise de informações na PSP. Realizamos também uma entrevista ao Inspetor Superior da carreira de investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) César Inácio, Diretor Regional do Centro do SEF, licenciado em Relações Internacionais. Esta demonstrase uma mais-valia para o presente trabalho de investigação, uma vez que nos proporciona obter uma perspetiva externa à PSP.

A informação recolhida é tratada através da análise de conteúdo, pois “oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p. 227).

Capítulo I - Contextualização da sociedade contemporânea

Neste primeiro capítulo, é nosso propósito iniciar a nossa investigação com um enquadramento ao tema, com intuito de perceber a evolução da sociedade ao longo dos últimos tempos. Desta forma, consideramos que é um fenómeno chave que impulsionou a evolução societal como hoje a conhecemos. Abordamos, de forma abrangente, todas as alterações que ocorreram no nosso mundo, permitindo o aparecimento de novos fenómenos a nível social. A organização em rede da sociedade contemporânea é outros dos aspetos desenvolvidos.

1. O atual paradigma mundial

O mundo moderno pauta-se pela constante e rápida transformação, tendo nas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), o impulso para alterações de fundo em todas as nossas vivências diárias.

De acordo com Castells (2007), a globalização está a transformar o nosso mundo. Este autor aponta como aspetos positivos desta: a possibilidade que nos dá em melhorar a nossa capacidade produtiva, a criatividade cultural e o potencial de comunicação; e como negativos, a privação das sociedades de direitos políticos e privilégios. Este autor, faz ainda o paralelismo entre as instituições do Estado e as organizações da sociedade civil (que se fundamentam na cultura, história e geografia) com a desintegração aos atuais mecanismos de controlo social e de representação política, que têm acontecido juntamente com a repentina aceleração do tempo histórico aliado à abstração do poder numa rede de computadores. O autor acrescenta que o mundo se torna grande de mais para ser controlado e as pessoas que nele habitam ressentem-se da perda de controlo sobre as suas próprias vidas, o seu meio, os seus empregos, as suas economias, os seus governos e em última análise, sobre o destino do planeta.

Fala-se de globalização em inúmeros contextos, podendo-se afirmar que: o processo de globalização abrange uma variedade de fenómenos, tem gerado impactos diferenciados em diversas áreas - económico-financeira, comercial, cultural, social, entre outras, mostra-se atravessado por um certo grau de ambivalência ou imprecisão, revelando-se como uma configuração histórica altamente contraditória. (Mancebo, 2002, p. 289)

Nesta mesma linha de raciocínio, a globalização é um fenómeno diversificado que reestrutura, de maneira profunda, as nossas formas de viver enquanto humanidade e indivíduo, a vários níveis, tais como economia-eletrónica global, ciência e tecnologia, relações interpessoais (p. e. casamento, sexualidade), cultura e tradição, religião e política (Giddens, 2006).

Ainda que haja uma diversidade de esforços de conceituação e interpretação por autores de diferentes áreas sobre o processo da globalização, este revela-se como uma configuração histórica altamente contraditória. No entanto, quanto ao se estar diante de uma nova era do capitalismo e que, no séc. XX (mais propriamente nos últimos 30 anos), o mundo entrou num ciclo de uma história global, existe um elevado consenso entre os autores (Mancebo, 2002).

Tal como refere Stefanović (2008), a teoria da globalização é, nos dias de hoje, uma temática extremamente controversa que tem gerado um debate intenso e multidisciplinar. Nesta discussão uma infinidade de participantes tomam parte e uma multiplicidade de visões confrontam-se em enérgicos duelos intelectuais tentando chegar à definição mais completa sobre o que é afinal a globalização.

1.1 Os meios de comunicação e a globalização

Tal como defendem Campos e Canavezes (2007), a globalização, apesar de não ser um conceito inteiramente novo, tendo em conta a sua história e a sua continuidade, as novas dinâmicas que o caracterizam, traduzem-se numa transformação nunca antes testemunhada.

O termo “globalização” surge associado à expressão “aldeia global” idealizada por McLuhan (1969), na tentativa de compreender a verdadeira influência dos meios de comunicação de massa na nossa sociedade (McLuhan & Powers, 1989).

Campos e Canavezes (2007) referem, tendo como pano de fundo o incremento progressivo da celeridade do processo comunicacional à escala global, que muitas barreiras sociais, étnicas, culturais, geográficas, económicas, religiosas, entre outras, teriam tendência a ser quebradas e a hegemonia global perder-se-ia, dando lugar a uma homogeneização social, pois as ações políticas e coletivas difundir-se-iam, simultaneamente, a um nível mundial, baseando-se em ideias comuns de uma sociedade cada vez mais interligada. Estes autores destacam ainda a importância do progresso tecnológico e a influência deste na rapidez de comunicação de um ponto para o outro, mesmo que estes se localizassem em sítios opostos do globo, sendo exemplo disso a rádio e a televisão. McLuhan (1969) previu

que os meios de comunicação, que considerava à época como uma epidemia da inovação tecnológica, provocariam pelas suas vicissitudes uma alteração entre todos os nossos sentidos (McLuhan & Powers, 1989).

Para Steger (2010), o conceito de globalização surgiu no início dos anos sessenta, embora a importância devida só lhe tenha sido atribuída cerca de um quarto de século mais tarde. O mesmo autor salienta que é nos anos noventa que a globalização passa a ser um termo vulgarizado e recorrente, retratando a natureza de um mundo cada vez mais dependente da vida social. O “global tornou-se no adjetivo da moda”² (Albrow & King, 1990, p.8) e esse momento revelava a “ascensão da humanidade como um ator coletivo” (Albrow & King, 1990, p. 8).

Os meios de comunicação de massas foram, deste modo, um dos fatores preponderantes para o desenvolvimento da globalização, uma vez que, “entrando no século XXI, as dificuldades técnicas em relação à comunicação, que existiam antes, são cada vez mais irrelevantes e o planeta caminha para uma rede informacional cujas partes se encontram interligadas” (Ortiz, 1994, pp. 62-63). Na ótica de Mancebo (2002) os progressos tecnológicos da microeletrônica possibilitaram o avanço dos meios de comunicação que facilitam a troca de mensagem instantânea, não só para uma pessoa, bem como para todo o mundo. Como menciona Harvey (1994, citado por Oliveira, 2007) “o mundo parece encolher sobre nós” (p. 219). Ainda segundo Mancebo (2002), no contexto tecnológico atual podemos falar, de uma compressão entre duas dimensões, o espaço e o tempo, que transformam deste modo, a forma com que o mundo se apresenta e, por vezes, de forma completa, a nossa própria forma de o representar. É também evidente que esta agilização de processos não tem, somente efeitos benéficos, mas igualmente algumas contrariedades.

2. As várias perspectivas sobre a globalização

A globalização, enquanto fenómeno social, é um dos temas mais mediáticos e debatidos na atualidade.

Existem opiniões divergentes quanto a este conceito que Held e McGrew (2007) dividem em três principais, as hiperglobalistas, as transformacionalistas e as céticas.

² Tradução livre do autor.

2.1 Perspetiva hiperglobalista

Na visão hiperglobalista, a globalização é uma nova época na história da humanidade, sendo que esta corrente se encontra fortemente associada à visão neoliberalista, que se baseia na ideia de que existe:

Uma mudança de um Estado expansivo como fornecedor de serviços públicos para um estado mínimo; a contratação de serviços educacionais e de instrução do mercado privado – e comunidade – com base em fornecedores, os quais, eles mesmos, estão sujeitos a menos regulamentação e supervisão; e a imposição de metas, medidas de desempenho e indicadores para elevar os padrões educacionais. (Burton, 2014, p. 316)

Na perspetiva destes, a globalização está presente em todo o nosso quotidiano, mas é, sobretudo na economia e nos mercados que esta tem a sua maior influência. De acordo com Held e McGrew (2007), para os hiperglobalistas a dinâmica intensa que a globalização promove na economia leva a alterações estruturais dentro do tecido social, sendo vista como um processo evolutivo e gradual socialmente desejável. Tal como indica Ohmae (1990), os Estados, nesta conjuntura, perdem a relevância que outrora tiveram, começando as empresas multinacionais e também as instituições internacionais a apoderarem-se do estatuto destes, pois são estas que possuem, atualmente, a capacidade de concentrar os vastos recursos existentes e, conseqüentemente se têm tornado nos mais importantes atores da atividade económica a nível mundial. Na visão deste autor, a economia tende para a desnacionalização. Para Molina (2011) “a globalização é apresentada pelos autores da corrente hiperglobalista como um processo que afeta os países, mas cuja lógica não obedece aos interesses destes” (p. 39).

2.2 Perspetiva cética

Por oposição, na corrente cética, como alude Stefanović (2008), existe uma descrença em relação à onnipresença da globalização. Giddens (2006), refere que os cétricos renegam totalmente o conceito de globalização considerando que a mesma não existe. O mesmo autor menciona que estes acreditam que o mundo continua o mesmo, independentemente dos benefícios, preocupações ou dificuldades, não sendo a economia global significativamente diferente do que existia em períodos antecedentes. Na mesma linha de pensamento, Hirst e

Thompson (2003) acrescentam que a abertura e o nível de integração da economia atualmente existente não é algo de novo, ou seja, consideram que já existiram momentos em que o fluxo de comércio e capitais internacionais tiveram mais influência do que hoje em dia, nomeadamente antes da Primeira Guerra Mundial. Os mesmos autores afirmam que a globalização, ao invés de destruir o papel do Estado, reforça-o, dado que as economias nacionais apoderam-se de um estatuto de destaque na procura da integração económica e no incremento da atividade transfronteiriça internacional. Conforme reiteram Held e McGrew (2007), a criação de blocos regionais no panorama económico-mundial é o argumento representativo de que a atual economia está menos integrada do que nos finais do séc. XIX. Molina (2011), em consonância com Held e McGrew (2007), reforça que, desta forma, os sistemas económicos nacionais não tendem a ser ultrapassados, mas sim, a ser mais dinâmicos, reorganizando-se, de forma a conseguir dar resposta a uma nova conjuntura internacional. Molina (2011) refere que nesta nova conjuntura internacional, onde existem maiores diferenças entre certos países devido à maior especialização na produção, os Estados tendem a defender os seus próprios interesses. Ou seja, em concordância com mesmo, o modo de produção regado por padrões internacionais pré-estabelecidos, disseminados por todo o mundo e promovidos pelas empresas multinacionais não é assim tão linear como possamos pensar, dado que este tipo de empresas tem, por norma, de adotar diferentes práticas consoante as características locais de cada comunidade em que se insere. Desta forma, e resumindo, os grandes argumentos dos cétricos são os seguintes:

[primeiro,] a economia internacional já foi mais integrada em períodos anteriores, [segundo,] não vivenciamos a formação de uma economia global conforme argumentam os teóricos da globalização e [por último que] os Estados nacionais mantêm-se como atores principais da regulação da vida política e económica doméstica e internacional. (Prado, 2009, p. 27)

2.3 Perspetiva transformacionalista

Por último, os transformacionistas, como argumenta Stefanović (2008), são mais moderados em relação à onnipresença da globalização do que os hiperglobalistas. Porém, também não aceitam a posição dos cétricos.

Para estes, este fenómeno alterou fundamentalmente a organização social, devido à crescente integração global que promove, tendo como fonte espoletadora uma dinâmica intensa, incitada pela facilidade de compressão entre duas dimensões, o espaço e o tempo (Stefanović, 2008).

A abordagem por parte destes é muito mais abrangente, do que a perspectiva mais focada na economia dos hiperglobalistas. Para Giddens existem quatro bases fundamentais da globalização, sendo elas “a economia capitalista moderna, o sistema de Estado Nacional, a ordem militar mundial e a divisão internacional do trabalho” (Stefanović, 2008, p. 265).

Atualmente, o domínio nestas vertentes foca-se no Ocidente, pois tal como defendem Hirst e Thompson (2003), a economia mundial é dominada pelo Grupo dos 7³ (G7), enquanto militarmente a maior influência mundial é exercida pelos Estados Unidos da América. Por todas estas razões, como é compreensível, os países ocidentais ganharam papel preponderante no mundo globalizado, estendendo, as dimensões da modernidade ao resto do mundo (Giddens, 1991).

Em concordância com Weinstein (2005), os países em vias de desenvolvimento procuram tecnologia, mão de obra qualificada e capital, pelo que recebem o investimento dos países desenvolvidos. Isto resulta num ciclo vicioso que comporta várias consequências.

Outra das separações em relação à visão hiperglobalista, resume-se ao facto de os transformacionalistas olharem para o processo de globalização como incerto e dúbio quanto aos seus resultados, ao contrário dos primeiros, que consideram a globalização como um processo com sentido único e espírito progressista que irá levar à integração da economia mundial (Stefanović, 2008). Essa incerteza quanto ao sentido deste processo está presente no discurso de vários defensores da perspectiva transformacionalista, como por exemplo Wallerstein que afirma que o futuro “inevitável” da globalização, que se avizinha, “tem um resultado extremamente incerto” (Wallerstein citado por Mogharab, 2014, p. 32).

Posto isto:

Das três perspetivas, a transformacionalista oferece talvez a explicação mais completa, ao notar que, assim como a globalização forneceu o espaço para certas preocupações neoliberais ganharem força, ela não excluiu a

³ O G7 é o grupo dos países com maior poderio económico a nível mundial. Composto, hoje em dia, por sete países (Estados Unidos da América, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão e Reino Unido), tendo já incluído a Rússia, que, atualmente já deixou de o integrar (Laub, 2014). Para aprofundar o tema consultar: <http://www.cfr.org/international-organizations-and-alliances/group-eight-g8-industrialized-nations/p10647> (consultado em 3 de janeiro de 2015)

oportunidade para outros grupos e interesses não neoliberais agirem, tanto dentro das instituições estabelecidas, como o Estado, quanto além delas, entre as nações e localmente. (Burton, 2014, p. 329)

Disto resulta, que a perspetiva transformacionalista sendo a mais moderada, é aquela que se encaixa, adequadamente, à atual realidade. Os transformacionistas abordam, além da dimensão económica, as dimensões: social, política e cultural. No seu debate são incluídos temas como: integração, regionalismo, organizações internacionais, direitos humanos e meio ambiente. Esta visão, por sua vez, é influenciada pela difusão das barreiras físicas, pela tendência para a uniformização de procedimentos, pelo intercâmbio permanente entre bens, serviços e capitais, e para além disso, pela interconexão constante entre pessoas e culturas dos mais diversos pontos do globo, correspondendo assim a uma perspetiva contemporânea e adaptada à realidade.

3. A globalização e os seus efeitos

3.1 Conceito de globalização

Antes de explorarmos o conceito de globalização exige-se, previamente, a compreensão da palavra global. Por excelência, este termo é o antónimo de local. Por um lado, a definição de local simboliza pertença a um determinado sítio, aquele que é de determinada terra ou localidade ou mesmo aquilo que se confina a um certo espaço sem se estender aos envolventes⁴. Por outro, global expressa-nos o completo, o integral ou a totalidade⁵. Isto é, significa aquilo que é relativo ao globo terrestre ou considerado nele. Todavia, a totalidade e a integralidade a que nos referimos encontra-se também ela limitada por um espaço. Em concordância com Beyer (2007) quando mencionamos a palavra global no contexto da globalização referimo-nos também a um limite geográfico, tendo em conta o carácter físico da Terra, e a toda influência que este facto tem na realidade social contemporânea. Desta forma, ainda segundo o pensamento de Beyer (2007), ambos os conceitos se interligam, sendo que a globalização permite “global expresso no local e o local como a particularização do global” (p. 98).

⁴ De acordo com o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa Online. Disponível em: <http://www.priberam.pt/DLPO/>

⁵ *Idem*.

Apercebemo-nos que é uma tarefa difícil definir algo tão complexo como o conceito de globalização. Tal como afirmam Campos e Canavezes (2007), as definições deste conceito variam imenso, consoante a perspetiva de análise do processo, o que, por sua vez, apenas faz denotar a abrangência e multiplicidade deste fenómeno.⁶

Todavia, existem algumas definições base que auxiliam na orientação da descoberta daquilo que é afinal este conceito. Para Albrow e King (1990), a globalização é, sumariamente, o processo pelo qual a comunidade se torna cada vez mais una, em torno de uma sociedade global.

Giddens (2006), por seu lado, considera que a globalização influencia aspetos íntimos e pessoais da vida de cada um. De acordo com este autor é errado pensar-se que a mesma só se relaciona com os grandes sistemas, como a ordem financeira e que é apenas uma coisa remota e afastada do indivíduo. Este autor reforça esta ideia, dando como exemplo o debate que decorre em muitos países acerca dos valores da família, debate este que, aparentemente pouco parece ser influenciado pela globalização, mas é, efetivamente. Em vários sítios do mundo os sistemas tradicionais das famílias estão em transformação ou sujeitos a grandes tensões, especialmente pelo facto das mulheres exigirem uma maior igualdade de direitos. Os registos históricos retratam que em nenhuma sociedade as mulheres foram equiparadas aos homens em termos de direitos. Esta procura pela igualdade, atualmente, é uma revolução global e as suas consequências fazem-se sentir por todo o mundo em todos os domínios, do local de trabalho à política (Giddens, 2006).

O mesmo Giddens (1991) vai mais longe ao referir que o fenómeno da globalização se define pela influência global evidenciada nos acontecimentos locais, proporcionada pelo estreitamento das relações sociais existentes. Deste modo, os fenómenos que estão a acontecer neste momento na China, podem muito facilmente ter tido a sua origem nos Estados Unidos da América ou vice-versa, sendo que “a transformação local é tanto uma parte da globalização, quanto a extensão lateral das conexões sociais através do espaço e do tempo” (Giddens, 1991, p. 60).

Em concordância com a multiplicidade do conceito, Ritzer (2010) defende que não há apenas uma globalização, mas sim várias, o que, por sua vez, torna ainda mais complexo saber de onde é que afinal surgiu este fenómeno. Na opinião deste, a globalização pode partir de diferentes pontos de origem, como a economia, a ciência ou a política.

⁶ Vide Anexo I.

Neste sentido, teremos então de encontrar uma definição do conceito que esteja adequada à sua multiplicidade. Por conseguinte, a globalização “trata-se de um processo à escala mundial, ou seja, transversal ao conjunto dos Estados-Nação que compõem o mundo” (Campo & Canavezes, 2007, p.10). Esta crescente interligação e interdependência entre Estados, organizações e indivíduos de todo o mundo, na esfera das relações económicas, bem como ao nível da interação social e política é uma dimensão essencial da globalização. Os acontecimentos, as decisões e as atividades em determinada região do mundo têm significado e consequências em regiões muito distintas do globo. As relações entre os homens e entre instituições, independentemente da natureza das mesmas (p. e. políticas, sociais ou económicas), tendem a desvincular-se das contingências do espaço, sendo assim notória a desterritorialização característica da globalização. Constitui um importante centro nevrálgico da globalização toda a evolução tecnológica que facilita a comunicação entre pessoas e entre instituições e que simplifica a circulação destas pessoas, bem como de bens e serviços (Campos & Canavezes, 2007). Esta perspetiva parece-nos suficientemente abrangente pois abarca, de forma sucinta, todas as vertentes deste multifacetado conceito.

É natural que um fenómeno deste carácter tenha transformado vários paradigmas, não só ao nível económico, como político, cultural e até ambiental. À semelhança dos múltiplos pontos de vista pelos quais pode ser caracterizada a globalização, também existe uma multiplicidade de efeitos decorrentes da mesma.

A globalização para Giddens (2006) tornou-se cada vez mais descentralizada, ou seja, já ultrapassou a influência e o domínio de qualquer nação, grupo de nações ou mesmo de qualquer grande empresa. Os seus efeitos sentem-se um pouco por todo o globo, tanto no ocidente, como no oriente, refletindo-se desde norte a sul. Na ótica deste autor, esta transversalidade é vista de uma forma positiva, uma vez que para o mesmo os efeitos positivos da globalização se sobrepõem aos negativos.

3.2 Alterações a nível económico

A globalização encontra-se relacionada com a economia de mercado, que Miglioli (1996) apresenta como uma nova fase da evolução do capitalismo. Desta forma, a globalização veio introduzir algumas alterações estruturais no paradigma outrora existente.

Na ótica de Mancebo (2002), “a história do capitalismo tem-se caracterizado por uma aceleração do ritmo de vida, e por uma permanente ultrapassagem das barreiras espaciais” (p. 291), muito semelhante à evolução histórica da nossa sociedade.

O sistema capitalista tornou-se, na visão de Deher, Gaston e Martens (2008), uma incubadora para a globalização contemporânea. Miglioli (1996) afirma que o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ex-potência comunista, proporcionou o espaço necessário à afirmação do capitalismo, assumindo-se como o principal sistema económico. O capitalismo preza-se pela “rápida modificação de processos de trabalho e dos instrumentos utilizados nesses processos” (Erber, 1980, p. 10). Erber (1980) acrescenta que a inovação técnica garantiu a expansão do capitalismo, embora tenha sido apenas no pós Segunda Guerra Mundial que os economistas passaram a ver o investimento no progresso tecnológico como um dos seus maiores aliados. Deste modo, pode-se afirmar que o capitalismo e a sua progressiva implementação exponenciaram a evolução de um mundo envolto em tecnologia.

Apoiando-nos em Miglioli (1996), tal como o capitalismo enfrentou obstáculos à sua expansão, a globalização também enfrentou entraves impostos pelos Estados, no entanto, acabaram ambos por induzir alterações estruturais. O capitalismo, tal como a globalização, acabou mesmo por se introduzir na nossa sociedade, pois:

Ainda que se preservem economias de subsistência, artesanatos, patrimonialismos, tribos, clãs, nacionalidades e nações, entre outras formas de organização da vida e do trabalho, ainda assim o processo capitalista influencia, tenciona, modifica, dissolve ou recria todas e quaisquer formas com as quais entra em contato. Exerce influência moderada ou avassaladora, dependendo do Estado com o qual se defronta. (Ianni, 2002, p. 171)

Ianni (2002) refere que o capitalismo, para além de uma corrente económica, é um processo social multifacetado, pois reestrutura o quotidiano da sociedade em vários pontos críticos da mesma, como o trabalho, a vida e a própria cultura. Nesta mesma linha, o autor defende que esta corrente ao assumir dimensão internacional e ao promover o intercâmbio global, tal como veio a acontecer, implementou as raízes necessárias para a criação de um novo mundo.

Apesar da globalização não ser uma ideia totalmente nova, pois transporta-nos ao começo do séc. XV⁷, temos de considerar que atualmente vivemos numa época com particularidades bastantes distintas. A atual economia de mercado caracteriza-se pela:

⁷ Campos e Canavezes (2007) referem que o fenómeno da globalização remonta ao início do séc. XV, conotado com o fenómeno dos descobrimentos, onde através das grandes expedições marítimas, suportadas nos

Alteração do investimento baseado nos recursos e na procura do mercado para uma otimização espacial das oportunidade de produção e de lucro (...) [multiplicando] as empresas que internacionalizaram as suas atividades aumentando significativamente a quantidade de empresas transnacionais (...) tirando partido consoante os casos, quer de mais baixos custos de mão de obra, quer de melhor acessibilidade de matérias-primas, quer ainda de quadros legais mais favoráveis, por exemplo nos planos fiscal ou ambiental. (Campos & Canavezes, 2007, pp. 49-50)

A evolução do capitalismo e a consequente emergência de uma economia de mercado deveu-se, principalmente a dois fatores, inteiramente ligados à globalização: a difusão de fronteiras, permitindo o fomento do comércio internacional, dado que reduziu os entraves às trocas comerciais e à possibilidade de investimento estrangeiro privado; e às alterações tecnológicas que facilitaram o processo produtivo desterritorializado (Campos & Canavezes, 2007).

Assim, segundo Dollar (2005), a globalização veio acelerar as taxas de crescimentos dos países mais pobres em relação aos países mais ricos⁸ e o número de pessoas pobres até diminuiu, porém, as desigualdades sociais a nível mundial estão a aumentar cada vez mais⁹, revertendo uma tendência de equiparação que vinha a ser delineada há mais de dois séculos.

Apesar de todos os benefícios associados à evolução tecnológica potenciados por uma economia globalizada, surgem novos problemas socioeconómicos inerentes à mesma, onde, o papel dos Estado perde preponderância para os privados.

3.3 Alterações a nível ambiental

O ambiente é outra das preocupações que a globalização e o progresso trouxeram consigo. Para Campos e Canavezes (2007) este é outro dos pontos onde a globalização mais se faz notar pois, atualmente, o planeta enfrenta profundas dificuldades a nível ambiental.

desenvolvimentos tecnológicos da época, se estabeleceram novas rotas comerciais e novas redes de comunicação.

⁸ Vide Anexo II.

⁹ Conforme Dollar (2005), o lento ritmo crescimento em África que, por sua vez, tende a aumentar as desigualdades, é compensado pelo rápido crescimento asiático que garante assim o saldo positivo em termos gerais. Vide Anexo III.

Apesar dos problemas mais graves terem origens espaciais localizadas, os seus efeitos fazem-se sentir por todo o globo, e o inverso também se verifica, ou seja, problemas com origem espacial dispersa podem também ter efeitos localizados (p. e. chuvas ácidas¹⁰). Por outras palavras, na perspetiva de Giddens (2006) são várias as situações de risco que enfrentamos, sendo o aquecimento global um dos exemplos por si mencionados. Este autor salienta que muitos dos novos riscos e incertezas relacionadas com a globalização afetam-nos, independentemente, do lugar onde vivemos e da classe social a que pertencemos. Beck (1999) menciona que a forma como funciona o ecossistema do planeta não permite resumir as convenções humanas entre fronteiras. Isto é, impactos ambientais imediatos como podemos exemplificar pelos provocados pela instalação de indústrias químicas, são sofridos pelas populações de uma forma geral mais pobres, uma vez que, por norma, são estas que vivem nas áreas mais periféricas e industrializadas. No entanto, a longo prazo o dano pode alcançar áreas longínquas das afetadas inicialmente, podendo atingir todo o globo, como acontece com o fenómeno da alteração climática. Contudo, nem tudo é negativo, como podemos verificar pela seguinte afirmação: “Por um lado, a produção em maior escala pode significar mais poluição, desflorestação e outros tipos de danos ambientais. Por outro lado, as mudanças na composição e técnicas da atividade económica podem diminuir estes efeitos” (Frankel, 2005, p. 160).

Giddens (2006) também encontra esta dualidade ao defender que os riscos que a globalização envolve, muito por força da evolução tecnológica constante, como por exemplo, a utilização dos alimentos transgénicos e a agravação dos problemas ambientais, fazem parte da natureza evolutiva do Homem, pois o progresso implica ousadia e a necessidade de arriscar perante o incerto. Para Castells (2005), “as maravilhas da revolução tecnológica coexistem com o processo autodestrutivo do aquecimento global e com o ressurgir de epidemias à escala do planeta” (p. 18).

Na visão de Beck (1999), existe potencial para que os danos ecológicos atinjam a totalidade do planeta, a médio e a longo prazo, sendo esta é a base de sustentação do argumento de que a transnacionalização da política ambiental é inevitável. Trata-se de uma ameaça à própria viabilização da vida. Atualmente, todos os indivíduos estão inseridos numa mesma sociedade mundial que compartilha riscos ambientais (Beck, 1999).

¹⁰ “Os gases ácidos podem deslocar-se na atmosfera a grandes distâncias antes de atingirem o solo na forma de chuva, razão pela qual as zonas diretamente afetadas podem não ser aquelas onde a sua produção teve lugar.” (Campos & Canavezes, 2007, p. 64)

Deher et al. (2008) referem que, ultimamente, tem havido um aumento do nível de preocupação com o ambiente e, conseqüentemente, o conceito de desenvolvimento sustentável assumiu grande relevância. Nesta senda, foram e continuam a ser estabelecidas estratégias “verdes” e a padronização de medidas ambientais para manter o equilíbrio do planeta é agora um objetivo comum (Deher et al., 2008), na tentativa de acalmar os efeitos ambientais nefastos da globalização.

3.4 Alterações culturais e políticas

Quanto ao nível cultural e político, os meios de comunicação de massas desempenham um importante papel. Giddens (2006) menciona que num mundo em processo de globalização, em que a transmissão de mensagens, imagens, símbolos, marcas e ideias atravessa todo o globo, acabamos por estar em contacto permanente com outros indivíduos, que pensam e vivem de maneira diferente de nós.

No que concerne à cultura, Campos e Canavezes (2007) argumentam que, num mundo global, existem “tendências uniformizantes”, dado que a distribuição mundial de ideias, produtos ou marcas se torna uma realidade. Tal como referem os mesmos autores, cadeias alimentares, como a *McDonalds* tendem a estar espalhadas por todo o globo, as marcas de roupa mais conceituadas são envergadas um pouco por toda a parte, bem como a generalidade das pessoas passa a possuir “telemóveis e de outros produtos de consumo (...) [derivando da] crescente centralização da conceção de produtos de consumo e de conteúdos culturais, por um lado, e a possibilidade da sua distribuição a nível mundial, por outro” (pp. 74-75). Para Beck (1999) as trocas culturais tornam-se intensas, através do aparecimento da multiplicidade cultural nos centros de capitalismo mundial, o que se exemplifica pelo surgimento de diversos estilos de música, de gastronomia ou das tradições e costumes, oriundos dos movimentos migratórios. Pode deduzir-se que existe uma transnacionalização das culturas nacionais, proporcionada pela globalização. Beck (1999) acrescenta que o processo de globalização da cultura, acaba por colocar em causa a relação construída historicamente entre Estado, sociedade e identidade¹¹, mas adita que não estamos perante o surgimento de uma sociedade mundial.

Sendo assim, a visão uniformista, que defende uma cultura homogeneizada é corrompida, dado que a esta “cultura de massas que se vem desenvolvendo desde o pós Segunda Guerra Mundial, acrescentam-se agora condições tecnológicas que permitem e

¹¹ Castells (2007) refere que a identidade é fonte das experiências coletivas de um povo.

favorecem o desenvolvimento e difusão de culturas alternativas” (Campos & Canavezes, p. 77). Na ótica de Giddens (2006) a globalização é a razão que leva ao reaparecimento das identidades culturais em diversas partes do mundo, florescendo os nacionalismos locais como resposta às tendências globalizantes, uma vez que a concepção de Estado veio-se a alterar ao longo dum “século marcado pela informação global e pela difusão do poder para os intervenientes não estatais” (Nye, 2012, p. 106).

Na visão de Campos e Canavezes (2007):

A Globalização não é um processo de supressão das diferenças culturais. Se analisarmos as paisagens culturais atuais, verificaremos que o processo de Globalização cultural é complexo e mesmo contraditório. A dinâmica da globalização produz, simultaneamente, mais uniformidade e mais diversidade.

(p. 75)

Em concordância com Campos e Canavezes (2007), apesar da globalização não implicar uma homogeneização cultural, promove uma maior interdependência e desterritorialização e, naturalmente o enfraquecimento do papel do Estados.

A nível político, “a força que pôs as revoluções de 1989 em movimento foi a democracia” (Giddens, 2006, p. 69), sendo que a influência da globalização e o progresso das comunicações a nível global, nomeadamente da televisão, esteve na origem desta expansão democrática. Este trata-se apenas de um exemplo, em que Giddens (2006) explica como o comunismo soviético, concentrado nas empresas estatais e na indústria pesada, tendo uma economia planificada, se mostrou incapaz de competir na economia eletrónica global, onde havia uma necessidade de descentralização. Ainda em concordância com mesmo, isto provou que o controlo ideológico e cultural exercido pelas autoridades políticas comunistas foi incapaz de sobreviver numa época de informação global, onde os indivíduos subordinados aos regimes da URSS iam recebendo os programas de rádio e de televisão do Ocidente democratizado. As mobilizações, manifestações e protestos em determinados países eram vistos pelos telespectadores de outros, o que, de certo modo, podiam constituir uma fonte de inspiração aos indivíduos que se sentiam indignados com as situações que consideravam injustas e restrições próprias dos seus regimes.

Segundo Nye (2012), a globalização da informação resulta numa difusão do poder, sendo que os indivíduos e também as organizações privadas “ficam com a possibilidade de desempenhar um papel direto na política mundial” (p. 138). Tal como refere Giddens (2006),

isto permitiu que várias minorias oprimidas conquistassem novos direitos em busca da igualdade perante os restantes e até os países mais tradicionais, como por exemplo a China, tendem a ser mais flexíveis e progressistas.

Por outro lado, numa atualidade em que existem poucos países do mundo que não se digam democráticos, onde as democracias mais antigas copiadas pela maioria dos restantes países do mundo começam a ser colocadas em questão, leva à descrença dos processos democráticos tornaram-se uma grande desilusão, passando a haver uma descrença nos políticos (Giddens, 2006).

A globalização permitiu assim que as demandas políticas se tornassem mais elevadas. Os indivíduos e instituições privadas passam a desempenhar um papel, cada vez mais importante nos rumos da política mundial, “que deixa de ser um campo exclusivo dos governos” (Nye, 2012, p. 138).

Tudo isto nos leva a acreditar na pertinência das afirmações de Bell (1987) quando este refere que, nos dias que correm, o Estado seria demasiado pequeno para resolver os grandes problemas e, em oposição, também não conseguiria dar resposta às pequenas dificuldades, já que para estas esse mesmo Estado seria demasiado amplo. Esta incapacidade deve-se à alteração das estruturas sociais de outrora, pois, atualmente a autoridade e a soberania política dos Estados assumem novos contornos.

4. A ascensão da sociedade em rede

Da nossa análise concluímos que a globalização veio alterar de forma profunda toda a organização societária. O progresso técnico que a acompanhou, impulsionou também o aparecimento de novas formas de comunicação. Estas inovações alteraram o paradigma comunicacional existente, pois, enquanto anteriormente, a comunicação funcionava numa perspetiva de “um para muitos”, agora o mesmo processo funciona numa ótica de “muitos para muitos”, ou seja, todo e qualquer indivíduo tem a capacidade de receber, analisar, processar e conceber informação por via da maior rede comunicacional a nível mundial, a *internet* Castells (2013).

O desenvolvimento da *internet*, redes sociais, sistemas de informação e técnicas de simulação digitais e virtuais, juntamente com a informatização generalizada da sociedade e da economia são o resultado do que Musso (2013) anunciou de terceira revolução

industrial¹², caracterizada pela da tecnologia da informação e seu encontro com as telecomunicações.

A nova estrutura social baseada, tal como Qiu (2009) refere, em redes comunicacionais, tecnologia, ciência, movimentos sociais, e sociabilidade é conhecida, nos dias de hoje, como a sociedade em rede.

A sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microeletrônica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir do conhecimento acumulado nos nós dessas redes. (Castells, 2005, p. 20)

Musso (2013), considera que “a figura da rede”, está a tornar-se onnipresente, dando um como exemplo concreto desta onnipresença a organização que fazemos da vida diária, onde frequentemente utilizamos, entre outras, as redes elétricas, redes de comunicação e informação, redes de transporte e redes urbanas. O mesmo autor considera a rede técnica “o fim e o meio” de planejar e executar transformações sociais ou mesmo revoluções atuais. Este autor defende que numa sociedade em rede, a revolução é anunciada pelas redes e realizada através das mesmas. Considera que “revoluções” como, por exemplo o aparecimento da *internet* fazem com que o mundo se encontre em processo de mudança, muito devido à *Apple*, *Facebook*, ou *Google*.

Van Dijk (2006), por seu turno, enfatiza o papel de uma forte infraestrutura assente em redes sociais e nos meios de comunicação que permite uma organização social caracterizada pelo forte processamento e partilha de informações. Lévy (1994 e 1997) alude que o atual paradigma virtual e a transformação da relação o espaço e o tempo concebe um inovador espaço de interação permitindo diferentes experiências às pessoas. Musso (2013) defende a onnipresença da figura da rede, referindo que existe um uso constante de redes na organização da vida diária, uma procura ao acesso ou conexão de redes elétricas, rede de comunicação e de informação, redes urbanas, redes de transporte entre outras.

¹² Musso (2013) considera que nos últimos dois séculos cada “revolução industrial” no ocidente tem sido acompanhada e invocada pela formação de uma grande rede técnico territorial: as estradas de ferro com a primeira “revolução industrial” (1780-1830); a rede elétrica com a segunda “revolução industrial” (1880-1930); a rede *internet*, gerou pela convergência de telecomunicações e tecnologia da informação, com a terceira “revolução industrial” (desde 1960).

Na perspetiva de Coimbra (2014) esta nova forma de organização da sociedade, construída a partir das redes de comunicação da *World Wide Web*¹³, que se intensificou no final do séc. XX, deve a sua origem a três fatores principais: o primeiro está relacionado com as crescentes exigências de uma economia global cada vez mais dinâmica e flexível; o segundo decorre do aumento das demandas sociais por valores considerados como básicos, sendo eles a comunicação aberta e a liberdade individual; por último, o terceiro interliga-se com exponencial desenvolvimento tecnológico, no que diz respeito à informática e às comunicações. Assim, “as redes de comunicação digital são a coluna vertebral da sociedade em rede, tal como as redes de potência (ou redes energéticas) eram as infraestruturas sobre as quais a sociedade industrial foi construída” (Castells, 2005, p. 18).

Esta análise focada nas redes por parte de Castells (2005) é criticada por van Dijk (2006), pois o mesmo considera que a abordagem do primeiro peca por não englobar da forma adequada os indivíduos, os grupos, as famílias e as organizações, sendo que na análise deste último autor estes são elementos básicos da nossa sociedade, que, por sua vez, estão cada vez mais ligados por redes, sejam elas sociais ou de comunicação. No entanto, não nos parece uma crítica suficientemente sustentada, já que Castells (2005) menciona que a sociedade atual é uma sociedade de indivíduos ligados em rede e não de uma rede que liga indivíduos. Acrescenta ainda que as redes são dinâmicas e evolutivas, cuja estrutura é aberta, adaptando-se às necessidades exigidas pelo mundo em constante transformação. Cardoso et al. (2006) sustentam que a rede é um instrumento adequado de suporte a uma multiplicidade de áreas características da sociedade, tal como a política e o trabalho. Para Castells (2005), não é a tecnologia que molda a sociedade, mas sim a sociedade que adapta as tecnologias às suas próprias necessidades, pois como bem sabemos essas mesmas tecnologias são sensíveis à utilização que lhe é dada pelos próprios utilizadores. Cardoso et al. (2006) acrescenta ainda que a *internet* veio renovar o paradigma tecnológico existente, já que conferiu um caráter mais dinâmico à tecnologia mais vulgar (p. e. televisão, rádio, telefone, jornais, entre outros). Este autor suporta o seu raciocínio na natureza aberta da *internet* que permite a utilização, consulta, introdução e difusão de informação por qualquer indivíduo com acesso à mesma. Daqui podemos aferir que todos os indivíduos, agora mais do que nunca, tornam-se elementos participantes na sociedade.

¹³ A *World Wide Web* é um termo da língua inglesa cuja tradução significa “teia mundial”. É o elemento mais reconhecido da *internet*. De acordo com Coimbra (2014), caracteriza-se por ser uma rede mundial de computadores que armazena documentos nos mais variados formatos (vídeo, som, texto e imagem) e para aceder a este material basta possuímos um programa, denominado navegador, ou em inglês *browser*, que possibilita a procura, apresentação e difusão de informações.

Castells (2005) afirma que a sociedade em rede tem uma expressão multifacetada e que se revela das mais variadas formas, consoante a cultura de cada sociedade em que se insere, ou seja, apesar de haver várias características básicas que possibilitam a sua definição, continuam a manter a essência de cada ponto do globo.

Claro que este conceito de sociedade em rede não se pode dissociar de outros, tal como a sociedade da informação¹⁴ ou sociedade do conhecimento¹⁵, com os quais de forma direta se interliga, e que em conjunto deram origem à sociedade como hoje a conhecemos. Porém, em concordância com Castells (2005) a tendência para a caracterização da sociedade de hoje em dia por sociedade da informação ou do conhecimento não nos parece a mais apropriada. Apesar da informação e do conhecimento serem peças de base no “puzzle” social contemporâneo, estas sempre o foram. Por conseguinte, Castells (2005) assevera que o que veio revolucionar profundamente a sociedade foi, na verdade, a criação de redes tecnológicas de base microeletrónica. Van Dijk (2006) acrescenta ainda que esta forma de organização vincula cada vez mais todos os indivíduos, grupos e organizações.

Desta forma, podemos considerar a ideia de sociedade em rede como transversal e mais ampla do que o da sociedade da informação ou do conhecimento, pois este ultrapassa a extensão de cada um dos outros devido à agilização e à dinâmica conferida pelas novas tecnologias da comunicação e informação.

Na ótica de Cardoso et al. (2006), este modo de organização social propícia a compressão do espaço e do tempo e possibilita a difusão de novas ideias, o fortalecimento de valores, partilha de interesses e até de sentimentos em tempo real. Lévy (1994) completa esta opinião referindo que, neste contexto, passa a existir uma “inteligência coletiva” capaz de se organizar e mobilizar, em tempo real. “A comunicação em rede transcende fronteiras, a sociedade em rede é global, baseada em redes globais” (Castells, 2005, p. 18), pois os indivíduos estão cada vez mais interligados mostrando-se unidos (se existirem interesses em

¹⁴ Sociedade da informação, segundo Coutinho e Lisboa (2011), foi um conceito introduzido pela primeira vez por Fritz Machlup em 1962, tendo sido posteriormente desenvolvido por Peter Drucker, onde outros autores como Alan Touraine e David Bell também exerceram um papel preponderante no seu desenvolvimento. De acordo com Coutinho e Lisboa (2011), este conceito assenta na ideia de uma sociedade em constante transformação, muito relacionado com a influência do progressivo desenvolvimento tecnológico nas relações de poder, onde a informação é o elemento mais importante. Para os mesmos autores, a sociedade da informação consubstancia-se na procura, recolha, processamento e difusão de informação por via de meios eletrónicos, baseando-se nas novas TIC. Castells (2011) refere que a informação, neste contexto social é a sua “matéria-prima”.

¹⁵ O conceito de sociedade do conhecimento é algo mais aprofundado do que a sociedade da informação, uma vez que da leitura da perspectiva de Coutinho e Lisboa (2011), este é consequente do primeiro, mas, no entanto, a mera informação desorganizada e em avulso não produz conhecimento. Ou seja, segundo estes autores, o conceito sociedade do conhecimento refere-se a uma sociedade mais educada e com capacidade para seleção e utilização dessa mesma inúmera quantidade de informação disponível em rede numa perspectiva inovadora.

comum, por mais diminutos que sejam), mesmo que nem se conheçam, e o aparecimento de novas demandas e reivindicações sociais a nível global torna-se numa evidência a ter em conta.

Gouveia (2008) alude à alteração do relacionamento entre os Estados e os novos atores globais, transformado em resultado desta nova organização social conjugada com a influência do fenómeno da globalização, onde as fronteiras físicas acabaram por ser diluídas. Por conseguinte, em concordância com o mesmo autor, esta diluição das fronteiras condiciona, de certa forma, o equilíbrio de poderes anteriormente existente, tornando o Estado mais exíguo na sua preponderância, dando espaço ao predomínio das Organizações Não Governamentais (ONG), de novas organizações internacionais, de empresas transnacionais, dos movimentos sociais de diferentes índoles, e ainda facilitando a manobra das organizações criminosas, bem como das terroristas. Na decorrência de tudo isto, o Estado confronta-se com novas realidades e novos desafios, na maioria das vezes de dimensão global, para os quais a capacidade de resposta se pode revelar insuficiente, já que, segundo Coimbra (2014), os métodos de comunicação que são utilizados, caracterizados pela horizontalidade, esgueiram-se de forma astuta a um eventual controlo.

Tal como suportam os defensores da teoria transformacionalista já analisada anteriormente, há evidências de que houve uma multiplicidade de fatores que condicionaram a evolução da sociedade atual. Como já aferimos, a sociedade atual resulta da influência de vários fenómenos, onde a globalização e o desenvolvimento da economia influenciaram todo o paradigma social.

Em suma, “a sociedade em rede é a sociedade em que vivemos (...) a sociedade em que estamos a entrar, desde há algum tempo, depois de termos transitado na sociedade industrial durante mais de um século” (Castells, 2005, p. 19).

Capítulo II – Contemporaneidade e as *mediated crowds*

Na visão de Baker (2011) o avanço tecnológico dos meios comunicacionais no séc. XXI impulsionou a celeridade da comunicação que, por sua vez, influenciou a forma de associação de pessoas. As redes sociais são enormes e inovadoras plataformas de comunicação que ganharam nos últimos anos uma importância extrema na nossa sociedade.

As características das redes sociais facilitam a agregação de pessoas pelos seus gostos, ideias ou interesses, surgindo novos fenómenos sociais, caracterizados por multidões espontâneas, organizadas através das mesmas. Estes, adaptando-se a uma nova conceção de espaço público moldado pela sociedade em rede na qual vivemos. O novo espaço público passa a ser um espaço híbrido, englobando duas esferas distintas, a virtual e a geográfica, permitindo o aflorar de um novo fenómeno de multidões, as *mediated crowds*. Neste capítulo, é nossa intenção esclarecer toda esta evolução e o significado de todos estes conceitos, até chegarmos à definição do fenómeno em estudo.

1. *Social media* e redes sociais

Com a ascensão da sociedade em rede, novas ferramentas tecnológicas emergiram revolucionando o modo como todos vivemos. Os *social media* e as redes sociais são algo que já não se pode dissociar da nossa vida, tendo uma importância tremenda para o tema do nosso trabalho.

1.1 *Social media*

Muitas vezes associa-se o termo *social media* como sendo sinónimo de redes sociais. No entanto, há quem considere que *social media* é um termo muito mais abrangente.

De acordo com Dias (2014), o termo *social media* ganhou protagonismo devido ao surgimento de uma inúmera quantidade de aplicações que transformaram a sociabilidade. De forma generalista, Lafko (2010) define *social media* como os meios comunicação baseados nas novas tecnologias que utilizamos para sermos seres sociais. O mesmo autor defende que estas tecnologias são usadas como meios de comunicação que criam relações entre pessoas, servem de meio publicitário e comercial, uma vez que possibilitam uma gigantesca capacidade de difusão.

Para Mayfield (2008) os *social media* assumem vários tipos diferentes, designadamente redes sociais, blogues, *wikis*, *podcasts*, fóruns, comunidades de partilha, *microblogging* e *second life*.

Descrevendo-os: As redes sociais são *sites* que possibilitam a criação de perfis, que podem ser conectados com outros, criando uma rede de contactos com os quais se pode partilhar informação e comunicar; Os blogues funcionam como diários *online* onde é depositada informação pelo utilizador do mesmo, encontrando-se a mesma organizada cronologicamente; As *wikis* são *sites* que permitem aos utilizadores depositarem informação e, posteriormente alterá-la ou mesmo completá-la, possibilitando o acesso comum a esta informação; Os *podcasts* são repositórios de informação em suporte áudio e vídeo disponível *online* com a possibilidade de ser acompanhada pelos subscritores; Os fóruns são áreas de debate disponíveis *online* sobre os mais variados temas; As comunidades de partilha são comunidades de partilha de conteúdos *online*; O *microblogging* é semelhante a um blogue, embora o conteúdo partilhado tende a ser menor e as publicações tendam muito mais frequentes; *Second Life* funciona tal como um jogo de computador, onde o utilizador cria um perfil virtual e passa a estar inserido num mundo secundário, desta feita virtual (Mayfield, 2008).

As principais características dos *social media* são: a participação, pois todos os interessados podem participar seja qual for o assunto; a abertura, sendo a maioria os *social media* existentes abertos e públicos; a conversação, já que ao contrário dos meios de comunicação tradicional, os *social media* não funcionam através de *broadcast*, ou seja, rompem com o paradigma da comunicação unidirecional e permitem a troca de informações nos dois sentidos; a comunidade, uma vez que possibilitam a formação rápida de comunidades caracterizadas por interesses comuns; e a conectividade, onde a existência de *links* possibilita a rápida difusão de informação (Mayfield, 2008).

Esta divisão entre os vários tipos *social media* não é tão estanque como se possa pensar, pois, de uma forma lata e simples “quando uma rede de computadores conecta pessoas e organizações é uma rede social” (Garton, Haythornthwaite & Wellman, 1997, p. 1). Desta forma, existe um debate acesso no que toca à destrição entre *social media* e redes sociais.

Apesar de considerarmos a divisão de Mayfield (2008), se a utilizássemos neste trabalho, deixaríamos de fora do conceito de rede social, aplicações que, nos dias de hoje, nos parecem ter grande relevância para o nosso tema, como é o caso do *Twitter* e do *Youtube*.

Assim sendo, para efeitos deste trabalho consideraremos redes sociais na sua perspetiva mais ampla.

1.2 Redes sociais

O conceito de rede social remonta à conceção de rede apresentada por Mitchell (1974). Scott (2000) considera que uma rede social é constituída por dois elementos essenciais: os “atores”, que podem ser pessoas individuais ou coletivas (p. e. organizações), afigurando-se estas como os nós das redes; e as suas “conexões”, constituídas através dos seus laços e interações sociais. Recuero (2009) acrescenta que quando abordamos as redes sociais numa perspetiva sociológica, não podemos isolar os elementos constituintes da mesma, uma vez que a rede permite a observação de certos padrões de um determinado grupo social através da análise das ligações que os atores pertencentes ao mesmo estabelecem entre si. Todavia, o ambiente virtual em que operam as redes sociais permite que estas conexões que os indivíduos estabelecem sejam formadas a partir de laços fracos, entre identidades difusas, sem fronteiras, carregadas de incerteza que, simultaneamente permitem a troca de experiências, ideias e pensamentos em tempo real (Castells, 2011).

É em 2003 que, de acordo com Boyd e Ellison (2008), existe uma proliferação massiva das redes sociais. Este desenvolvimento resulta, em boa parte, da evolução das TIC e do progresso social a que assistimos, onde, tal como referem Boyd e Ellison (2008) a economia teve a sua influência, pois muitas destas redes servem também como estratégia publicitária ao negócio das empresas.

M. Zuckerberg (comunicação pessoal, 2009) criador do *Facebook*, que Murphy (2012)¹⁶ referencia como sendo na atualidade a rede social com maior número de utilizadores a nível mundial tendo já ultrapassado os mil milhões, expôs que a sua intenção com esta plataforma foi conectar as pessoas, tornando o mundo mais aberto.

Assim, tal como Coimbra (2014) suporta, percebe-se que a capacidade das redes sociais de agregar pessoas de todo o mundo, consoante os seus interesses, gostos e valores, permitiu que a informação seja difundida instantaneamente e, desta forma, exista um maior grau de cooperação entre as pessoas. Na ótica do mesmo autor, esta celeridade informacional também possibilita que os indivíduos sejam possuidores de um maior grau de conhecimento.

¹⁶ Retirado de <http://mashable.com/2012/06/11/international-social-networks/> (Consultado em 2 de fevereiro de 2015)

Castells (2013) afirma que o sucesso dos *sites* das redes sociais, não é o anonimato, mas sim a autoconstrução das pessoas reais que se ligam a outras por redes, consoante o seus critérios pessoais, ou seja, escolhem quem já conhecem ou querem conhecer.

Na ótica de Silva (2011) a verdadeira destriça entre as redes sociais virtuais e os meios de comunicação convencionais é a capacidade de comunicação bidirecional em detrimento da comunicação unidirecional, comumente denominada como *broadcasting*¹⁷. O mesmo autor afirma ainda que a difusão da informação nas atuais redes sociais, de forma horizontal, abre a possibilidade a todos, incluindo as minorias, de apresentarem as suas ideias e de alguma forma ganharem alguma relevância, o que com o método tradicional de comunicação (unidirecional) não acontecia.

Para Coimbra (2014), todas estas alterações ao nível da comunicação, que exponenciaram a transmissão e de difusão de ideias e facilitaram o aparecimento de novas opiniões e soluções, têm a capacidade de influenciar toda uma sociedade, surgindo assim novas formas dos indivíduos se mobilizarem pelas mais variadas causas.

Assim, seguindo a linha Cardoso e Lamy (2011) ao abordar o conceito de rede social, podemos indicar que “*Social Networking Sites* como o *Facebook*, *Hi5*, *Orkut* ou *microblogging*, como o *Twitter*” como verdadeiros espaços que se enquadram na verdadeira “aceção de espaços de interação social e de criação de autonomia” (Cardoso & Lamy, 2011, p. 73), definindo-se assim como redes sociais.

É nesta perspetiva que pretendemos compreender o verdadeiro significado das redes sociais, sendo elas, uma qualquer estrutura *online* que permita a conexão entre pessoas e a sua interação social, caracterizando pelo seu difícil rastreio dada a liberdade expressiva existente no espaço virtual, escapando-se, desta forma, ao controlo dos Estados e organizações.

2. Redes sociais e sua capacidade de mobilização de massas

Nos dias que correm, as redes sociais, veículos de informação em tempo real, são ferramentas de interação por excelência. “A comunicação é o processo de partilha de significado através da troca de informação” (Castells, 2013, p. 23) e, desde logo, o espaço

¹⁷ Segundo Silva (2011) o método de *broadcasting* caracteriza os meios de comunicação tradicionais, como a rádio e a televisão. De acordo com o mesmo autor, consiste numa forma de difusão num modelo de “cima para baixo”, ou seja, a informação era transmitida unidireccionalmente, de cima, a partir dos detentores da informação (p. e. rádio e televisão), para baixo, para toda a sociedade.

livre da *internet* é detentor do monopólio da comunicação entre pessoas, sendo as redes sociais a expressão mais densa deste mesmo processo (Castells, 2013).

“No ambiente das redes, o compartilhamento de informação e de conhecimento entre as pessoas é constante, pois as pessoas frequentemente gostam de compartilhar o que sabem” (Tomaél & Marteleto, 2007, p. 76), o que segundo Coimbra (2014) permite que num curto espaço de tempo, pessoas que não se conhecem, de diferentes pontos do globo, se reúnam no mesmo local com o mesmo propósito, como se tudo tivesse sido planeado ao pormenor. Por outro lado, “ todos os dados estão disponíveis sem nos levantarmos da cadeira” (Soares, 2014, p. 89) e o mesmo fenómeno pode acontecer de forma semelhante disperso por diferentes locais espalhados por todo o mundo. Castells (2013) exemplifica relativamente aos movimentos manifestantes atuais, que os mesmos “começaram no sul e no norte, na Tunísia e na Islândia, e a partir daí a faísca acendeu-se em paisagens sociais diversas” (Castells, 2013, p. 20).

Castells (2013) afirma que as redes sociais, por serem espaços autónomos, ou seja que fogem ao controlo dos Estados e das empresas, pois o seu rastreio é extremamente complexo, acabam por ser meios de mobilização e de comunicação primordiais.

Rogero (2011) refere que a *internet* e as redes sociais possuem características próprias, pois são: “agregadoras”, já que possibilitam a criação de grupos ou movimentos; “deliberativas”, pois permitem a diversidade de opiniões, sendo um espaço caracterizado pela liberdade de expressão; “subversivas”, uma vez que a informação nelas difundida leva a existência, em qualquer momento, de estratégias alternativas, a motivos para o protesto, e para além disso permitem preparar, organizar e coordenar ações a partir das mesmas, podendo funcionar como táticas de combate para um ação subversiva; “resistentes”, porque funcionam como veículos informacionais de controlo da realidade, denunciando as injustiças, a repressão e a violência praticada pelos Estados e instituições; “reflexivas”, visto que nelas se avaliam consequências, resultados, permitindo o aperfeiçoamento dos métodos; “ferramentas de *reality media*”, uma vez que proporcionam a possibilidade de se conseguirem realizar reportagens em direto nos locais de interesse, que são transmitidas via *online* para qualquer ponto do globo, através de aparelhos tecnológicos, tais como câmaras ou *smartphones*, mesmo em locais onde essa liberdade de expressão não existe. A gratuidade da maioria das redes sociais, tal como acrescentam Lietsala e Sirkkunen (2008), é outro dos fatores que nos parece de extrema importância.

Diani (2000) sustentava também, ainda a propósito das redes sociais que o nível de confiança resultante do conhecimento pessoal entre os indivíduos era fundamental para a

mobilização das pessoas. Porém, posteriormente, vários autores como Nip (2004), Hara (2008) e Wojcieszak (2009) demonstraram que a *internet* possuía potencial para criar essa mesma confiança, mesmo que os indivíduos se desconhecessem a nível pessoal. Wojcieszak (2009) através da análise de uma certa comunidade *online*, concluiu que a participação *online* contribuía de forma direta para o aumento da participação *offline* nas atividades promovidas por essa mesma comunidade.

Tal como Castells (2013) refere, as redes sociais permitem que as pessoas, pelas suas partilhas e interesses, se conectem entre si, formando redes que ultrapassam as visões pessoais de cada um ou mesmo as organizacionais. Este autor argumenta que os laços de união entre estas pessoas permitem-lhes ultrapassar os seus medos e difundirem os seus próprios ideais, irrompendo da segurança do mundo virtual para a ocupação do espaço físico, onde manifestam ou protestam na defesa dos seus próprios direitos ou mesmo das suas crenças.

3. Nova conceção de espaço público

Hoje em dia, o nosso mundo devido às transformações que sofreu pode ser considerado como um mundo híbrido, onde já não se pode separar a interação *offline* e *online*. (Wellman & Rainie, 2012)

Na perspetiva de Wellman e Rainie (2012) a configuração deste novo mundo deve-se a três alterações fundamentais: o surgimento da *internet* banda larga, a capacidade de conectividade móvel e as redes sociais. Na visão dos mesmos autores, profundas transformações sociais resultaram destas mesmas alterações, passando-se de uma era de *media* industrial, para uma era de *media* social centrada no indivíduo, passando estes a possuir a capacidade para agirem como empresas de comunicação social por conta própria. Com esta evolução os indivíduos tem a faculdade de opinar, partilhar e aceder a informação em tempo real, em qualquer sítio que estejam, tudo a partir do seu próprio *smartphone* ou telemóvel com acesso à *internet*. Através das redes sociais as pessoas passam a conseguir partilhar as suas histórias, sentimentos ou até acontecimentos com toda a sua rede de amigos ou seguidores, que, por sua vez, pode ser replicado pelos mesmos e partilhado com as ligações destes últimos, continuando a ser feita a difusão do conteúdo muito para além da esfera do indivíduo que lhe deu origem (Wellman & Rainie, 2012).

No entanto, tal como defende Innerarity (2009) numa sociedade de hoje, envolta em meios de comunicação, onde se incluem e continuam a ter muita importância os *media*

tracionais (p. e. televisão), não ser visto é como passar despercebido. O princípio “veem-me, logo existo” (Innerarity, 2009, p. 134) continua a ter muita importância no que toca à necessidade mediática de se mostrar presente. Este autor insurge-se contra a “ideia de Foucault de que a visibilidade é uma desgraça” (Innerarity, 2009, p. 135), pois para o mesmo não ser visto é bem pior, uma vez que a conjuntura da sociedade assim o exige, pois para se ser compreendido e se ter impacto, há que ser visualizado não só fisicamente, mas também através dos meios de comunicação.

Recorrendo a Castells (2013) para ilustrar a importância do espaço físico, podemos exemplificar o caso dos movimentos sociais em rede¹⁸. Nesta senda, estes movimentos que têm a sua génese baseada em indignações e revoltas públicas com origem, muitas vezes em opiniões, comentários e informação difundida através das novas TIC (às quais as pessoas vão aderindo de forma exponencial), disfrutam das capacidades do espaço autónomo da *internet* para se agregarem, reunirem, organizarem e coordenarem, tornando-se posteriormente visíveis nos espaços físicos, por norma, junto de locais simbólicos, amplificando o significado da sua ação. Castells afirma que há um “novo espaço público, o espaço em rede entre o digital e o urbano” (Castells, 2013, p. 29).

Harlow e Harp (2011) estudaram a ação coletiva através da *internet* e no seu estudo questionaram vários ativistas chegando à conclusão que o sucesso da atividade dos mesmos dependia das duas dimensões, quer da dimensão *online*, quer da *offline*.

É então esta nova conceção de espaço público, como um “espaço híbrido entre as redes sociais da *internet* e a ocupação do espaço público [geográfico]” (Castells, 2013, p. 29) que nos parece fundamental para a nossa análise.

4. Das multidões tradicionais às *mediated crowds*

Os fenómenos de multidões sempre foram um tema muito abordado. Durkheim (1953) defendia que a interpretação dos fenómenos coletivos exteriores aos indivíduos era preponderante para análise e compreensão da sociedade, uma vez que o rumo seguido pela mesma é cada vez menos marcado por individualidades, como havia acontecido ao longo da

¹⁸ Os movimentos sociais em rede são definidos por Castells (2013) como sendo uma evolução dos movimentos sociais clássicos adaptados à atual sociedade em rede. Segundo o mesmo autor, estes movimentos assentam nas novas TIC as ferramentas para a sua organização, mobilização de indivíduos e para difusão das causas por si proclamadas. Estes movimentos possuem várias características específicas, pois “não têm liderança formal, nem fronteiras de classes sociais, idade, género, ou até mesmo território” (Coimbra, 2014, p. 29).

história. Ao contrário do que havia acontecido anteriormente, surgia “uma nova potência, última soberana da idade moderna: a potência das multidões” (Le Bon, 1896, p. 8).

Esta potência das multidões, apresentada por Le Bon (1896) exponenciou-se a partir do momento em que houve a percepção de que a associação de pessoas aumentava a credibilidade das suas intenções perante os órgãos de poder. Com isto, Ortega y Gasset (2007) explicou a transição da invisibilidade das multidões para a manifestação permanente das mesmas.

Na perspectiva de Tarde (1903) o comportamento dos grupos é explicado, através do método da imitação, fenómeno ligado à Psicologia. De acordo com este autor, o comportamento dos grupos deriva de um processo de imitação, fruto de influências mútuas entre indivíduos, que quando inseridos na multidão tendem a tornar-se irracionais e replicam inconscientemente as ações dos restantes.

Posteriormente, muito outros académicos apresentaram as suas teorias, umas mais próximas e outras mais distantes, que, no entanto, não se assumem preponderantes para esta investigação. Neste trabalho decidimos enveredar, na tentativa de tornar a compreensão das *mediated crowds* mais simples, pela divisão teórica dos vários tipos de multidão apresentada por Stage (2013). O mesmo define que existem três tipos de multidões, consoante a importância da presença física dos indivíduos: a tradicional, também denominada por multidão corpo a corpo, alicerçada na presença física, baseada nas conceções de Le Bon (1896), Tarde (1969) e Canetti (1960); as *mediated crowds*, que, apesar de terem uma forte componente *offline*, ou seja, vertente física, utilizam os novos meios de comunicação, onde as redes sociais também entram, como ferramenta primordial de interação, teorizada por Baker (2011); e os *online crowds* que, basicamente, só se manifestam de forma virtual. Apesar do objeto do nosso trabalho ser apenas o segundo tipo de multidão suprarreferido (*mediated crowd*), torna-se premente a compreensão dos outros tipos para conseguirmos um entendimento claro destas mesmas multidões.

Stage (2013) apresenta esta divisão com base na conceptualização de multidão apresentada por Le Bon (1896), pois considera que este último mantinha na sua teoria uma abertura à ideia de que poderia haver formação de multidões que não compartilhavam o espaço físico. Deste modo, Stage (2013) tenta aliar a evolução do mundo em que vivemos à teoria de Le Bon (1896), na qual o mesmo afirmava que devido à natureza irracional e imprevisível da multidão a sua potência poderia considerar-se transformadora em termos sociais. O último autor suporta que uma multidão não se poderia apenas definir por um conjunto de pessoas reunidas no mesmo local, pois é, na verdade, um tipo de encontro entre

uma massa de indivíduos com ligação afetiva, não individualizada, onde o raciocínio não é primordial. Esta massa pronta a reagir e unida por uma coesão mental, demonstra-se ainda como impulsiva e sugestionável aos seus líderes, tendo tendência para a hipérbole, afirmação e reiteração (Le Bon, 1896). Caracteriza-se pelo “desaparecimento da consciência pessoal e a mobilização dos sentimentos e dos pensamentos para uma direção definida” (Le Bon, 1896, p. 18). Stage (2013) considera que a disposição para agir em massa numa multidão tradicional é caracterizada por uma “lógica de contágio” (Le Bon, 1896) em que a racionalidade de um indivíduo é subjugada a uma “mente coletiva”.

4.1 Público

A teoria da multidão de Le Bon, na ótica de Stage (2013) não parece, só por si, suficiente para a compreensão da atual dinâmica social impulsionada pela mediação de relações hoje em dia existente, através os novos meios de comunicação. Portanto, é relevante a distinção que Tarde (1903) faz entre multidão e público. A multidão diz respeito a “uma coleção de conexões físicas produzida, essencialmente, através de contactos físicos” (Tarde, 1969, p. 278), enquanto o público se caracteriza por “uma dispersão de indivíduos que estão separados fisicamente, sendo a sua coesão inteiramente mental” (Tarde, 1969, p. 277). Desenvolvendo o conceito de público, consegue-se, na perspetiva de Warner (2002) destringir três géneros do mesmo: o primeiro, como uma “espécie de totalidade social (p. e. uma nação, uma cidade, um estado)” (Warner, 2002, p. 49); o segundo, que se encontra num local específico aquando da realização de determinado evento (p. e. audiência numa sala de cinema); e o terceiro que se forma em relação à circulação de determinado texto ou informação, designado de “material circulatório”. Este terceiro e último tipo de público é importante, uma vez que “amplia a noção tradicional de uma esfera pública singular [pois] existem múltiplos públicos e cada um pode pertencer a vários públicos diferentes” (Stage, 2013, p. 3). O exemplo mais flagrante desta afirmação consubstancia-se num determinado blogue que, apesar de não representar a totalidade social, permite a comunicação e estabelece relações entre os seguidores (normalmente não se conhecendo entre si pessoalmente). Quando o “material circulatório” em si contido recebe a atenção dos mesmos, maior ou menor, consoante o interesse destes, podendo também os mesmos difundir esse “material” (Stage, 2013).

Tarde (1969) considerava que uma pessoa envolvida num público detinha uma maior racionalidade e um maior controlo sobre si própria do que uma pessoa incluída numa

multidão, isto porque possuía tempo para absorver aquilo que lia, via ou ouvia e poderia refletir sobre o mesmo. Contudo, tal como Stage (2013) defende, a rapidez imediata e multidimensional, caracterizada pela rutura da noção espaço temporal, dos atuais meios de comunicação *online* (p. e. redes sociais) difundem as barreiras entre um público mediado e uma multidão não mediada. O mesmo autor exemplifica esta difusão alegando os momentos de instabilidade pública, muito característicos dos nossos dias, onde apesar de muitos dos laços entre as pessoas serem criados a partir da comunicação mediada (sendo, por isso, geralmente, fracos), levam esse mesmos utilizadores *online* a participarem, motivados pelas mesmas causas, em multidões *offline* (espaço físico).

Na ótica de Stage (2013), o atual contexto tecnológico leva à mobilização permanente de indivíduos, que mesmo não se conhecendo, se apoiam, suportam ou lamentam, consoante a situação, mostrando-se cooperantes numa causa cujos contornos até podem nem ser bem conhecidos. Atualmente, é frequente assistirmos a debates, indignações ou mesmo lutos coletivos via *online*. Tudo isto nos faz tender um pouco para a conceção de Canetti (1960), quando o mesmo refere que a comunicação tem o poder de agregar inúmeras pessoas pela mesma causa, mesmo quando as próprias desconhecem ao certo qual será a causa da mobilização, mobilizando-se para estar junto da maioria.

4.2 Multidão tradicional

Le Bon (1896) referiu que uma multidão se tratava de uma partilha de processos afetivos que levavam a uma coesão mental e predispunha os indivíduos para uma ação coletiva. É, neste aspeto, que Stage (2013) afirma que as alterações a nível dos processos comunicacionais podem funcionar como uma ferramenta impulsionadora de multidões, pois os mesmos ao permitirem a rápida difusão de informação, através de mensagens, vídeos ou qualquer outro formato, também podem difundir afetos e sentimentos.

Stage (2013) interpreta que, apesar da teoria de Le Bon (1896) indicar que as multidões deviam, para o ser, partilhar um espaço e tempo comuns, não parece apontar que a copresença de indivíduos seria condição indispensável para a criação destas e refere ainda que “a ação de contágio pode ter efeitos à distância pela influência de eventos que conferem a todas as mentes uma tendência e características peculiares a uma multidão” (Le Bon, 1896, p. 73). Stage (2013) na sua análise utiliza este espaço deixado por Le Bon quanto à possibilidade de agregação de multidões à distância e indica os novos meios de comunicação, incluindo as redes sociais, como ferramentas para a formação das multidões.

Estes mediam a comunicação, as relações e, muitas vezes, é através deles que se promovem os encontros físicos dos usuários que resultam na concentração de multidões físicas.

É nesta transposição das multidões, reunidas através do espaço virtual, para o espaço físico que focamos a orientação da nossa análise, mas só posteriormente abordaremos este fenómeno.

Para que consigamos entender da melhor maneira o que são então as *mediated crowds* torna-se necessário compreender a última conceção de multidões indicada por Stage (2013), designada de *online crowds*.

4.3 Online crowds

Apesar de Stage (2013) afirmar que a teoria de Le Bon (1896) é focada no carácter irracional da multidão, o primeiro considera que esta não deixa de ser importante para a sua análise às *online crowds*, ao considerar a possibilidade de se formarem multidões sem que para isso tenha necessariamente de haver uma mediação no espaço físico.

As *online crowds* surgem para Stage (2013) no mesmo contexto social e tecnológico que as *mediated crowds*, embora manifestando-se de maneira diferente. Para este autor, uma multidão não necessita indissimuladamente de uma dimensão *offline*. O mesmo afirma que as *online crowds* se caracterizam, como o seu próprio nome indica, pela sua única dimensão *online*.

Estas multidões baseiam-se na ideia de um processo de contágio que orienta numa direção os afetos de um conjunto de utilizadores *online* (Stage, 2013).

Deste modo, pode haver uma coexistência entre multidão e público, isto quando existe uma fusão de públicos “*online* de terceiro tipo (com base em circulações discursivas de texto) (...) com os de segundo (com base na partilha de um certo texto mediático num espaço *online* sincronizado)” (Stage, 2013, p. 6). Porém, na perspetiva do mesmo autor, para ser considerado como multidão é necessário que exista uma forte união de afetos entre os indivíduos. Assim, existem duas componentes essenciais no comportamento dos *online crowds*: a partilha de processos afetivos e a afluência conjunta a certos *sites online* (Stage, 2013).

4.4 Mediated crowds

Blackman (2012) afirma que na sociedade do séc. XXI as multidões transformaram-se em termos de mobilidade, flexibilidade e adaptação.

O termo *mediated crowd* foi definido por Baker (2011). Este autor associa o progresso dos *social media* e as transformações ao nível comunicacional que estes trouxeram à emergência deste novo fenómeno de multidões.

Rheingold (2002) foi um dos primeiros a ensaiar algo sobre a agregação de multidões e a influência dos novos meios de comunicação, tais como os telemóveis e a *internet*. O mesmo utilizou o termo de *smartmob*, com o qual definia as manifestações de carácter político que faziam uso das novas tecnologias, não só para efeitos de comunicação, bem como para efeitos de divulgação, na tentativa de mobilizar mais pessoas para a mesma que, mesmo não se conhecendo, partilhariam das mesmas causas comuns. Para Rheingold (2002), os indivíduos passaram a cooperar entre si de uma forma inigualável, mesmo que não se conheçam, já que possuem através dos novos meios tecnológicos utilizados tanto a capacidade de comunicação, como de computação.

Por outro lado, existe outro tipo de aglomerações instantâneas que estão ligadas ao forte uso das novas TIC. Para Schieck (2005), as *flashmob* são também exemplos destas aglomerações, não possuindo, no entanto, carácter político, onde a mobilização acontece através dos mesmos meios de comunicação. O mesmo autor refere que estas aglomerações caracterizam-se pela sua instantaneidade, com o mero objetivo de reunir pessoas num determinado local a determinada hora para realizarem uma certa atividade, normalmente de âmbito recreativo. Ainda Schieck (2005) afirma que os dois conceitos *smartmob* e *flashmob* estão intimamente interligados, e, muitas vezes, chegam-se mesmo a confundir-se, todavia, distinguem-se apenas pelo carácter político ativista do primeiro e pela natureza recreativa do segundo, já que as formas de mobilização são praticamente as mesmas.

Nesta sequência, Baker (2011) cunha o conceito de *mediated crowds*, descrevendo-o como um fenómeno resultante da “digitalização da vida social”, ou seja, a evolução da tecnologia forneceu aos indivíduos novas formas de comunicar entre si, tornando os fenómenos de multidões mais dinâmicos e acelerando, de certo modo, todos os seus processos. Esta posição de Baker deve-se, em muito, à necessidade das multidões conseguirem ocupar um novo espaço público, que nos dias que correm, “é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da *internet* e a ocupação do espaço público: juntando o ciberespaço e o espaço urbano, numa interação inexorável” (Castells, 2013, p. 29).

Com a nossa análise consideramos que este fenómeno é muito semelhante às *online crowds* preceituadas por Stage (2013). Embora, a grande diferença entre eles seja a multidimensionalidade das *mediated crowds*, uma vez que estes não restringem a sua ação

apenas à dimensão *online* (virtual), mas também consideram a dimensão *offline* (física) como parte elementar destas multidões.

Todas as novas tecnologias, tais como os *smartphones*, as aplicações de mensagens instantâneas e as redes sociais impulsionam a capacidade de modelação da opinião pública através dos novos meios de comunicação (Baker, 2011). Assim, as *mediated crowds* são, na opinião de Baker (2011), multidões agregadas na esfera virtual que tendem a irromper da mesma para o espaço físico geográfico. Para este, o fenómeno aparece como uma evolução da teoria de multidão tradicional.

Várias definições de *online crowds* não nos parecem tão focadas como a de Stage (2013), não demonstrando ao certo a diferença entre as mesmas e as *mediated crowds*. Blackman (2012) definia as *online crowds* como sendo “multidões improvisadas [que] são idealizadas nas redes sociais, tais como o *Facebook* e o *Twitter*, e por canais de comunicação tais como o *Blackberry Messenger*, permitindo a formação de um público temporário e transitório tanto *online*, como muitas vezes *offline*” (Blackman, 2012, p. 27). Já Russ (2007) definia-as como formações sociais de indivíduos que “se reúnem virtualmente, se comportam e agem coletivamente e produzem efeitos e fenómenos que não seriam possíveis sem a *internet*” (p. 65). Consideramos que ambas são completas, contudo, não conseguimos precisar até que ponto estes autores desenredam os dois conceitos: as *mediated crowds* e as *online crowds*.

A definição de Blackman (2012) considera a dimensão física ou *offline* dos *online crowds*, conquanto já esclarecemos que, na ótica de Stage (2013) esta não existe, uma vez que conforme a sua divisão, o único tipo de fenómeno que engloba as duas dimensões são as *mediated crowds*. Quanto à opinião de Russ (2007) julgamos que se encaixa na perfeição nos dois últimos tipos de multidões enunciados por Stage (2013), pois ambos utilizam fortemente o ambiente *online*, em ambos existe uma ação coletiva e ambos também não seriam possíveis sem a existência da *internet*. Portanto, as duas opiniões são válidas, mas a definição de *online crowds* de Stage (2013) é, deveras, a mais recente e clara, destringendo claramente qual a verdadeira diferença entre as *mediated crowds* e as *online crowds*. Desta forma, decidimos então basear a nossa análise na divisão proposta por este último autor.

“As *mediated crowds* deram lugar à ação coletiva via *social media*” (Baker, 2011, p. 4), revolucionando, deste modo, as dinâmicas de grupo até agora estudadas. A distinção entre este tipo de multidão e a multidão tradicional, de acordo com Stage (2013) reside no facto das *mediated crowds* dependerem de forma inexorável dos *social media*.

Baker (2011) enuncia vários exemplos das *mediated crowds*, entre eles, os mais recentes, o movimento *Occupy Wall Street*¹⁹, os *Blackberry Riots*²⁰ e as “Primaveras Árabes”, cujos movimentos chegaram a ocupar tanto o espaço virtual como o espaço físico. O mesmo autor acrescenta também que o apoio aos *WikiLeaks*²¹ do movimento *Anonymous*²² que, embora não seja tão presente no espaço físico, não deve ser menosprezado, pois algumas das suas ações também se desenvolvem no espaço geográfico.

5. Emergência das *mediated crowds*

Sendo as *mediated crowds* um fenómeno que só recentemente começou a ser estudado, não existe muita bibliografia acerca do mesmo. Desta forma, tentaremos apresentar consoante aquilo que se encontra disponível um modelo de emergência das mesmas. Sabemos que a teorização deste fenómeno resulta, em grande medida, da evolução da ideia de multidão tradicional cunhada por Le Bon, sendo Stage (2013) que, posteriormente, enumera três tipos de multidões, incluindo neles as *mediated crowds*.

Baker (2011) refere, que no caso dos *Blackberry Riots*, não foi o facto dos indivíduos terem acesso a um telemóvel ou de pertencerem a uma rede social virtual que foi a causa dos tumultos. Na opinião do mesmo autor é uma visão limitada atribuir a responsabilidade dos motins às novas TIC, uma vez que estas apenas funcionam como facilitadores dos fenómenos. As emoções assumem, portanto o protagonismo nestas mobilizações (Baker, 2011).

Na visão de Baker (2011) estas multidões são o resultado quer de uma “atmosfera emocional comum” ou de um “clima emocional compartilhado” (Baker, 2011, p. 3), ou mesmo de ambos em simultâneo. Estes são, para o mesmo autor duas conceções distintas, mas que, algumas vezes, são indissociáveis. A “atmosfera emocional comum”, segundo Baker (2011) refere-se a estados temperamentais temporários que surgem após determinados

¹⁹ Movimento manifestante que luta contra as desigualdades económicas e sociais, que se iniciou a 17 de setembro de 2011, nos Estados Unidos da América, inspirado-se nas “Primaveras Árabes” (Castells, 2013).

²⁰ Protestos que começaram em Londres após a morte, por parte da polícia, de um cidadão britânico de origem africana, de seu nome Mark Duggan que geraram motins, pilhagens e fortes desacatos entre manifestantes e as autoridades (Baker, 2011).

²¹ “A Wikileaks é uma organização de media não lucrativa destinada a trazer a público informação importante” (Pacheco, 2011, p. 31), informação essa que surge de forma anónima e que, normalmente, é de carácter político e confidencial, sendo na sua maioria comprometedor para determinados governos e instituições de poder (Pacheco, 2011).

²² Os *Anonymous* são definidos por Gutiérrez (2012) como uma rede popular de *hackers*. Estes, em resposta à tentativa de dismantelar a *Wikileaks* responderam com ciberataques a várias instituições e empresas, defendendo e permitindo a continuação da atividade da mesma.

eventos, como a morte de uma figura conhecida ou a euforia proporcionada por um evento desportivo de relevo. Quanto ao clima emocional, Rivera (1992) afirma que este se trata de um estado emotivo mais evasivo por parte dos membros da sociedade perante a realidade social existente, como os programas políticos e as instituições do poder. Assim, o último sugere que o “clima emocional compartilhado” subjaz a sentimentos de indignação e emoções que vão sendo acumuladas ao longo do tempo, que de certa forma são mais controláveis.

Fazendo referência ao caso dos *Blackberry Riots*, Baker (2011) defende que, apesar de à partida ter sido a revolta pela morte de um indivíduo de etnia africana, por parte da polícia que espoletou os motins, ou seja, uma “atmosfera emocional comum”, não foi apenas este o fator incitador dos tumultos. O mesmo revela que a importância do acontecimento apenas serviu para despertar a atenção dos indivíduos para problemas mais profundos que já estariam a ser vivenciados na altura, como as desigualdades sociais, a discriminação e a pobreza, descrevendo assim a importância da existência também de um “clima emocional compartilhado”. Denota-se nesta situação, a conotação de sentimentos pré-existentes em algumas fações da sociedade que, de alguma forma estavam controlados se desgovernaram pela conotação da morte de um indivíduo a esses mesmos problemas. Baker (2011) refere que para um indivíduo conseguir estar envolvido coletivamente numa multidão, não basta que este esteja numa conformidade emocional com os outros, mas também que o próprio indivíduo deve perceber se se deve inserir na mesma ou não, consoante a sua própria avaliação, ou seja, existe um juízo de valor prévio dos indivíduos. Repare-se que, conforme o mesmo autor, um “clima emocional compartilhado” não significa, necessariamente, que todos os indivíduos experienciem as mesmas emoções em massa ou existência de uma “mentalidade coletiva homogénea”, afastando-se assim da teoria proposta por Le Bon (1896). Considera-se que, ainda assim, o juízo efetuado em muito pode ser condicionado pelo imediatismo, celeridade e massificação da informação disponível no ambiente virtual.

Outros autores, nomeadamente Castells são indispensáveis na análise do fenómeno de *mediated crowds*. Castells (2013) refere que quanto aos movimentos sociais em rede, nomeadamente às “Primaveras Árabes” e aos “Indignados”, que vamos posteriormente enquadrá-las no fenómeno *mediated crowds*, são virais. Este autor refere que quando as pessoas veem, leem e ouvem sobre protestos ou mobilizações em certo local, mesmo estando inseridas em contexto diferentes, podem ser inspiradas à mobilização muito por consequência da esperança numa possibilidade de mudança. Isto é, corrobora nossa ideia de

que as emoções podem ser estendidas à distância através dos meios comunicativos, muito por influência de um sentimento de esperança pela alteração de um *status quo*²³.

Na verdade, podemos verificar que as *mediated crowds* são impulsionadas pelas emoções tal como Baker (2011) refere. No entanto, mais à frente iremos analisar o modelo de Russ (2007) relativo à propagação de mensagens *online* que também nos parece fundamental para a agregação deste mesmo tipo de multidões, uma vez que as *mediated crowds* se caracterizam pela aglomeração de indivíduos a partir de um ambiente *online*, através do qual estes comunicam, se organizam e coordenam, manifestando-se, posteriormente, no espaço físico.

5.1 Modelo de propagação e adesão do conteúdo via *online*

Para além do papel fundamental que as emoções representam neste contexto e, dado que a formação das *mediated crowds* se inicia em ambiente *online*, parece-nos de todo profícuo analisar o modelo proposto por Russ (2007). Porém, este modelo foi proposto pelo autor numa perspetiva de estudo das *online crowds*. Todavia, e apoiando-nos em Stage (2013) a verdadeira destriça entre as *online crowds* e as *mediated crowds* consiste na manifestação física dos últimos no espaço físico, enquanto nos primeiros isso acaba por não ocorrer. Assim, torna-se premente a compreensão da dimensão virtual deste fenómeno, pois é via *online* que os indivíduos se agregam, com o intuito de compreender como e quem difunde as mensagens e como se forma uma multidão, preparada e orientada para uma determinada ação para conseguirmos perceber o porquê de nem todas estas ações terem o sucesso desejado.

É em Russ (2007) que iremos basear o nosso modelo. Este autor refere que as pessoas baseiam cada vez mais a sua opinião, fazem os seus juízos e retiram as suas ilações consoante a informação existente no espaço *online*. Este autor também defende que as raízes dos *online crowds* remontam às teorias e mecanismos das multidões tradicionais, contudo, “variam em velocidade, em tamanho e em escala” (Russ, 2007, p. 68).

Na adoção deste modelo iremos utilizar também alguma da informação recolhida a partir das entrevistas realizadas no contexto do trabalho, tentando adaptar da melhor maneira possível este modelo à realidade.

²³ Estado ou ordem em que a realidade se encontra (Duarte, 2012).

O modelo apresentado por Russ (2007)²⁴ fundamenta-se em quatro fases que passaremos a descrever adaptando ao contexto deste trabalho.

A primeira fase, denominada por “iniciação”, acontece através da agregação a partir de fatores psicológicos que atraem pessoas com algo em comum. Nesta fase, a validade do conteúdo, que pode ser uma mensagem, uma opinião, um vídeo ou até uma foto, é fator chave para o interesse das pessoas pelo mesmo (p. e. vídeo que representa a violência policial num Estado autoritário).

Numa segunda etapa, a “propagação” dá-se à medida que o conteúdo circula pela rede, onde existe quem se interesse e quem não lhe reconheça valor. No entanto, algumas pessoas ou instituições que são vistas por outras como entidades com maior reconhecimento, ou porque são mais conhecidas, ou porque tem no seu espírito crítico uma maior projeção, ou mesmo porque são mais ativos, acabam por funcionar como “gatilhos” do conteúdo (p. e. uma pessoa com estatuto na sociedade comenta que existe injustiças sociais nesse mesmo Estado). Muitas vezes, apesar de cada um conseguir efetuar um juízo sobre o que lê, vê ou simplesmente ouve, também acaba por enviesar a sua opinião pela confiança que nutre em certas pessoas ou pela constante atenção que se dá a determinado assunto.

O terceiro estágio, a “amplificação” é a última fase da agregação, propriamente dita, já que é aqui que se atinge a massa crítica, ou seja, a maioria das pessoas. Mecanismos facilitadores das redes sociais como os gostos, os *hashtags*²⁵ e as partilhas tornam-se muito importantes nesta fase, pois facilitam a difusão dos conteúdos. (p. e. muitas pessoas, residentes ou não, nesse mesmo Estado, começam a opinar e a divulgar conteúdos relacionados na tentativa de denunciar aquilo que consideram como iniquidades ou injustiças).

A última fase do processo, o “términus”, dá-se, normalmente quando o conteúdo perde o seu interesse, acabando assim o processo de difusão viral (p. e. a revolta em relação ao Estado ou à Polícia acaba por desvanecer, ou porque a ação policial é legitimada, ou porque o Estado é deposto, entre outros).

²⁴ Vide Anexo IV.

²⁵ De acordo com Hiscott (2008) a utilização do *hashtag* começou com o *Twitter* em 2007, mas rapidamente se alastrou a outras plataformas. Segundo o mesmo autor, estas ferramentas que se baseiam numa palavra ou mistura de palavras antecedida de um símbolo cardinal, funcionam como identificadores de certos eventos, pessoas, locais, programas ou qualquer outro conteúdo, permitindo aos utilizadores agruparem-se por interesses, de forma instantânea, através de um simples clique. O *hashtag* #Cairo foi um dos *hashtags* mais utilizados no decorrer dos protestos políticos no Egito aquando das Primaveras Árabes (Hiscott, 2008). Para mais informação consultar <http://mashable.com/2013/10/08/what-is-hashtag/>

Este modelo proposto por Russ (2007) não foi pensado especificamente para o fenómeno que abordamos no nosso trabalho, embora, na nossa opinião seja fundamental para entendermos a dimensão das *mediated crowds* na sua vertente *online*, dado que os intervenientes destas multidões se agregam de forma virtual e só, posteriormente, acabam por passar para o espaço físico.

A sobrecarga de informação, mensagens e conteúdos *online*, segundo Russ (2007), é nos dias de hoje uma realidade e, portanto as pessoas orientam e filtram a mesma pelos seus próprios interesses e pela validade do conteúdo, tal como já foi referido. Porém, existem certos fatores que influenciam a validade e o interesse desses mesmos conteúdos, o que, por sua vez, faz a diferença entre o fracasso e o sucesso dos mesmos e das suas ulteriores consequências.

Flor²⁶ alude que o momento é fundamental para o sucesso ou não de uma determinada mensagem. Ou seja, o conteúdo pode ter ou não interesse consoante o momento em que se insere. Flor²⁷ utiliza, como exemplo, o movimento *Je suis Charlie* que promove a liberdade de expressão. Este movimento emergiu na sequência do atentado terrorista ao jornal satírico francês *Charlie Hebdo*. Para o mesmo, se não tivesse existido o atentado não teria nascido o movimento. Desta forma, e recorrendo ao que já estudámos neste trabalho, foi então a “atmosfera emocional comum”, ou seja, as mortes trágicas que ocorreram durante os atentados, que espoletaram tamanha adesão a este movimento, porque as pessoas sentem-se tal como Flor²⁸ refere mais próximas da situação e, portanto, envolvidas pela mesma.

Por sua vez, Coimbra²⁹ refere-se à causa como fator preponderante na adesão a estes movimentos, pois é a força da causa que move as pessoas. O mesmo exemplifica que se não fossem as condições desumanas, o mau estar da população perante o regime e o anseio por uma maior liberdade já existentes na Tunísia antes da morte de Bouazizi que o vídeo da sua autoimolação não teria tido tanto impacto como teve. Desta forma, revela-se aqui a importância de um “clima emocional compartilhado” para o sucesso destes movimentos ou eventos.

Reforçando estas duas opiniões, Inácio³⁰ salienta a importância do fator emocional que conjugado com os problemas sociais da atualidade, como por exemplo, o desemprego, para a adesão a novos fenómenos.

²⁶ Conforme entrevista em Apêndice B.

²⁷ *Idem*.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ Conforme entrevista em Apêndice A.

³⁰ Conforme entrevista em Apêndice D.

Coimbra³¹ sublinha que com a *internet* tudo pode ser “viral”, o que quer que seja partilhado, pode adquirir uma dimensão astronómica, dependendo da sua importância, mas também do seu impacto.

Flor³² refere-se ainda à importância de certos “nós das redes”, ou seja pessoas para o sucesso destas mobilizações. Este ressalva a importância do apoio aos eventos e movimentos por parte de alguns *opinion makers*³³, que acaba por ter um papel preponderante na adesão aos mesmos. Isto vai de encontro ao referido por Russ (2007) na segunda fase do seu modelo, onde refere a importância de certas pessoas para propagação da mensagem.

O modelo proposto por Russ (2007) parece-nos também importante, pois apesar das emoções desempenharem um papel fundamental na emergência das *mediated crowds*, também a difusão das mensagens e conteúdos via *online* é preponderante para o sucesso e a adesão a estas movimentos ou eventos, que mais tarde resultam na manifestação física das *mediated crowds*.

³¹ Conforme entrevista em Apêndice A.

³² Conforme entrevista em Apêndice B.

³³ Pessoas incluídas nas redes sociais com uma grande legião de amigos, fãs ou seguidores.

Capítulo III – Novos fenómenos sociais promovidos pelas redes sociais e a PSP

As novas tecnologias alteraram profundamente todas as nossas vivências diárias, permitindo a emergência de novos fenómenos a nível social, ligados em grande parte à própria evolução da sociedade.

Neste terceiro e último capítulo, tenta-se perceber a origem de certas multidões originadas por diversos fenómenos a nível global, com o desígnio de enquadrar as mesmas, se possível consoante as suas características, como fenómenos de *mediated crowds*.

Posteriormente, procuramos contextualizar a ação da PSP para com este novo fenómeno de multidão, sendo que o paradigma legal não pode ser menosprezado, ao qual fazemos uma breve referência tendo em conta as especificidades das *mediated crowds*.

Numa última parte, é nosso intento enunciar e descrever quais os novos desafios para a segurança interna resultantes das *mediated crowds*.

1. Exemplos de *mediated crowds*

As *mediated crowds* como fenómeno recente têm surgido com alguma frequência, ocupando não só o ambiente virtual, como também o espaço físico.

De alguma forma, e na linha de pensamento de Baker (2011) e Castells (2013), podemos verificar que algumas *mediated crowds* podem encerrar em si uma ideia de alteração do estado previamente estabelecido, esperançados por uma mudança do *status quo*.

Na ótica de Duarte (2012), “na subversão está implícito o ato ou efeito de subverter, o que, em si, implica a existência de uma ordem prévia que se quer ver corroída” (p. 113), que inevitavelmente transforma o estado social existente. Na perspetiva do mesmo autor, a subversão é um “instrumento de ação efémero”, com objetivo de transformação. Esta ação transmutativa na visão de Benjamin (citado por Duarte, 2012) compreende “um processo social conducente a uma rutura total ou parcial, de uma dada ordem conjuntural e caracterizado pela informalidade ou marginalidade de atuações” (p. 113).

Por conseguinte, percebemos que associada à subversão se encontra uma incompatibilidade relativa à ordem existente que se quer ver corrompida (Duarte, 2012). A subversão, por seu lado, está relacionada com uma ideia de violência, mas na sua conceptualização política (Duarte, 2012). Neste estudo, consideramos a violência enquanto

situações que desafiam o caráter pacífico de uma reunião ou manifestação³⁴. De salientar, nesta ótica, o defendido por Canotilho e Moreira (1993) que consideram que o caráter violento das mesmas, se consubstancia no facto da maioria dos manifestantes expressar intenções violentas. Assim, não basta a existência de um pequeno grupo de manifestantes com essas intenções para que as autoridades possam interromper a reunião ou manifestação. Portanto, as *mediated crowds* podem revelar-se como instrumentos para a ação subversiva. Nestas, pode estar latente um caráter de mudança ou alteração do *status quo*, mesmo que não seja permanente. Esta iniciativa de mudança pode ser alcançada através da violência ou não, como verificaremos de seguida.

Apesar de Baker (2011) basear a sua teoria nos tumultos violentos designados de *Blackberry Riots*, neste estudo iremos apresentar diferentes exemplos de *mediated crowds*, nomeadamente uns primeiros onde a violência existiu e os outros não violentos, de forma a conseguirmos entender bem a amplitude deste fenómeno.

De todas as características das *mediated crowds* ressaltamos como fulcrais quatro delas: a emergência da multidão a partir da emoção, podendo ela resultar, tal como Baker (2011) referia de uma “atmosfera emocional comum” ou de um “clima emocional comum”, podendo coexistir ambos em simultâneo; o forte uso das novas tecnologias de comunicação para agregação, organização e coordenação das multidões; a necessidade de irromper do espaço virtual para o espaço físico geográfico, espaço esse que tem um significado simbólico; e a espontaneidade da formação destas multidões.

1.1 As “Primaveras Árabes” e os “Indignados”

Castells (2013) define os movimentos sociais em rede, e apresenta vários exemplos dos mesmos como as “Primaveras Árabes” e os “Indignados”, os quais são abordados neste trabalho. Consideramos pertinente explicar o porquê de considerarmos os mesmos movimentos como fenómenos de *mediated crowds*.

Na visão de Duarte (2015), as “Primaveras Árabes” podem definir-se sucintamente como uma vaga de manifestações e protesto populares revolucionários que se iniciou na Tunísia, em dezembro de 2010, e posteriormente se alastrou a países do Norte de África e pelo Grande Médio Oriente. O mesmo autor acrescenta que os países onde estes protestos se mostraram mais incisivos foram a Tunísia, o Egito e a Líbia. No entanto, noutros como no Iémen, Síria, Bahrein e Jordânia também produziu efeitos (Duarte, 2015). Neste trabalho

³⁴ Esta temática é explorada adiante.

abordamos apenas os primeiros três. Segundo Rogeiro (2011), tudo começou na Tunísia com a autoimolação em praça pública de Mohamed Bouazizi, a 18 de dezembro de 2010, em protesto contra a corrupção e dos abusos policiais que havia sofrido, característicos da opressão do governo que se vivia no país à época.

A notícia da imolação de Bouazizi difundiu-se rapidamente, sensibilizando as pessoas e despertando-as para as atrocidades que haviam vindo a ser praticadas. Através das redes sociais várias pessoas organizaram protestos e saíram à rua na tentativa de inverter esta opressão, depois de permanentes manifestações, protestos, violência e mortes, o governo de Ben Ali acaba por cair a 14 de janeiro de 2011 (Rogeiro, 2011).

Tal como Castells (2013) menciona os protestos alastraram-se a outros países que também partilhavam de restrições semelhantes por parte dos seus governos. “Na Praça Tahir, no Cairo, a 25 de janeiro de 2011, milhares gritaram «A Tunísia é a solução»” (Castells, 2013, p. 37) fazendo-se referência aos protestos na Tunísia que acabaram com a deposição do governo. Vários governos foram derrubados, com maior ou menor resistência, líderes como Hosni Mubarak (Egito) acabaram por sair do poder e Muammar al-Gaddafi (Líbia) acabou mesmo por ser morto, procedendo-se a alterações de regimes (Duarte, 2015). Ghonim (2012), um dos nomes responsáveis pela mobilização egípcia, afirmou que a “supressão dos *media* do mundo físico fez do mundo virtual uma alternativa crítica para a promoção da causa” (p. 63) e que a facilidade de difusão de informação e à acessibilidade ao mesmo foi peça chave no sucesso das revoluções egípcias. Safranek (2012) defende que, apesar de todas as restrições a que a *internet* e as redes sociais foram sujeitas por parte do governo, os protestantes com auxílio de muitos apoiantes de toda a parte do globo conseguiram sempre escapar-se à censura espalhando a sua luta por todo o mundo, o que, de certa forma, também contribuiu para o seu sucesso. Durante os protestos no Egito, Ghonim criou uma página no *Facebook* onde o seu “objetivo mais importante foi esperançar os corações de todos os membros da página e de todos aqueles que participaram” (Ghonim, 2012, p. 81) nos mesmos.

Podemos, concluir que “este ímpeto revolucionário é fortemente marcado pela volatilidade dos protestos contra os regimes, pelo efeito dominó da contestação e insurreição, e pela forma de comunicação subversiva baseada em plataformas de redes sociais disponíveis na *internet*” (Duarte, 2015, p. 40).

Os “Indignados” ou as “Indignadas” como os meios de comunicação popularizaram foi a designação encontrada para uma série de protestos políticos que ocorreram em várias cidades espanholas, iniciando-se a 15 de maio de 2011, devido à revolta quanto às políticas

económicas adotadas pelo governo espanhol face às exigências e cortes orçamentais impostas pela Alemanha e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) (Castells, 2013). Na análise de Anduiza, Cristancho e Sabucedo (2014), estes protestos à semelhança das “Primaveras Árabes” também se alastraram a outros países ocidentais, tais como Portugal, onde “os protestos «Geração à Rasca» (março de 2011) e «Que se Lixe a Troika!» (setembro de 2012) representaram duas iniciativas importantes em termos de mobilização e participação dos cidadãos nacionais” (Coimbra, 2014, p. 38) levando milhares de pessoas às ruas portuguesas. Nos “Indignados”, segundo Anduiza et al. (2014), cerca de 130 mil pessoas saíram à rua em várias cidades espanholas exigindo uma democracia real antes das eleições municipais, organizando-se principalmente através das redes sociais. Tal como referem Monterde e Postill (2013), foram visualizadas formas de protesto *online* e *offline* sem precedentes, onde a *internet* móvel possibilitou a hibridização do espaço, ou seja, houve o trespasse da esfera digital para a esfera física. No decorrer das manifestações e protestos, os manifestantes ocuparam vias de elevado tráfego e praças míticas, chegando a haver incidentes com a própria polícia, na tentativa desta última desmobilizar os participantes destes mesmo locais, tendo o governo alegado que essa ocupação era, em muitos sítios, ilegal (Monterde & Postill, 2013).

Após esta caracterização de acontecimentos estamos prontos para confirmar as razões pelas quais estes fenómenos se tratam de *mediated crowds*.

Estes movimentos nascem das emoções, englobando a primeira característica relativa às *mediated crowds*. É a esperança o motor para a mobilização das pessoas. O “clima emocional compartilhado” é evidente, uma vez que os sentimentos que mobilizam as pessoas derivam de situações que a maioria vivencia ou presencia, como as desigualdades e as injustiças sociais. A existência de uma “atmosfera emocional comum” nem sempre se verifica. Por exemplo, na Tunísia com a autoimolação de Bouazizi existiu, mas em Espanha não houve nenhum acontecimento dramático que ditasse o início das revoltas, houve sim um momento em que a população se sentiu revoltada com todas as exigências sociais e económicas a que estava a ser sujeita. No entanto, e em última análise podemos considerar ainda o momento em que surgem os “Indignados”. De certa forma, não podemos afirmar que se trata de uma “atmosfera emocional comum”, pois esta atmosfera remete-nos para acontecimentos mais marcantes, como mortes ou catástrofes. Contudo, tendo em conta que a indignação seria perante a ação governativa e, que se tratava de um período precedente a eleições municipais, neste caso em específico, houve muito algo muito semelhante a uma

“atmosfera emocional comum”, pois tratou-se de um momento decisivo para o futuro do país.

As multidões começam a agregar-se no espaço *online*, normalmente nas redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter* e usam-nas como meios de comunicação, como enunciámos no segundo ponto relativo às particularidades das *mediated crowds*. Os seus ideais difundem-se, juntam-se mais pessoas à causa, organizam-se e coordenam-se a partir destas plataformas. A partilha de experiências entre as pessoas é fundamental para a identificação entre as mesmas. Assim, confirmamos a segunda vicissitude das *mediated crowds*;

Essas multidões transportam-se, posteriormente, para o espaço físico, onde se manifestam, geralmente, em locais simbólicos, que no caso dos movimentos de cariz político se assumem como locais representativos de órgãos de poder, confirmando a nossa terceira especificidade.

A génese espontânea das multidões nestes eventos une-se à quarta e última particularidade das *mediated crowds*. As implicações de haver um grupo de uma rede social seguido e apoiado por milhares de pessoas são, na verdade, muito diferentes da manifestação dessas mesmas em pleno espaço físico. Agora, imagine-se a emergência espontânea de uma multidão de milhares de pessoas nas ruas, de um determinado local, em apoio a uma certa causa. Normalmente, a manifestação é o auge de um clima de indignação perante algo, que nestes movimentos tende a ser perante a ação governativa.

Assim, podemos classificar as multidões emergentes destas revoltas como *mediated crowds*, uma vez que as quatro características que indicámos estão presentes.

É ainda, de salientar que as *mediated crowds*, no caso específico das “Primaveras Árabes” especialmente, na Tunísia, no Egito e na Líbia foram o instrumento para uma ação transformadora. No fundo, estas multidões foram a ferramenta utilizado o efeito subversivo que, de acordo com Duarte (2012), corroeu a ordem social que se queria ver transformada, levando à deposição dos governos e à alteração de regimes.

1.2 Os *meets*

Estas características levam-nos até outro fenómeno recente, que tem preocupado o nosso país, os *meets*. Para os compreendermos e conseguirmos classificá-los teremos que procurar a génese dos mesmos.

Kemp (2014) constata que os *meets* surgem no Brasil no final de 2013, onde são denominados de “rolezinhos”, caracterizando-se por serem “encontros marcados por redes

sociais que atraem centenas de jovens da periferia” (Kemp, 2014, p. 1) até aos centros comerciais. Estes, para o mesmo autor, preencheram os *media* nacionais e internacionais e levaram a várias intervenções policiais e à aplicação de medidas judiciais. Também Alonso e Silveira Jr. (2014) descrevem os “rolezinhos” como encontros de adolescentes, normalmente oriundos da periferia das grandes cidades, marcado através da *internet* com o objetivo de conhecer novas pessoas e de se divertirem em ambientes de natureza consumista. Para estes últimos autores, os *meets* ou “rolezinhos” já existiam mas ganharam protagonismo quando passaram a originar tumultos e começaram a exigir a intervenção policial.

Os centros comerciais, local primordialmente escolhido para a concentração dos jovens, “são espaços privilegiados de consumo” (Kemp, 2014, p. 2) não sendo por isso, segundo Kemp (2014) ao acaso que os jovens os escolhem como local destas aglomerações.

Viana (2014) refere que para a convocação dos jovens para estes encontros, a *internet* e as redes sociais, onde principalmente o *Facebook* e o *Twitter* assumem um papel de meio de comunicação facilitador. Estes possibilitam a difusão rápida dos convites entre os jovens, mas também a publicação posterior de vídeos e conteúdos referentes a esses mesmos encontros (Viana, 2014). Estas práticas asseguram aos participantes a “visibilidade num mundo onde estar nos [meios de comunicação] e ostentar uma imagem de consumidor poderoso é o *status* desejado por muitos” (Kemp, 2014, p. 4).

Viana (2014) refere que é importante destacar que os “rolezinhos” se tratam de fenómenos coletivos e não individuais, pois é a coletividade que causa impacto. Os *meets* “têm-se mostrado um movimento difuso que desafia análises de intelectuais e representantes políticos” (Alonso & Silveira Jr., 2014, p. 4). Este fenómeno, para o mesmo autor, trata-se de uma afirmação dos jovens de classes desprivilegiadas perante as classes privilegiadas, através da ocupação de um espaço que, por natureza, pertence às últimas. É na coletividade, tal como refere Viana (2014) que os jovens depositam as crenças, pois se fosse um único indivíduo a entrar num destes locais seria o mesmo a sentir-se isolado, com medo ou mesmo envergonhado, mas entrando acompanhado, muitas vezes por dezenas, centenas ou até milhares de jovens como ele, como já aconteceu, “o medo passa para o outro lado” (Viana, 2014, p. 5).

Conforme a análise de Silva e J. Silva (2014), os participantes trazem consigo identificadores da sua cultura, tais como músicas características como o *funk da ostentação*, o *rap*, o *hip hop*, transmitindo a mensagem de que a periferia veio à cidade, como forma de manifestar o seu desagrado por se sentirem fora da sociedade, já que raramente as classes

alta e média se deslocam ou são vistos na periferia, tendo a minoria de invadir os espaços destas para se mostrar como parte integrante desta mesma sociedade.

Na perspetiva de Viana (2014), um *meet* “não tem objetivos subversivos” (p. 5) sendo que, contrastando Kemp (2014) alude que o real objetivo é a procura da afirmação destes jovens através da “ocupação de espaço, numa clara expressão de pertencimento dos jovens ao universo do consumo, representado pelos [centros comerciais]” (Kemp, 2014, p. 2). Recorrendo ainda a Kemp (2014), na sua essência este fenómeno está muito relacionado com a globalização e com o capitalismo, pois um mercado global que se pretende cada vez mais homogeneizador está a transformar-se num mercado onde as desigualdades sociais se tornam cada vez mais evidentes. Esta ocupação dos centros comerciais representa claramente a tentativa dos jovens se integrarem nesta sociedade consumista, sendo que “o consumo cria certa homogeneidade que mina possibilidades de distinção” (Caldeira, 2014, p. 13). Assim, esta ocupação de espaço é, de certa forma, subversiva, visto que pretende a alteração do *status quo*. Podemos assim considerar que um *meet*, nas suas origens tem um carácter subversivo, ainda que não violento.

Estas multidões aproximam-se de um “estilo *flashmob*” (Alonso & Silveira Jr., 2014, p. 4), mas onde existem sentimentos de indignação face à discriminação e desigualdades vividas pelos jovens. Apesar do carácter não violento destes eventos, existe uma séria preocupação dos governos e das autoridades para com estes fenómenos, tal como defende Viana (2014), uma vez que a espontaneidade e a coletividade que os caracteriza torna os mesmos fonte de insegurança, até porque tal como acrescentam Silva e J. Silva (2014) estas incursões podem descambar noutros problemas, como pequenos furtos, roubos ou até agressões entre jovens rivais.

Estes “rolezinhos” são baseados na ideia de que “é de atos quotidianos que desafiam os limites das separações sociais que dependem tanto a diminuição da desigualdade como o fortalecimento da democracia” (Caldeira, 2014, p. 20).

Contudo, e conforme Silva e J. Silva (2014) este objetivo sendo o mais importante para a nossa investigação pois procuramos entender as raízes sociais do fenómeno, não é aquele que é referido pelos participantes quanto ao propósito dos *meets*, mencionando os mesmos que estes servem apenas para “promover o encontro entre pares, possibilitar a sociabilidade grupal, própria do grupo de idade” (Silva & J. Silva, 2014, p. 25).

Este recente fenómeno social, o *meet*, gerou pela primeira vez controvérsia em Portugal, quando no dia 20 de agosto de 2014, cerca de seiscentos jovens se reuniram nas

imediações do Centro Comercial Vasco da Gama em Lisboa e tentaram entrar ao mesmo tempo neste (Moleiro, 2014).

No entanto, este não foi o primeiro fenómeno deste tipo em Portugal, destacando-se apenas pelos distúrbios e posterior intervenção da PSP no local. Foram levantadas questões, principalmente nas redes sociais, em torno da ação policial caracterizando-a como racista e discriminadora (Lopes & Faria, 2014).

Mais tarde, tal como refere Novais (2014), a 24 de agosto do mesmo ano, no decorrer das Festas do Mar em Cascais, onde a PSP já estava preparada para a possível existência de um *meet*, durante um concerto também ocorreram vários desacetos dos quais resultaram vários feridos, terminando com a intervenção policial.

Assim, este fenómeno recente tem merecido atenção, por parte do governo e das autoridades pelos tumultos que pode provocar, pondo em causa a ordem e a tranquilidade pública, ainda que não seja de uma forma grave.

De salientar, que em Portugal os designados *meets*, apesar de terem as suas raízes no “rolezinhos” brasileiros se separam um pouco das suas origens mais ligadas aos elementos simbólicos da sociedade consumista. No nosso país, conforme Raposo (2014), os contornos em termos de índole subversiva não chegam a ser atingidos, pois, não se denota um cunho ideológico tão acentuado como acontece no Brasil. De acordo com o mesmo, em Portugal, as intenções dos jovens prendem-se, por norma com a referida sociabilidade e entretenimento enunciada pelos participantes.

Existe a presença de emoções confirmando a primeira vicissitude das *mediated crowds*, pois é a indignação que estes jovens sentem por serem segregados, isolados ou até estigmatizados pelo resto da comunidade que os leva a promoverem estes encontros, na tentativa de se afirmarem perante a sociedade. Assim, podemos identificar a presença de um “clima emocional compartilhado”. A existência de uma “atmosfera emocional comum” não é condição essencial, pois os jovens reúnem-se de forma espontânea, sem necessidade de um precedente relevante que provoque a sua ação. Desta forma, também a primeira característica das *mediated crowds* se encontra nos *meets*.

Quanto ao segundo requisito, também ele é preenchido, dado que os jovens se agregam no espaço *online*, normalmente nas redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter* e usam-nas como meios de comunicação. Eles organizam o encontro através das mesmas e, posteriormente, utilizam-nas para partilharem e comentarem com informação relativa ao encontro e até para se conectarem entre si nas redes sociais.

Estes eventos que nascem num ambiente virtual transportam os seus participantes, posteriormente, para o espaço físico, onde se juntam em locais simbólicos que, normalmente estão relacionados com o símbolo do consumismo, colmatando assim o terceiro elemento constituinte de uma *mediated crowd*.

A génese espontânea das multidões resultantes destes encontros, também coincide com quarto e último requisito da nossa análise ao fenómeno das *mediated crowds*. Os jovens convidam-se mutuamente através das redes sociais e, num curto espaço de tempo, milhares de jovens podem estar nas ruas preparados para o encontro.

Em suma, podemos caracterizar um *meet* como um exemplo de *mediated crowd*.

2. A importância das redes sociais na ação da PSP

A função primordial da PSP encontra-se plasmada no Art.º 272.º da Constituição da República Portuguesa (CRP). Conforme o n.º 1 do Art.º 272.º deste diploma, “a polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”.

“A liberdade de reunião e manifestação é reflexo direto da soberania popular” (Elias & Pinho, 2012, p. 38), numa sociedade democrática esta mesma liberdade é um direito fundamental dos cidadãos. Para a PSP como “a Força de Segurança em Portugal que garante o livre exercício de DLG no maior número de manifestações e nas operações de segurança mais complexas” (Elias & Pinho, 2012, p. 42), torna-se premente o estudo das *mediated crowds*, uma vez que estas têm implicações diretas na ação desta mesma força. Neste sentido, torna-se relevante analisar a importância das redes sociais para a ação da PSP.

2.1 Direito de reunião e manifestação

A propósito das *mediated crowds*, Carvalho³⁵, em consonância com Elias e Pinho (2012), refere que o papel da polícia é fulcral na garantia do direito de reunião e manifestação, pois uma grande parte dos eventos que são promovidos através das redes sociais tem a sua expressão a nível geográfico, afigurando-se como *mediated crowds*.

Não é objetivo deste trabalho aprofundar os conceitos de reunião ou manifestação, porém a compreensão de certas vicissitudes do direito de reunião e manifestação torna-se essencial.

³⁵ Conforme entrevista em Apêndice C.

Este direito encontra-se plasmado no Art.º 45.º da CRP, sendo regulado pelo Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de agosto. Elias e Pinho (2012) argumentam que, apesar do mesmo se inserir nos DLG, não é revestido de carácter absoluto, uma vez que a CRP estabelece claramente vários limites a este direito, dos quais se destaca carácter pacífico e sem armas, pois, como já vimos é o que gera mais problemas à Polícia advindo de algumas *mediated crowds*. Conforme o Art.º 20.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH), o carácter pacífico e sem armas é requisito obrigatório para a proteção constitucional deste direito. Assim sendo, as reuniões e manifestações não podem ser violentas, armadas, entendendo-se por arma, na ótica Canotilho e Moreira (1993), qualquer objeto que possa ser usado numa agressão ou com esse fim, por exemplo uma pedra, uma barra de ferro, entre outros.

De acordo com os mesmos autores, no carácter pacífico, incluem-se as intenções e as mensagens exteriorizadas, que também não podem ser violentas, nem proibidas. O Art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de agosto, define que as autoridades só a poderão interromper este direito, se no decorrer do mesmo se vierem a revelar factos contrários à lei ou que afetem gravemente a ordem e a tranquilidade públicas, o livre exercício dos direitos de terceiros ou que ofendam as considerações devidas aos órgãos de soberania e às Forças Armadas. Ainda, na ótica de Canotilho e Moreira (1993), para que uma manifestação seja considerada violenta e armada, a maioria dos manifestantes têm de manifestar expressamente intenções violentas, ou seja, não basta que haja um pequeno grupo de manifestantes com essas intenções para que possa a reunião ou manifestação ser proibida.

Existem outros formalismos, como o aviso prévio, previsto no Art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de agosto, sublinhados por Carvalho³⁶ que, apesar de muitas vezes não serem cumpridos, não invalidam que a PSP não tenha de garantir o direito de reunião e de manifestação, bem como a segurança das pessoas e dos bens.

As novas formas de manifestação e de reunião de pessoas, que muitas vezes se constituem através de *mediated crowds*, tal como referem Elias e Pinho (2012) ultrapassam em muito o que se encontra preceituado legalmente, conquanto, e apesar do Decreto-Lei n.º 406/74, de 29 de agosto, se encontrar “desajustado às dinâmicas hodiernas, as forças de segurança continuam a fazer prevalecer os direitos fundamentais, uma vez que o cidadão é o centro da missão e da atividade quotidiana da Polícia” (Elias & Pinho, 2012, p. 38).

³⁶ Conforme entrevista em Apêndice C.

2.2 Operações de Segurança da PSP

Adequando-se a todas as inovações, na tentativa de garantir da melhor maneira a missão da Polícia, conforme sustentam Elias e Pinho (2012) uma operação de segurança da PSP perante eventos públicos de maiores dimensões, como é o caso de uma manifestação, abarca quatro fases essenciais.

A primeira etapa é “a pesquisa e o processamento” que se inicia com a recolha da notícia ou com a informação sobre a convocação de determinado evento. Nesta fase, são analisadas as fontes abertas³⁷ e é recolhida toda a informação possível³⁸ que diga respeito ao evento, como o local, a data e a hora, o número de participantes, entre outros elementos que se revelem importantes para o planeamento. Nesta fase, o Departamento de Informações Policiais (DIP) e serviços de informações policiais desempenham uma tarefa de extremo relevo, pois transformam as notícias recolhidas em informações pertinentes, com as quais elaboram relatórios de informações que, posteriormente, são difundidos às unidades policiais empenhadas.

O segundo estágio é denominado de “planeamento operacional”. Este consiste na coordenação das valências e entidades internas e externas que se julguem necessárias e envolvidas, definindo-se os meios humanos e materiais necessários tendo em conta o evento em si. É nesta fase que se elabora o Plano de Operações³⁹.

A “execução” é a terceira fase. Inicia-se com o *briefing* onde devem estar presentes todos os envolvidos, onde se inclui o comandante do policiamento. O dispositivo policial é colocado no terreno, e através do acompanhamento do evento é adaptado consoante o desenrolar dos mesmos.

O *debriefing* é a última fase da operação que consiste na reunião com as unidades e subunidades empenhadas, onde é feito uma análise dos acontecimentos, fornecendo através da mesma base, “contribuindo assim para a correção de falhas e/ou sistematização de boas práticas e a sua incorporação na doutrina da PSP” (Elias & Pinho, 2012, p. 47).

Para Elias e Pinho (2012), este processo é dinâmico e a permanente análise da evolução dos eventos através das fontes abertas torna-se fulcral. Desta forma, apercebemo-

³⁷ As fontes abertas são definidas por Shulsky (1993) como fontes onde a informação se encontra disponível para todos, sem qualquer tipo de restrição, como os jornais, revistas, relatórios, onde agora podemos também incluir as páginas abertas das redes sociais.

³⁸ Segundo Pereira (1999), muito devido à evolução das novas tecnologias a maioria das informações obtidas são adquiridas a partir de uma pesquisa orientada para fontes abertas.

³⁹ Documento institucional, de carácter operacional, que contém um conjunto de diretivas e indicações para determinado evento.

nos que as páginas abertas das redes sociais, pelas características já analisadas, podem-se revelar importantes para a PSP.

2.3 As redes sociais, a informação e a ação da PSP

As redes sociais são fontes de informação e pelas suas características estas podem funcionar como aliado à ação da PSP, não só no período antecedente, bem como durante e após o evento.

2.3.1 Período antecedente ao evento

Na visão de Flor⁴⁰, a atual estratégia *Just in time* da PSP baseia-se, precisamente na antecipação e previsão das ocorrências, garantindo desta forma uma resposta eficaz às mesmas, onde a informação pode fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso.

Tal como Coimbra⁴¹ refere a informação obtida a partir das redes sociais, a partir de fontes abertas, estando de livre acesso para todos, representam uma panóplia de dados fulcral para qualquer planeamento operacional, dependendo da forma como são tratados revelando-se fulcrais para a ação da PSP.

Nesta senda, Flor⁴² argumenta que em todo o mundo existe, e em particular na Europa, uma grande componente de análise de informação obtida exclusivamente pelas redes sociais, dado o atual contexto tecnológico em que vivemos.

Para o mesmo, a monitorização das redes sociais na *internet* é fundamental para antecipar algumas informações que sejam importantes sobre determinados eventos que possam, direta ou indiretamente interferir com a ordem e tranquilidade públicas. Desta forma, o local, a data, a hora, o tema são fulcrais para a avaliação que as forças de segurança, nomeadamente a PSP, têm de efetuar antes do decorrer destes eventos.

Coimbra⁴³ referia ainda que as redes sociais permitem “indicar os níveis de mobilização virtual, que são (...) diferentes dos reais, porque as iniciativas de rua implicam um empenho individual que a virtualidade das redes sociais não obrigam, mas que fornecem indicadores sobre as perspetivas de adesão”, mas também identificar iniciativas de participantes ou mesmo indivíduos ou grupos que possam trazer complicações à missão da PSP e transformem a natureza e a finalidade do evento.

⁴⁰ Conforme entrevista em Apêndice B.

⁴¹ Conforme entrevista em Apêndice A.

⁴² Conforme entrevista em Apêndice B.

⁴³ Conforme entrevista em Apêndice A.

2.3.2 O decurso do evento

Apesar de no decurso do evento, a PSP como Força de Segurança estar mais preocupada com o policiamento em si, a informação que, nos dias de hoje, vai sendo atualizada pelos participantes nas redes sociais, pode na perspetiva de Carvalho⁴⁴ ser importante para o comandante do policiamento estar informado sobre o que está a acontecer do lado dos participantes.

Para Carvalho⁴⁵ a capacidade de *livestream*⁴⁶ pode ser utilizada a favor da PSP, permitindo perceber o que está a acontecer durante o evento, mas também possibilita um posterior escrutínio da ação policial. Neste aspeto, a disseminação dos *smartphones*, tal como Flor⁴⁷ sublinha teve efeitos consideráveis, dado que, atualmente, são estes o grande veículo de comunicação através da *Internet*, possibilitando uma acessibilidade a partir de qualquer local, a qualquer hora, bastando apenas uma ligação à rede.

Na ótica de com Flor⁴⁸ a informação da evolução dos acontecimentos é fator chave para uma resposta mais eficaz.

Coimbra⁴⁹ refere que a partir das redes é possível perceber a existência de indivíduos ou grupos “infiltrados” que anteriormente não teriam sido detetados.

2.3.3 O pós evento

No período procedente ao evento, as redes sociais podem ser também úteis à PSP em vários aspetos.

Para Carvalho⁵⁰ as redes sociais demonstram-se extremamente importantes no período posterior ao evento, pois permitem avaliar a “tensão social” existente de uma forma que antes não era possível. Complementando, o mesmo afirma através das redes sociais se consegue obter uma perceção sobre o impacto, positivo ou negativo, da intervenção policial. Neste aspeto, as relações públicas da PSP desempenham um papel fundamental na interação com o público. Flor⁵¹ refere que a página do *Facebook* da PSP, sendo uma das páginas institucionais mais conceituadas e seguidas a nível nacional facilita, de certo modo a ação

⁴⁴ Conforme entrevista em Apêndice C.

⁴⁵ *Idem*.

⁴⁶ O *livestreaming* é um método de transmissão em direto de imagens a partir de qualquer parte, podendo ser imagens obtidas a partir de qualquer aparelho com capacidade de filmagem, tais como os *smartphones*.

⁴⁷ Conforme entrevista em Apêndice B.

⁴⁸ *Idem*.

⁴⁹ Conforme entrevista em Apêndice A.

⁵⁰ Conforme entrevista em Apêndice C.

⁵¹ Conforme entrevista em Apêndice B.

desta Polícia. Segundo o mesmo, por vezes, a PSP deve ter um papel interventivo nas redes sociais, para apaziguar certas situações decorrentes da ação policial, contribuindo para boa relação com o público. Contudo, Flor⁵² refere que estas são situações pontuais, uma vez que a PSP deve manter um certo distanciamento permitindo a imparcialidade e a melhor análise e interpretação de todas as situações ou fenómenos. A propósito das relações públicas, também Carvalho⁵³ refere que a interação com o público é essencial, vendo nas redes sociais “uma oportunidade para interagir com o meio envolvente”⁵⁴.

Coimbra⁵⁵ argumenta que a análise das redes sociais possibilita o estudo de todos os acontecimentos e, a partir daí, a avaliação destes e da ação da própria Polícia, permitindo a correção de erros ou falhas e o reforço de condutas positivas. Por outro lado, este acrescenta que esta mesma análise possibilita o estudo e o acompanhamento de acontecimentos ou novas práticas utilizadas pelos participantes, permitindo a melhor preparação para ações futuras. Recorrendo a Flor⁵⁶ a capacidade de analisar e conseguir antecipar novos fenómenos e métodos é determinante para que se consiga responder da melhor forma a novas situações.

Para Carvalho⁵⁷, as redes sociais podem também ser importantes para a Investigação Criminal, através da análise dos vídeos, fotos e conteúdos podem ser identificados vários indivíduos cujas práticas no decorrer destes eventos possam constituir crimes, e que devido às contingências operacionais não possam ter sido detetados ou intercetados no decorrer dos mesmos.

3. Novos desafios para a segurança interna

A segurança interna define-se, conforme o n.º 1 do Art.º 1.º da Lei n.º 54/2008, de 29 de agosto como a “atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, (...) [e assegurar] o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”.

De acordo com Elias e Pinho (2012) é tarefa essencial da PSP uma adaptação constante aos novos desafios, garantindo o equilíbrio entre a liberdade e a segurança numa sociedade que se torna cada vez mais complexa, onde os fenómenos sociais e políticos se

⁵² *Idem.*

⁵³ Conforme entrevista em Apêndice C.

⁵⁴ Resposta à pergunta 9, conforme entrevista em Apêndice D.

⁵⁵ Conforme entrevista em Apêndice A.

⁵⁶ Conforme entrevista em Apêndice B.

⁵⁷ Conforme entrevista em Apêndice C.

assumem cada vez mais multifacetados e o escrutínio permanente da atividade policial é uma realidade.

As situações que envolvem *mediated crowds*, tal como Coimbra⁵⁸ argumenta, por se caracterizarem por dinâmicas muito próprias, fazendo uso do espaço público para desencadear ações inovadoras, muitas vezes colocam em causa a segurança pública e, consequentemente, a segurança interna.

Existem uma multiplicidade de características destas multidões que o propiciam. Carvalho⁵⁹ refere que a invisibilidade social dos indivíduos, resultante da utilização do meio virtual para se agregarem, comunicarem e coordenarem, é fator de preocupação para as Forças de Segurança. O mesmo acrescenta que a volatilidade associada a este tipo de fenómenos, quer pela sua ambiguidade, quer pelo seu carácter difuso cria incerteza, o que, prejudica fortemente o planeamento, dificultando a ação das Forças de Segurança. Quando se refere à ambiguidade, Carvalho⁶⁰ aponta para as situações em que não se consegue compreender o objetivo de determinada situação e para a capacidade de desinformação dos próprios participantes. Esta ambiguidade, aliada ao carácter difuso que a mobilização apresenta, ou seja, muito assente em redes sociais em que frequentemente os perfis dos indivíduos, tal como muitas das informações são falsas, dificulta a preparação das Forças de Segurança para esses mesmos eventos.

Ainda o mesmo Carvalho⁶¹, sustenta a incerteza como uma dificuldade acrescida para a ação das Forças de Segurança, uma vez que os motivos do evento podem ser desconhecidos, as verdadeiras intenções também, assim como quem e quantos aderem aos eventos. Esta posição encontra-se sustentada por Elias e Pinho (2012) que afirmam que o recurso às novas tecnologias alicerçadas na *internet*, tais como as redes sociais, para a difusão de mensagens, aumentam não só os níveis de adesão, como também atraem a cobertura mediática, na maioria das vezes na tentativa de deslegitimação da ação policial, por parte de indivíduos pertencentes às alas mais radicais. Os mesmos referem que a natureza cada vez mais inovadora e desestabilizadora das atuações é um fator a ter em conta nestas mobilizações, onde o “carácter difuso, informal, desarticulado, espontâneo e volátil de uma parte significativa das formas de promoção e organização” (Elias & Pinho, 2012, p. 49) dificulta a eventual negociação promovida pelas autoridades.

⁵⁸ Conforme entrevista em Apêndice A.

⁵⁹ Conforme entrevista em Apêndice C.

⁶⁰ *Idem.*

⁶¹ *Ibidem.*

Inácio salienta que existe uma nova dimensão de desafios derivado das crescentes facilidades “ao nível da difusão de ideias radicais e uma enorme capacidade de amplificação da ameaça e da mensagem”⁶².

Outras condicionantes como a evolução desfavorável do contexto económico, na perspetiva de Flor⁶³, também se podem revelar como um desafio para a segurança interna, dado que esta propícia o aparecimento de novos fenómenos, novas formas e novos métodos associadas a estas multidões. Em consonância com esta opinião, Elias e Pinho (2012) também referem que, após uma análise de tendência efetuada pelo DIP, o número de ações de protesto e mobilizações tendem não só aumentar, bem como a estender-se nacionalmente por todo o território.

“A invisibilidade dos indivíduos e das suas reais intenções, o caráter difuso das ameaças, a desinformação constante, a possibilidade de utilizações oportunistas de grupos extremistas, a multiplicação de focos de crise e a maior mediatização da intervenção policial”⁶⁴ são os principais pontos de preocupação a ter em conta pelas Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Coimbra⁶⁵ enuncia outros tipos de desafios, nomeadamente a desadequação do contexto legal português. Sustentando a sua perspetiva, o próprio afirma que o Decreto-lei n.º 406/74, de 29 de agosto, não oferece as condições necessárias para enfrentar os novos tipos de fenómenos que vão surgindo a cada novo dia. A índole pacífica de certos eventos associados a este novo fenómeno de multidão é, na ótica de Coimbra⁶⁶ frequentemente interrompida, por “elementos estranhos, que se infiltram e promovem situações de violência”⁶⁷ que gozam de uma lacuna sancionatória que permita salvaguardar os interesses consagrados constitucionalmente e facilitaria a definição de comportamentos a adotar por parte dos indivíduos, evitando as violações ocorridas ao nível do estabelecido direito de reunião e manifestação.

É ainda importante ter em conta Elias e Pinho (2012), quando os mesmos referem que certos indivíduos mais radicais que, frequentemente integram estas multidões são normalmente fonte de problemas à ação policial, pois utilizam técnicas e táticas já utilizadas anteriormente a um nível internacional, ou seja, trazem consigo ensinamentos e práticas que

⁶² Resposta à pergunta 3, conforme entrevista em Apêndice D.

⁶³ Conforme entrevista em Apêndice B.

⁶⁴ Resposta à pergunta 11, conforme entrevista em Apêndice D.

⁶⁵ Conforme entrevista em Apêndice A.

⁶⁶ *Idem*.

⁶⁷ Resposta à pergunta 11, conforme entrevista em Apêndice D.

já tiveram frutos em fenómenos antecedentes da mesma índole, tentando desta forma desafiar e provocar a autoridade pública, mesmo não sendo necessariamente violentos. A utilização de máscaras que ocultam a face, bem como a utilização de símbolos anarquistas tornam-se recorrentes nas manifestações que temos assistido a nível nacional, mesmo que esses indivíduos possam não pertencer a essas alas mais radicais (Elias & Pinho, 2012).

Importante torna-se também a visão de Elias e Pinho (2012) quando os mesmos referem que alguns grupos extremistas, na tentativa de estender o seu apoio social, exercem a sua influência junto de indivíduos oriundos de classes desfavorecidas, mais descontentes ou desprotegidos, dando-lhes uma oportunidade alternativa de lutar pelos seus interesses que, de certo modo nada têm a perder.

Estes desafios enunciados permitem-nos afirmar, sustentando-nos na visão de Duarte (2012), que existe a possibilidade das *mediated crowds* poderem ser utilizadas como um instrumento subversivo, colocando em causa o *status quo* e, conseqüentemente, a segurança interna.

Conclusão

A sociedade contemporânea, moldada por um processo de globalização, que trouxe associado a si vários problemas sociais, como as desigualdades económicas, caracteriza-se, hoje em dia, pela inexistência de barreiras espaço-temporais. A evolução desta sociedade em rede, onde as TIC se tornaram os pilares da mesma, permitiu o desenvolvimento de ferramentas, tais como as redes sociais.

Nos dias que correm, as redes sociais são algo incontornável, uma vez que devido às suas características, passaram a ser utilizadas a um nível global. Atualmente, é difícil encontrar um indivíduo que não tenha uma conta ou um perfil numa qualquer rede social. As pessoas passaram a estar ligadas entre si, como nunca antes haviam estado. Através das redes sociais é possível que os indivíduos se agreguem consoante os seus gostos, preferências ou ideias, o que permitiu o surgimento de novos fenómenos de multidões que se vão dispersando por todo o mundo. Esta capacidade de difusão global dos mesmos pode ser constatada pelas alusões proferidas nos protestos Egípcios, ao que tinha acontecido na Tunísia, e simultaneamente na transposição atlântica dos *meets*, que surgidos no Brasil, atravessaram o oceano e chegaram a Portugal num curto espaço de tempo.

Associadas a estes fenómenos emergem multidões espontâneas. Essas multidões, denominadas de *mediated crowds*, tiram partido de um ambiente virtual. Esta dimensão, pelas suas especificidades, desvia-se ao controlo das autoridades, beneficiando a agregação, organização e coordenação destas multidões que utilizam, posteriormente, o espaço geográfico para se mostrarem ao mundo e levarem a cabo os seus intentos.

A emergência destas multidões é fortemente sustentada em duas emoções comuns, que podem ou não coexistir. Em primeiro lugar, temos o “clima emocional compartilhado” que existe quando persistem sentimentos comuns e enraizados na população devido a determinados problemas da sociedade, como as desigualdades sociais ou a discriminação. Em segundo lugar, a “atmosfera emocional comum” que se baseia em acontecimentos pontuais de relevo, como a morte de uma pessoa que, de certa forma, são associados aos problemas previamente existentes, funcionando como um “gatilho” para o despertar da população para essas mesmas situações. Esta “atmosfera emocional comum” pode ou não existir, sendo que, quando não existe as multidões são espoletadas pelo saturação face às situações que consideram prejudiciais, vindo na sua ação uma esperança para a alteração do

status quo. Desta forma, estas duas emoções que estão na origem do fenómeno em estudo, as *mediated crowds*, adquirirem estatuto de relevo na nossa investigação.

Por outro lado, através do modelo de propagação do conteúdo em ambiente virtual vimos também que a utilização inicial do meio *online* pelo qual se caracterizam estas multidões contribui fortemente para a difusão viral das mensagens, fotos, ideias, opiniões e sentimentos incentivando à proliferação destes fenómenos por todo o mundo.

Quanto ao primeiro objetivo que nos propusemos atingir no início deste trabalho, verificámos que as redes sociais desempenham um papel fundamental na agregação das *mediated crowds*, uma vez que permitem a comunicação numa ótica de muitos para muitos. A possibilidade dos indivíduos partilharem conteúdo *online*, de comunicarem e de se agregarem consoante os seus gostos e interesses nestas plataformas, dificulta o controlo das autoridades, permitindo assim uma maior liberdade aos mesmos. Por consequência, estas possibilitam uma forma de comunicação subversiva, mas não necessariamente com ideais violentos. As características destas são também importantes, na medida em que permitem a difusão massiva desse mesmo conteúdo, através das suas ferramentas como os gostos, as partilhas e os *hashtags*. As redes sociais são hoje a principal ferramenta de interação e comunicação que permite a difusão de sentimentos à distância e, em consequência a formação e a transversalidade dos *mediated crowds*.

Percebemos também que as redes sociais podem ser um aliado importante para a ação da PSP de várias formas, nomeadamente antes, no decorrer e no pós evento.

Antes do evento, a monitorização das redes sociais, sendo elas, na sua maioria fontes abertas, e análise da informação nelas contida permite obter dados que se podem revelar importantes para a PSP, como a data e a hora das ações, o intuito, ou eventuais participações de grupos ou indivíduos que podem desviar o carácter dos eventos. Para além disso, as redes sociais funcionam como apontadores dos níveis de mobilização social virtual que, apesar de não serem, de todo iguais aos números reais, são indicadores da eventual mobilização.

No decorrer do evento, a informação disponível nestas plataformas pode-se revelar também ela muito importante. As atualizações que vão sendo feitas ao longo do evento podem ser um auxílio tremendo para as autoridades e para o comandante do policiamento. Isto porque, denunciam algumas situações a decorrer em tempo real, bem como possibilitam identificar indivíduos ou grupos de risco que, anteriormente, não haviam sido detetados.

No pós evento, as redes sociais são excelentes medidores da tensão social, não só quanto ao evento, bem como à própria intervenção policial. Neste sentido, as relações públicas da PSP, também elas estando presentes nestas plataformas sociais, podem ter nas

mesmas um verdadeiro aliado em termos de comunicação com o público. Estando nas redes sociais, a PSP dispõe da possibilidade de intervir da forma que lhe aprouver, na tentativa de melhorar a relação cidadão que, no fundo é o centro da missão desta Força de Segurança. Em termos de investigação criminal, as redes sociais também podem ser desfrutadas, pois através da análise dos conteúdos relativos ao evento, podem ser identificados indivíduos que, no decorrer do mesmo, praticaram atos que se possam consubstanciar em crimes e que não houve possibilidade, por parte das autoridades de intercetar, devido às contingências do evento.

No decorrer desta investigação apercebemo-nos que novos desafios à segurança interna surgem com a emergência das *mediated crowds*. A volatilidade pelo caráter difuso conferido pela utilização, por parte dos indivíduos, das redes sociais e do meio virtual para se agregarem, organizarem, comunicarem e coordenarem. Esta, aliada à incerteza quanto à veracidade da informação contida nestas plataformas e à ambiguidade de quem e quantos podem eventualmente aderir aos eventos, de quais os seus verdadeiros intentos, resultam num obstáculo de difícil contorno à tarefa das Forças de Segurança na preparação do mesmo. As redes sociais pelas suas características permitem uma divulgação massiva dos eventos, o que leva a despertar mais pessoas para as causas, mobilizando-se com maior facilidade. É importante, também, reforçar que esta divulgação permite uma maior cobertura mediática dos eventos, o que origina, por sua vez uma maior possibilidade de escrutínio da ação policial. O contexto legal português consubstancia-se também noutro desafio, dado que se encontra desadequado às novas realidades sociais, bem como aos novos métodos e formas de reunião e manifestação. Para além disso, pode-se considerar que existe uma incapacidade em termos sancionatórios para os novos prevaricadores da violência, normalmente ligados às alas mais extremistas que podem participar nestes eventos de multidões. Isto, pode conferir um sentimento de impunibilidade aos mesmos e o consequente agravamento das situações de violência que gravemente põe em risco a segurança interna. Para além disso, estas multidões podem ser utilizadas como instrumento subversivo, tal como aconteceu como aconteceu nas “Primaveras Árabes”, comprometendo o *status quo* e, consequentemente, a segurança interna.

Com o decurso do nosso trabalho conseguimos então perceber que as *mediated crowds* tem várias implicações para a segurança interna, representando assim um desafio, que, de certa forma, passa pela atualização, por parte, das Forças de Segurança, nomeadamente da PSP, à própria evolução da sociedade. A monitorização das redes sociais e de outras fontes abertas, para obtenção de informações relevantes torna-se algo

incontornável, cabendo ao DIP e aos serviços com competência nesta matéria o papel da análise e tratamento das mesmas. Só desta forma, a resposta da PSP pode ser mais sustentada, tornando-se assim mais adequada e eficiente face a estes novos fenómenos de multidões.

No final desta investigação, percecionámos que este estudo se revela inovador, havendo ainda escassas referências relacionadas com o mesmo. Tratando esta investigação de um fenómeno tão recente como são as *mediated crowds*, encontrámos várias limitações ao nível da bibliografia, pois a mesma é diminuta. Para além disso, na nossa abordagem à vertente respeitante à segurança interna, surgiram alguns constrangimentos, na medida em que se trata de uma matéria sensível e complexa, mas, sobretudo incipiente que tentámos colmatar através das entrevistas.

Esta investigação procurou ser um suporte válido para o entendimento deste contemporâneo fenómeno que são as *mediated crowds* e consequentes implicações do mesmo para a segurança interna que, por inerência influenciam a ação da PSP. A nossa análise revelou-se, deste modo, importante para a consolidação do estudo das *mediated crowds*, tendo em conta o mediatismo das mesmas e a importância que estas têm vindo a adquirir na atual sociedade.

Consideramos ainda proficiente a continuação da análise das *mediated crowds* em futuras investigações, aprofundando aquilo que se escreveu neste trabalho, bem como dos eventos que consubstanciam nos mesmos, como é o caso dos *meets*, que tanta controvérsia já causaram no nosso país. Na nossa opinião, merecem especial enfoque estes encontros, por se tratarem de um fenómeno atual e ainda pouco estudado. Em trabalhos posteriores, os *meets* podem ser tratados, numa perspetiva orientada para violência, não só física, mas considerando as remanescentes dimensões da mesma.

Torna-se pertinente para a PSP e para o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna o desenvolvimento de estudos posteriores quanto aos novos fenómenos de multidões, dado que são matérias fundamentais para o desenvolvimento de uma Polícia integrada numa sociedade em constante atualização, onde todos os dias novas formas, novos métodos e novas técnicas são utilizadas, tendo de estar quotidianamente preparada para responder de forma adequada aos mesmos.

Lista de Referências

Bibliografia

- Albrow, M., & King, E. (1990). *Globalization, knowledge and society*. Londres: SAGE publications.
- Almeida, R. (2004). *Sociedade bit.: Da sociedade da informação à sociedade do conhecimento*. Porto: Fomento.
- Beck, U. (1999). *O que é a globalização?: Equívocos do globalismo respostas à globalização*. São Paulo: Paz e terra.
- Bell, D. (1987). *The World and the United States in 2013*. Daedalus.
- Beyer, P. (2007). Globalization and glocalization. In A. Beckford, & N. Demerath (Eds.), *The SAGE handbook of the sociology of religion*. Retirado de http://www.sagepub.com/oswcondensed3e/study/materials/reference_links/11.4_ref_GlobalizationReligion.pdf
- Blackman, L. (2012). *Immaterial bodies: Affect, embodiment, mediation*. London: Sage.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- Campos, L. & Canavezes, S. (2007). *Introdução à globalização*. Retirado de <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/2468/1/Introdu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0%20Globaliza%C3%A7%C3%A3o.pdf>
- Canetti, E. (1960). *Crowds and power*. Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroud.
- Canotilho, G., & Moreira, V. (1993). *Constituição da República Portuguesa anotada* (3ª ed.). Coimbra: Coimbra Editora.
- Cardoso, G., Castells, M., Abranches, A., & Urbano, J. (2006). *The media in the network society: Browsing, news, filters and citizenship*. Lisboa: Centre for Research and Studies in Sociology.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (2009). *Metodologia da investigação - Guia para auto-aprendizagem* (2ª ed.). Lisboa: Universidade Aberta.
- Castells, M. (2004). *A galáxia internet: Reflexões sobre a internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Castells, M. (2005). A Sociedade em Rede: do conhecimento à acção política In M. Castells, & G. Cardoso (Eds.), *A sociedade em rede: do conhecimento à política*. (pp. 17-30). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Castells M. (2007). *A era da informação: economia, sociedade e cultura – O poder da identidade* (2ª ed.) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2011). *A Sociedade em rede - A era da informação: Economia, sociedade e cultura* (4ª ed., Vol. 1). (A. Lemos, C. Lorga, & T. Soares, Trads.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2013). *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Coimbra, A. (2014). *Redes sociais e desobediência civil* (Trabalho de investigação final do Curso de Defesa Nacional). Instituto da Defesa Nacional: Lisboa.
- Creswell, J. W. (1994). *Research design: Qualitative & quantitative approaches*. Thousand Oaks, Calif: Sage Publications.
- Dias, P. (2014). *Viver na sociedade digital: Tecnologias digitais, novas práticas e mudanças sociais*. Cascais: Príncípa Editora, Lda.
- Durkheim, E. (1953). *Sociology and philosophy*. Nova Iorque: The Free Press.
- Frankel, J. (2005). The environment and Economic Globalization. In M. Weinstein, *Globalization: What's new?*. (pp. 129-169). Nova Iorque: Columbia University Press.
- Ghonim, W. (2012). *Revolution 2.0: The power of the people is greater than the people in power*. Londres: Clays Ltd.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade* (5ª ed.). São Paulo: Editora UNESP.
- Giddens, A. (2006). *O Mundo na era da globalização* (6ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- Gouveia, L. (2008). *O digital e a sua relação com as fronteiras físicas dos Estados* (Trabalho de investigação final do Curso de Defesa Nacional). Instituto de Defesa Nacional: Lisboa.
- Held, D., & McGrew, H. (2007). *Globalization theory: Approaches and controversies*. Londres: Polity Press.
- Hessel, S. (2011). *Indignai-vos!* (2ª ed.). Lisboa: Editora Objectiva.

- Hirst, P. & Thompson, G. (2003). The Limits to Economics Globalization. In D. Held, & A. McGrew (Eds.). *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate* (2ª ed., pp. 335-348). Cambridge: Polity Press.
- Ianni, O. (2002). *Teorias da globalização* (10ª ed). Retirado de <https://pt.scribd.com/doc/23574498/IANNI-Otavio-Teorias-da-Globalizacao>
- Innerarity, D. (2009). *A sociedade invisível*. (M. Ruas, Trad.). Lisboa: Editorial Teorema.
- Kemp, A. (2014). *A globalização perversa e a invasão dos templos de consumo*. (Ensaio teórico no curso de doutoramento em Educação nas Ciências) UNIJUI: Ijuí.
- Lafko, L. (2010). *The social media bible: Tactics, tools & strategies for business success* (2ª ed.). Nova Jérσία: Innovative Thinking, LLC.
- Le Bon, G. (1896). *The crowd: A study of the popular mind*. Retirado de <http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/lebon/Crowds.pdf>
- Lévy, P. (1994). *Inteligência colectiva: Para uma antropologia do ciberespaço*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lévy, P. (1997). *Cibercultura*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lietsala, K. & Sirkkunen, E. (2008). *Social Media: Introduction to the tools and processes of a participatory economy*. Tampere: Tampere University Press. Retirado de <https://tampub.uta.fi/bitstream/handle/10024/65560/978-951-44-7320-3.pdf?sequence=1>
- Mayfield, A. (2008). *What is social media?*. iCrossing. Retirado de <http://www.repromax.com/docs/113/854427515.pdf>
- McLuhan, M., & Powers, B. (1989). *The global village: Transformations in world life and media in the 21st century*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Mertens, D. (1998). *Research methods in education and psychology: Integrating diversity with quantitative & qualitative approaches*. Thousand Oaks, Calif: Sage Publications.
- Monterde, A. & Postill, J. (2013). Mobile ensembles: The uses of mobile phones for social protest by Spain's indignados. In G. Goggin e L. Hjorth (Eds.), *Routledge Companion to mobile media* (pp. 1-17). Retirado de

http://openaccess.uoc.edu/webapps/o2/bitstream/10609/39161/1/Monterde_TheRoutledge2014_Mobile.pdf

- Nip, J. (2004). The Queer Sisters and its electronic bulletin board: a study of the internet for social movement mobilization. In W. van de Donk, B. D. Loader, P. G. Nixon, & D. Rucht (Eds.), *Cyberprotest: New media, citizens and social movements* (pp. 233-258). Londres: Routledge. Retirado de <http://m.friendfeed-media.com/ef280439fec8589c2935010bb13addc16a7c78c3>
- Nye, J. S. (2012). *O futuro do poder*. (L. Santos, Trad.). Maia: Temas e Debates.
- Ohmae, K. (1990) *The borderless world*. Londres: Collins.
- Ortega Y Gasset, J. (2007). *A rebelião das massas*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Ortiz, R. (1994). *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense.
- Prado, D. (2009). *A atuação internacional dos governos locais via rede: O caso da mercocidades e do programa urb-al rede 10* (Dissertação de Mestrado, São Paulo, UNESP). Retirado de <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000442053>
- Qiu, J. (2009). *Working-class network society: Communication technology and the information have-less in urban China*. Cambridge: The MIT press.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Recuero, R. (2009). *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina.
- Rheingold, H. (2002). *Smart mobs: The next social revolution*. Cambridge: Perseus Books.
- Ribeiro, A. (1999). *Planeamento da acção estratégica aplicado ao Estado*. Lisboa: Minerva.
- Ritzer, G. (2010). *Globalization: A basic text*. Nova Iorque: Wiley-Blackwell.
- Rodrigues, G. (2009). *Smartphones e suas tecnologias* (Trabalho de conclusão de curso de Engenharia Eletrónica, São Paulo, Universidade de São Paulo). Retirado de www.tcc.sc.usp.br/tce/disponiveis/18/180450/tce-23042010-094332/publico/Rodrigues_Guilherme_Rodrigues_e.pdf
- Rogério, N. (2011). *Na rua Árabe*. Lisboa: Dom Quixote.

- Sarmento, M. (2013). *Metodologia científica: Para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Scott, J. (2000). *Social network analysis: A handbook*. (2ª ed). Londres: Sage Publications.
- Sevcenko, N. (2001). *A corrida para o século 21*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Shulsky, A. (1993). *Silent warfare: Understanding the world of intelligence*. Washington: Brassey's Inc.
- Silva, D. (2011). *Redes sociais virtuais: Um estudo da formação, comunicação e ação social*. (Dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo). Retirado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-05122011-111900/pt-br.php>
- Soares, A. (2014). Comunicar na era digital. In P. Dias, *Viver na sociedade digital*. (pp. 88-91.). Cascais: Princípia.
- Steger, M. (2010). *Globalization*. Nova Iorque: Sterling Publishing C.O., Inc.
- Tarde, G. (1903). *The laws of imitation*. Nova Iorque: Henry Holt and company.
- Tarde, G. (1969). The public and the crowd. In T. Clark (Ed.), *Communication and social influence* (pp. 277-296). Chicago: Chicago University Press.
- Van Dijk, J. (2006). *The network society* (2ª ed). Londres: Sage Publications
- Weinstein, M. (2005). *Globalization: What's new?*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- Wellman, B., & Rainie, L. (2012). *Networked: The new social operating system*. Massachusetts: The MIT Press.

Fontes bibliográficas periódicas

- Anduiza, E., Cristancho, C., & Sabucedo, J. (2014). Mobilization through online social networks: The political protest of the indignados in Spain. *Information, Communication & Society*, 7(6), 750-764. doi: 10.1080/1369118X.2013.808360.
- Baker, S. A. (2011). The mediated crowd: New social media and new forms of rioting. *Sociological Research Online*, 5. doi:10.5153/sro.2553.

- Boyd, D., & Ellison, N. (2008). Social network sites: Definition, history and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13, 210-230. doi: 10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x.
- Burton, G. (2014). Teorizando o Estado e a globalização na política e políticas educacionais, *Práxis Educativa*, 9(2), 315-332.
- Caldeira, T. (2014, março). Qual a novidade dos rolezinhos?, *Novos Estudos*, 98, 13-20. Retirado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002014000100002&script=sci_arttext
- Cardoso, G., & Lamy, C. (2011). Social networks: Communication and change. *Janus.net, e-journal of International Relations*, 2, 70-92. Retirado de dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4046121/2.pdf
- Coutinho, C., & Lisbôa, E. (2011). Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: Desafios para a educação no século XXI, *Revista da Educação*, 18(1), 5-22.
- Diani, M. (2000). Social movement networks virtual and real. *Information, Communication & Society*, 3(1), 231-251.
- Duarte, F. (2012, outubro). Violência política: do estado à subversão do estado – Análise sobre um modelo conceptual. *Portuguese Journal of Political Science and Internet Relations*, 8, 101-123.
- Duarte, F. (2015, maio). O Islamismo como ideologia da Carácter Secular. *Relações Internacionais*, 45, 37-49.
- Elias, L., & Pinho, P. (2014). Desafios da segurança de reuniões e manifestações – as novas formas de contestação social. *Revista Polícia*, 4(3), 37-51.
- Erber, F. (1980). Desenvolvimento tecnológico e intervenção do Estado: um confronto entre a experiência brasileira e a dos países capitalistas centrais. *Revista de administração pública*, 10(12), 10-72.
- Garton, L., Haythornthwaite, C., & Wellman, B. (1997). Studying online social networks. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 3, 1-5. doi: 10.1111/j.1083-6101.1997.tb00062.x

- Gutiérrez, B. (2012). Anonymous, a explosão do enxame. *Cadernos Adenauer XIII*, 3, 135–148. Retirado de <http://www.kas.de/wf/doc/9309-1442-5-30.pdf>
- Hara, N. (2008). Internet use for political mobilization: voices of participants. *First Monday*, 13(7). Retirado de <http://firstmonday.org/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/rt/prinrtFriendly/2123/1976>
- Harlow, S., & Harp, D. (2011). Collective action on the web. *Information, Communication & Society*, 15(2), 196-216. doi: 10.1080/1369118X.2011.591411
- Hirst, P., & Thompson, G. (2002). The future of globalization. *Cooperation and Conflict*, 37(3), 247–265. doi: 10.1177/0010836702037003671
- Mancebo, D. (2002, setembro-dezembro). Globalização, cultura e subjetividade: Discussão a partir dos meios de comunicação de massa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 289-295. Retirado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722002000300008
- Marteletto, R. (2001, janeiro-abril). Análise de redes sociais – Aplicação nos estudos de transferência da informação. *Brasília*, 30(1), 71-81. Retirado de <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/226/201>
- Miglioli, J. (1996). Globalização: Uma nova fase do capitalismo?. *Crítica Marxista*, 1(3), 140-142. Retirado de http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/debate16Debate5.pdf
- Mitchell, C. (1974, janeiro). Social network. *Annual review of anthropology*, 3, 279-299. Retirado de https://www.academia.edu/9928039/The_Magazine_of_Globalization_Studies_Vol_1_NO_1
- Mogharab, S. S. (2014, 12). Globalization concerns the intersection of presence and absence. *Globalization studies*, 32-33.
- Molina, W. (2011). O trabalho no contexto do novo capitalismo globalizado. *O social em questão*, 25, 29-54. Retirado de http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/3_OSQ_25_26_Molina.pdf
- Oliveira, A. P. (2007, janeiro-junho). Condição pós-moderna. *Roteiro*, 32(1), 143-152. Retirado de <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/viewFile/342/90>

- Pacheco, L. (2011). Wikileaks e a Internet: O que poderá mudar no jornalismo a partir daqui. *Estudos da comunicação*, 9, 31-43. Retirado de <http://www.ec.ubi.pt/ec/09/pdf/EC09-2011Mai-02.pdf>
- Rivera, J. (1992). Emotional climate: Social structure and emotional dynamics. *International review of studies on emotions*, 2, 197-218. Retirado de <https://www.clarku.edu/faculty/derivera/emotionalclimate.pdf>.
- Russ, C. (2007, setembro). Extraordinary mass behaviour on the internet. *Proceedings of the i-Media '07 and i-Semantics '07*, 65-76. Retirado de Social Science Research Network.
- Safranek, R. (2012, março). The emerging role of social media in political and regime change. Retirado de ProQuest Discovery Guides.
- Silva, D., & Silva, J. (2014). “Rolezinhos”: sociabilidades juvenis, discriminações e segregação urbana. *Revista Pensata*, 3(2), 17-31. Retirado de <http://www2.unifesp.br/revistas/pensata/wp-content/uploads/2011/03/v3n2-3.pdf>
- Stage, C. (2013). The online crowd: a contradiction in terms? On the potentials of Gustave Le Bon’s crowd psychology in an analysis of affective blogging. *Scandinavian journal of social theory*. doi:10.1080/1600910X.2013.773261
- Stefanović, Z. (2008). Globalization: Theoretical perspectives, impacts and institucional response of the economy. *Economics and Organization*, 5(3), 263 – 272. Retirado de <http://facta.junis.ni.ac.rs/eao/eao200803/eao200803-09.pdf>
- Tomaél, I., & Marteleto, R. (2007, novembro). Redes sociais: Posições dos atores no fluxo da informação. *Encontros bibli: Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, 75-91. doi: 10.5007/1518-2924.2006v11nesp1p75
- Viana, N. (2014, janeiro). O significado dos rolezinhos. *Revista Posição*, 1 (1), 4-8. Retirado de <http://redelp.net/revistas/index.php/rpo/article/view/2viana01>
- Warner, M. (2002). Publics and counterpublics. *Public Culture*, 14, 49-90. Retirado de Project Muse.
- Wojcieszak, M. (2009). Carrying online participation offline: mobilization by radical online groups and politically dissimilar offline ties. *Journal of Communication*, 59(3), 564-586. doi: 10.1111/j.1460-2466.2009.01436.x

Simpósios e conferências

- Alonso, A., & Silveira Jr., P. (2014, maio). *Os vínculos, a massa, as manifestações: Teoria da comunicação e psicanálise*. In *XXIII Encontro anual da Compós*. Conferência promovida pela Universidade Federal do Pará, Pará. Retirado de http://compos.org.br/encontro2014/anais/Docs/GT09_EPISTEMOLOGIA_DA_COMUNICACAO/compos14-vinculomassa_2218.pdf
- Elias, L. (2014, outubro). *Dimensões securitárias na Contemporaneidade*. Lição inaugural apresentada na Abertura Solene do Ano Letivo 2014/2015 do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Musso, P. (2013, junho). *Network Ideology: From saint-simonianism to the internet*. Paper apresentado na Conferência da Sociedade Para a Filosofia e Tecnologia, Lisboa.
- Pereira, R. (1999, junho). *A Produção de Informações de Segurança no Estado de Direito Democrático, Investigação Criminal e Justiça, Escola de Polícia Judiciária*, In Conferência proferida pelo autor na qualidade de Director-Geral dos Serviços de Informações de Segurança na Universidade Lusíada do Porto, 27 de Março de 1998, Macau.
- Schieck, M. (2005, setembro). *Flash Mob: da interação em rede à intervenção urbana*. In XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências e da Comunicação. Conferência promovida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Relatórios

- Deher, A., Gaston, N., & Martens, P. (2008). *Measuring globalisation: Gauging its consequences*. Retirado de https://books.google.pt/books?id=cieBVeRR8hYC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- Dollar, D. (2005). Globalization, poverty, and inequality since 1980. Retirado do site do World Bank: http://econ.worldbank.org/external/default/main?pagePK=64165259&theSitePK=469382&piPK=64165421&menuPK=64166093&entityID=000112742_20040928090739

Legislação

Constituição da República Portuguesa

Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. *Diário da República*, 1.ª Série, n.º 167, 6135-6141. Assembleia da República. (Aprova a Lei de Segurança Interna).

Decreto-Lei n.º 406/74 de 29 de agosto, *Diário do Governo*, 1.ª Série, nº 201, 9642-9643. Ministério da Administração Interna e Ministério da Justiça. (Garante e regulamenta o direito de reunião).

Fontes mediáticas

Lopes, M., & Faria, N. (2014, agosto 20). Quatro detidos no encontro junto ao Vasco da Gama, em Lisboa, ouvidos em tribunal. *O Público*. Retirado de <http://www.publico.pt/local/noticia/quatro-jovens-detidos-e-cinco-policias-feridos-em-incidente-no-parque-das-nacoes-1667119>

Moleiro, R. (2014, agosto 21). O “meet” do Vasco da Gama bateu bué. Mas houve “beefs” e até a bófia apareceu. *Expresso*. Retirado de <http://expresso.sapo.pt/o-meet-do-vasco-da-gama-bateu-bue-mas-houve-beefs-e-ate-a-bofia-apareceu=f886633>

Novais, V. (2014, agosto 14). Pelo menos três feridos durante o concerto de Anselmo Ralph em Cascais. *Observador*. Retirado de <http://observador.pt/2014/08/25/pelo-menos-tres-feridos-durante-o-concerto-de-anselmo-ralph-em-cascais/>

Webgrafia

Hiscott, R. (2008, outubro 10). The beginner’s guide to the hashtag. *Mashable*. Retirado de <http://mashable.com/2013/10/08/what-is-hashtag/>

Laub, Z. (2014, março 3). The Group of Eight (G8) Industrialized Nations. *Council on Foreign Relations*. Retirado de <http://www.cfr.org/international-organizations-and-alliances/group-eight-g8-industrialized-nations/p10647>

Murphy, S. (2012, junho 11). Facebook dominates global social network traffic. *Mashable*. Retirado de <http://mashable.com/2012/06/11/international-social-networks/>

Raposo, O. (2014, novembro 9). Convívio ou violência? Os meets e a afirmação do direito à cidade. *Esquerda.net*. Retirado de <http://www.esquerda.net/artigo/convivio-ou-violencia-os-meets-e-afirmacao-do-direito-cidade/34754>

Zuckerberg, M. (2009, dezembro, 1). Carta aberta do fundador do Facebook [Comunicação online]. Retirado de <https://www.facebook.com/notes/facebook/an-open-letter-from-facebook-founder-mark-zuckerberg/190423927130>

Apêndice A – Entrevista ao Exmo. Intendente Alexandre Coimbra

Nome do Entrevistado: Alexandre José Ferreira Alves Coimbra

Local: Argel (via email)

Cargo/Posto: Oficial de ligação da PSP/Intendente

1. Na sua perspetiva, qual foi o impacto que a globalização e o surgimento da *internet* tiveram na forma como a sociedade está organizada?

Intendente Alexandre Coimbra: Posso afirmar que ambos os fenómenos transformaram radicalmente a nossa forma de comunicar. Se, outrora, comunicávamos num contexto de “Um para Um” ou de “Um para Muitos”, atualmente a comunicação através das novas TIC assume uma perspetiva de “Muitos para Muitos”. Como afirma o sociólogo Manuel Castells, vivemos numa “Sociedade em Rede”, na qual todos estão conectados, procurando uma comunicação aberta e onde a “voz coletiva” está acessível livremente e é difundida em tempo real. A globalização do capital obrigou as sociedades a flexibilizarem a sua economia e a sua forma de comunicar e a evolução das redes sociais tecnológicas transformaram o paradigma comunicacional, modificando, inclusive, a nossa forma de viver. Hoje em dia, onde quer que estejamos, estamos ligados uns aos outros, estamos georreferenciados, estamos totalmente dependentes da web, levando a uma grande facilidade de comunicação e, ao mesmo tempo, a uma grande vulnerabilidade na nossa existência.

2. No seu ponto de vista, a forma de organização da sociedade contemporânea e as facilidades em termos de comunicação, onde se podem incluir as redes sociais, potenciam o surgimento de novos fenómenos a nível social?

Intendente Alexandre Coimbra: Naturalmente que sim. As redes sociais são uma ferramenta poderosíssima ao nível da linguagem comunicacional. Podemos enviar/receber textos, fotografias, filmes, e até emoções. Podemos comunicar entre todos, podemos enviar as nossas mensagens, sejam escritas, desenhadas, registadas naquele momento ou num momento passado. Esta potencialidade muda-nos individual e coletivamente. Podemos influenciar um sem número de pessoas com as nossas mensagens ou ser influenciados. Esta “capacidade” faz surgir, como não poderia deixar de ser, uma alteração dos nossos hábitos. E com esta alteração surgem novos fenómenos sociais. Por exemplo, hoje em dia as pessoas passam mais tempo online do que a ver televisão. Alteraram-se, inclusive, hábitos

comerciais: as pessoas agora compram na *internet*; as empresas vendem na *internet*. Tudo isto altera a própria maneira de vida em sociedade. Somos uma sociedade webdependente. Diria até mais, somos uma sociedade “network-ó-dependente”. Num estudo muito recente na Europa, 76% dos portugueses acedem à *internet* para irem verificar as redes sociais onde estão registados e a média europeia é de 60%. Com estes números impressionantes, é fácil concluir que tudo gira em torno da web e das redes sociais.

3. O manifesto e o protesto não são algo de novo na nossa sociedade. Considera que as novas tecnologias alteraram, de alguma forma, os mesmos? Se sim, julga que existem novos desafios para a segurança associados a essas mesmas transformações?

Intendente Alexandre Coimbra: Claro que sim. Pelas razões da minha última resposta. Se estamos ligados à rede e tudo gira em torno desta, tudo fazemos no seu seio. Agora, tudo pode ser “viral” através da web. Qualquer acontecimento, seja bom ou mau, é partilhado e as pessoas têm dele conhecimento em “tempo real”, online. E propaga-se como um vírus, em todos os cantos do mundo, dependente do seu impacto e importância. A mobilização e o apelo fazem-se, muitas das vezes, através da *internet* (email ou redes sociais); a disponibilização de informação sobre determinado evento ou ação, *Idem*. A *internet* e as suas redes sociais aproximam as pessoas. Claro está que, em termos securitários, novas preocupações surgem. No estudo que fiz sobre as “Redes Sociais e Desobediência Civil” conclui que a *internet* e as redes sociais tecnológicas são utilizadas como ferramentas de mobilização política e social. Este facto é positivo quando falamos de movimentos sociais devidamente organizados e com intenções pacíficas. Os direitos à manifestação e reunião são direitos inalienáveis e que muito defendo. Mas, naturalmente, a mobilização e recrutamento de que falo também são utilizadas por movimentos ou grupos que constituem ameaças para a segurança das nossas sociedades. E, sobre estes, recaem novas preocupações para os diversos atores da segurança. O controlo e monitorização da *internet* faz, hoje, parte das tarefas que todos os serviços de segurança do mundo executam. É uma forma eficaz de pesquisa de informação útil para o cumprimento das suas missões.

4. Na sua ótica, no contexto internacional, quais foram os fenómenos que podemos caracterizar como *mediated crowds* que tomaram proporções físicas com mais impacto na sociedade? E no contexto nacional?

Intendente Alexandre Coimbra: Pelo seu passado não muito longínquo e até pelo estudo que dediquei para preparar o meu trabalho no CDN, posso afirmar que os movimentos

surgidos dos fenómenos sociais apelidados de “Primavera Árabe” e “Indignados” foram os que, internacionalmente, tiveram grande impacto. A nível nacional, os movimentos Movimento 12 de Março (M12M) e Movimento 15 de outubro (M15O) ou “Geração à Rasca” foram os que, neste contexto, se evidenciaram.

5. Nem todos os fenómenos deste tipo que são idealizados na esfera digital têm a adesão no espaço físico desejada pelos seus promotores/impulsionadores. Quais, na sua opinião, julga serem os fatores chave que levam à mobilização e ao sucesso dos mesmos?

Intendente Alexandre Coimbra: A causa. É sempre a causa. Se esta é suficientemente forte, se tem um impacto muito forte sobre a vida das pessoas, então a mobilização virtual é muito próxima da mobilização e adesão reais. Repare, por exemplo: as medidas de austeridade tiveram um forte embate nas condições económicas e financeiras de muitas famílias e empresas. Os movimentos que se associaram à volta desta causa, políticos ou sociais, lançaram um sem número de campanhas e apelos nas redes sociais. E, no terreno, foram milhares e milhares os que aderiram. Mas não tanto por terem sido mobilizados pelas redes sociais mas sim pela causa que estava por trás das ações lançadas, isto é, a luta, a “voz coletiva” que pretendia apelar ao poder político para uma revisão das medidas, uma sensibilização para o poder instituído que as políticas desenhadas e postas em prática estavam a ser funestas para a economia, individual e coletiva. Outro exemplo: na Tunísia foi um vídeo posto a circular na web, da imolação por fogo de um jovem, que originou a rebelião e, posteriormente, o fenómeno da “Primavera Árabe” nos países do Norte de África e Médio-Oriente. A circulação do vídeo nas redes sociais tornou-se viral e chamou a atenção de toda a comunidade internacional. Mas, quanto a mim, a verdadeira razão para a “explosão” dos movimentos sociais e políticos que se seguiram foi a causa. O anseio de uma vida mais livre. De um sistema político democrático e justo. Do direito à justiça e à liberdade e à vontade de afastar regimes déspotas há muito instalados no poder. Embora, como sabemos, os países das “Primaveras Árabes” assistam, ainda, a uma instabilidade e violência imprevisíveis quanto ao seu desfecho. Mas a causa é que os mobilizou, mesmo que tenha sido aproveitada por partido políticos e/ou regimes duvidosos.

6. No contexto nacional, qual considera ser o papel da Polícia de Segurança Pública (PSP) perante estes fenómenos? De que forma pode atuar a PSP, não só no decorrer do evento, bem como antes e após o mesmo?

Intendente Alexandre Coimbra: De acordo com as competências legalmente atribuídas à PSP, o seu papel, neste contexto, deve ser de permanente monitorização e avaliação do risco que este tipo de fenómenos pode trazer para a segurança e ordem públicas. Antes dos eventos, a PSP deve procurar acompanhar, dentro da legalidade, todas as ações preparatórias dos grupos, designadamente dos extremistas que, pela sua natureza, têm intenção e capacidade para provocar uma ameaça à segurança interna. Esse acompanhamento e monitorização deve basear-se na pesquisa de informações/notícias que tragam valor acrescentado para a preparação da segurança dos eventos. Entre outras tarefas, a PSP deve ter a capacidade de acompanhar as redes sociais tecnológicas, abertas, de forma a procurar informações que possibilitem antecipar e prevenir quaisquer ações hostis.

Durante o evento, a PSP deve atuar de forma a garantir a segurança e ordem públicas, através de dispositivos de segurança eficazes e previamente preparados de acordo com as informações recolhidas na fase de planeamento da segurança. Torna-se importante uma monitorização e avaliação in loco e em tempo real de todos os grupos que, pelas suas características, pretendem causar perturbações da ordem pública. Como referi no meu trabalho, muitas ações pacíficas e devidamente autorizadas e organizadas, podem ser “infiltradas” por grupos de natureza extremista, que se aproveitam da legitimidade de determinada manifestação para levarem a cabo atos contrários à lei. Nestes casos, a PSP deve ter a capacidade e a informação necessárias para um acompanhamento de tais intenções e movimentos e, paralelamente, possuir os meios para atuar rapidamente e impedir ações hostis.

No pós-evento a PSP deverá analisar todos os acontecimentos, efetuar uma avaliação do seu planeamento e execução, além de procurar analisar todas as notícias de fontes abertas que, quer antes, quer durante, quer depois do evento, são publicadas, para, desta forma, reunir elementos essenciais de informação (EEI) que forneçam novos dados sobre determinado tipo de movimentos e/o ações.

7. Na sua perspetiva, qual é a importância da informação para a previsão, preparação e atuação da PSP nos eventos desta natureza?

Intendente Alexandre Coimbra: A resposta a esta questão está explanada na resposta à questão anterior. Em qualquer planeamento de segurança a determinado evento a recolha e sistematização de informação torna-se fulcral para o sucesso da operação.

8. Como avalia a capacidade institucional da PSP para dar resposta a estes fenómenos no antes, no decorrer e no pós evento?

Intendente Alexandre Coimbra: A PSP tem tido um papel irrepreensível neste contexto. Desde o trabalho efetuado na vertente das Informações Policiais até à execução por parte das Operações (seja no domínio do policiamento clássico, seja na missão das unidades especiais) e, após, na Gestão da Comunicação, a PSP tem demonstrado estar atenta a este tipo de fenómenos e estar dotada da capacidade humana e material para fazer-lhes face, de uma forma tecnicamente eficaz e extremamente profissional.

9. Julga que as redes sociais podem também ser utilizadas como um aliado da PSP? Se sim, de que forma?

Intendente Alexandre Coimbra: Penso que também já aflorei esta questão nas minhas anteriores respostas. Como referi no meu trabalho final do CDN, a monitorização das redes sociais na *internet* é uma das atividades que a PSP (e outras FSS, de acordo com as suas competências) deve desenvolver para antecipar algumas informações pertinentes sobre determinadas ações ou grupos. Desta forma, esse trabalho permite facultar dados sobre a data/hora, tema, ações concretas e descentralizadas, eventos similares e outros elementos associados às iniciativas, que se revelam profícuos para a avaliação que as forças de segurança devem e têm de empreender neste contexto.

10. O contexto legal português apresenta algum entrave à preparação e à própria ação da PSP? E quanto à obtenção de informação nas redes sociais?

Intendente Alexandre Coimbra: Quando falo em obtenção de informação nas redes sociais refiro-me, sempre, a informação de fontes abertas, isto é, que estão acessíveis publicamente. Qualquer meio de obtenção de informação que passe por meios encobertos ou outras formas previstas na lei, deve ser sempre precedida de autorização da autoridade judiciária competente. Acontece que, com uma devida organização da informação, com um planeamento bem dirigido, é possível obter um sem número de informação em fontes abertas, sejam elas a imprensa ou televisão, sejam elas as redes sociais tecnológicas. Estas fontes de informação, estando livres publicamente, representam um manancial de dados importantíssimo para qualquer planeamento operacional, dependendo de um bom registo, análise e exploração para que possa ser útil e bem aproveitada para efeitos de prevenção e controlo da operação policial a desenvolver.

11. Como Oficial da Polícia de Segurança Pública (PSP) está preocupado com a evolução e com o futuro deste tipo de fenómenos? Se sim, quais considera ser os novos desafios que advêm destes fenómenos para a PSP?

Intendente Alexandre Coimbra: Enquanto profissional da PSP, organização que diariamente lida com inúmeras situações neste contexto e que podem colocar em casa a segurança interna, naturalmente que me preocupa a sua evolução. Os novos “movimentos sociais em rede”, que têm uma estrutura e tipo de liderança completamente diferentes dos movimentos clássicos, que utilizam os novos meios tecnológicos para se mobilizarem e atuarem, que apresentam características, nalguns caos, mais hostis do que noutros tempos, colocam um novo desafio à PSP. Mas, pela experiência e conhecimento que tenho do trabalho que tem sido desenvolvido neste âmbito, apresento-me, também, confiante, pois quer a PSP, quer outros serviços de segurança estão devidamente preparados e apetrechados para lhes fazerem face do ponto de vista técnico e legal.

O fenómeno meet não encontra fácil enquadramento e regulação no ordenamento jurídico nacional. A verdade é que os encontros em grandes espaços públicos, normalmente convocados através das redes sociais, juntam grandes grupos de jovens com um propósito aparentemente pacífico e associado à pura diversão e lazer. São as suas ações, posteriormente, que poderão constituir ilícitos de natureza criminal, sendo que, neste caso, poderemos estar perante crimes de ofensas à integridade física, participação em rixa, danos, etc.

Diria que os meet, só por si, não podem ser considerados como fenómenos criminais ou, até, contraordenacionais. São fenómenos, por natureza, não subversivos ou hostis. Apenas as ações dos jovens, durante e/ou depois os encontros, podem ser penalizadas, considerando os bens jurídicos afetados, individual e coletivamente. Este fenómeno social representa uma preocupação para as forças policiais, em termos de segurança pública, e uma fonte de atenção e acompanhamento permanentes, ao nível securitário e, mesmo, sociológico. Nesta vertente, importa estabelecerem-se estudos aprofundados que identifiquem, com rigor, a génese destes comportamentos. Na verdade, sabe-se que os jovens das Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS) apresentam determinado tipo de ações, desviantes ou criminais, que assentam, principalmente, na falta de controlo de determinadas instituições, v.g. família, escola, comunidade, etc. As suas atitudes pretendem, acima de tudo, chamar a atenção e, ao mesmo tempo, evidenciam as desigualdades sociais que vivemos atualmente, principalmente

nos grandes centros urbanos. Só através de políticas sociais integradoras e equilibradas, poderemos combater este tipo de fenómenos, cada vez mais presentes nas sociedades modernas.

Ao nível securitário, o trabalho das Informações Policiais torna-se essencial para antecipar e prevenir movimentos e ações hostis e criminosas. Como havia dito, o trabalho da Polícia deve assentar numa permanente monitorização das redes sociais tecnológicas e numa avaliação do risco rigorosa, para se poderem planear ações/operações/policiamentos de natureza preventiva.

Há, claro está, novos desafios que se prendem com a legislação que ainda hoje rege os direitos de manifestação e reunião em Portugal. Diploma de 1974, a sua publicação surgiu num contexto histórico, social e cultural completamente diferente daquele que atualmente vivemos. A PSP apresentou, em sede própria, várias propostas de alteração ao regime legal em vigor, ciente que existem lacunas que importa colmatar, face aos novos desafios emergentes numa sociedade tecnologicamente avançada e que apresenta movimentos disruptivos da ordem instituída. No meu trabalho do CDN, já diversas vezes mencionado ao longo desta entrevista, conclui que as novas formas de contestação social em Portugal apresentam dinâmicas muito próprias, aproveitando o espaço público e desencadeando ações imaginativas, em que muitas das quais colocam em causa a segurança pública. O diploma de 1974 não consegue oferecer uma resposta adequada a estas novas tendências, onde o carácter pacífico é, muitas das vezes, interrompido por elementos estranhos, que se infiltram e promovem situações de violência, faltando-lhe um verdadeiro regime sancionatório, que permitiria salvaguardar o consagrado constitucionalmente e facultaria a definição de comportamentos a seguir, evitando-se violações dos Direitos, Liberdades e Garantias estabelecidos nos dois direitos de reunião e manifestação. É este, quanto a mim, o maior desafio que se nos coloca.

Apêndice B – Entrevista ao Exmo. Subintendente Paulo Flor

Nome do Entrevistado: Paulo Ornelas Flor

Local: Direção Nacional PSP

Cargo/Posto: Oficial responsável pelas Relações Públicas da PSP/ Subintendente

1. Na sua perspectiva, qual foi o impacto que a globalização e o surgimento da *internet* tiveram na forma como a sociedade está organizada?

Subintendente Paulo Flor: Acima de tudo, tornou tudo muito mais rápido. Mais rápida a informação, mais rápidas as notícias, mais rápida a forma como comunicamos e como falamos uns com os outros. Se é certo que esta rapidez trouxe uma maior dispersão da informação, hoje é tudo mais fácil, nomeadamente através do Google que se tornou quase o nosso repositório de informação para qualquer situação. Temos uma dúvida sobre o que quer que seja e a primeira coisa que nos lembramos é ir ao Google para tentar perceber o que é que é isso, o que é que aquilo quer dizer, um determinado evento no passado, que depois nos leva para a Wikipédia e há outras plataformas na *internet* que tornaram isto tudo muito mais simples. A verdade é que a *internet* também tem outras questões mais negativas, designadamente o facto de muitas vezes sermos levados a querer que algumas das informações que lá vamos sejam corretas, quando na realidade não são. Quando se escreve a correr e quando se escreve numa sociedade global de informação como é a atual, onde qualquer minuto face a uma notícia se torna quase inevitável porque há outros que fazem a notícia primeiro do que nós, então nesta necessidade de os jornalistas terem de por cá fora as notícias muitas vezes, quando o fazem, fazem-no mal. Por isso, eu acho que de facto a nossa sociedade hoje em dia é uma sociedade que vive cada vez mais também sobre uma plataforma de *internet*. Isto já não é só um *www* como era no passado, onde íamos a alguns sites, é muito mais do que isso, quer seja através de plataformas digitais, quer sejam através das aplicações que qualquer *smartphone* hoje em dia tem. A disseminação dos *smartphones* a isso obriga e dou-te o exemplo de quando estive em Moçambique, onde uma das questões interessantes que se viu é que em relação à *internet*, embora esteja a chegar a Moçambique neste momento, o salto dar-se-á não pela questão dos computadores em si, mas pela questão dos *smartphones*. Hoje em dia, os *smartphones* acabam por ser o veículo a partir do qual as pessoas comunicam através da *internet*.

2. No seu ponto de vista, a forma de organização da sociedade contemporânea e as facilidades em termos de comunicação, onde se podem incluir as redes sociais, potenciam o surgimento de novos fenómenos a nível social?

Subintendente Paulo Flor: Sim, aliás, temos assim mais recentemente duas ou três situações que podemos identificar. Uma, por exemplo, são os *meets*. Os *meets* são claramente algo que surgiu com a questão da *internet* e com a questão das redes sociais. Existem outros fenómenos que são identificados pelo *Twitter*. Existem outros tantos que nos levam a identificar padrões de vida e comportamentos que podem ser identificados pelo *instagram* ou pelo *pinterest*. Quer dizer, há redes sociais para todos os gostos e todos os fins. E, de facto, aquilo que antigamente era o que está in ou que está out, o que está na moda ou que está fora dela, hoje em dia acaba por ser a *internet* o fenómeno global das aplicações das redes sociais que definem o que é que é a moda, o que é que está na moda e o que está fora dela. E a partir daí podem obter-se questões que, passam também e que podem potenciar o surgimento de fenómenos a nível nacional ou a nível social, porque às vezes uma palavra mal escrita num determinado contexto pode ser interpretada pela velocidade com que esta informação passa, podendo ser interpretada de forma errada e com um contexto diferente. Eu lembro-me que há relativamente pouco tempo, quando houve toda a questão associada ao Charlie, tal ganhou uma dimensão mediática e global também por causa da *internet*, acima de tudo por causa disso. Há uns anos certamente que seríamos levados a ouvir sobre isto na televisão, mas hoje em dia, mais do que a televisão, a própria *internet* potenciou este fenómeno a ter esta dimensão global. Isso fez, por exemplo, com que algumas pessoas, num determinado contexto, escrevessem sobre a liberdade de expressão, mas considerando todo o fenómeno associado ao Charlie foram quase crucificadas nas redes sociais porque disseram um determinado tipo de palavras associadas a liberdade de expressão. Portanto, aqui às vezes é quase um contrassenso. Por um lado legitima-se liberdade de expressão numa sociedade atual, por outro critica-se quem ao abrigo dessa liberdade de expressão expressa a sua opinião.

3. O manifesto e o protesto não são algo de novo na nossa sociedade. Considera que as novas tecnologias alteraram, de alguma forma, os mesmos? Se sim, julga que existem novos desafios para a segurança associados a essas mesmas transformações?

Subintendente Paulo Flor: Todos nós, como seres humanos, queremos comunicar e ser ouvidos. O fenómeno das redes sociais só tem este impacto principalmente por exemplo em

redes como o *Facebook* e o *Twitter*, em Portugal mais o *Facebook* do que o *Twitter*. É claramente o palco que muitos de nós pretendemos para sermos ouvidos, para termos opinião, para expressarmos opinião. Não queremos ser uns “opinion makers”, mas queremos de alguma forma poder dizer aquilo que nos vai na alma, e muitas vezes se calhar somos levados a escrever aquilo que não queremos porque estamos no calor de determinado momento. Por isso é que as redes sociais, mais do que no palco que nós podemos ter para abordar determinado tipos de questões, mais importante do que isso, é termos de olhar para as redes sociais com toda a calma e tranquilidade. Saber amadurecer ideias, ter sempre aquela questão subjacente é aquilo que eu tenho sempre presente nas redes sociais. Se eu não sei se devo ou não publicar, se eu tenho esta dúvida, não publico, ponto. Acho que quando existe a dúvida se é ou não pertinente fazê-lo, nós devemos optar sempre, no âmbito das redes sociais, por não o fazer. “Once there, is always there” e portanto sempre que comunicamos, sempre que publicamos, sempre que carregamos no “enter” numa determinada frase, por mais dúvidas que tenhamos se devemos colocá-la ou não, a partir do momento que o fazemos fica para sempre na *internet* e essa pegada nunca mais de lá sairá. E por isso é que eu acho que de facto há aqui este palco que foi criado pelas redes sociais, pela *internet*. Antigamente escrevia-se nas paredes, ainda hoje em dia há muita gente a escrever através de grafitis e não só nas paredes. A *internet* acaba por ser também uma consequência dessa necessidade que a sociedade sempre teve de dizer aquilo que lhe vai na alma. Há uns que são muito mais acutilantes e que a utilizam de forma quase diária e permanente, há pessoas que a identificam como tal. Existem outros que também não, que são muito mais contidos, independentemente de estarem na *internet*, independentemente de estarem nas redes sociais são muito mais contidos na forma como avaliam estas questões.

4. Na sua ótica, no contexto internacional, quais foram os fenómenos que podemos caracterizar como *mediated crowds* que tomaram proporções físicas com mais impacto na sociedade? E no contexto nacional?

Subintendente Paulo Flor: Para ser coerente com aquilo que já falei anteriormente, eu acho que por exemplo não direi que é um fenómeno protestante, mas é um fenómeno que está intimamente ligado às redes sociais, como é a questão do Charlie e toda a questão associada a liberdade de expressão vs. religião vs. movimentos mais contundentes em termos sociais, em termos religiosos e não só. Acho que isso tem claramente um contexto e um protesto em termos internacionais que extravasou claramente as fronteiras de Paris e da França. Em termos nacionais, eu posso identificar, se calhar a mais evidente, com aquele grupo de

cidadãos que aí há uns anos em Portugal criou o movimento “que se lixe a troika” e que passou em frente ao FMI, o que depois teve uma dimensão quase global em termos nacionais. De facto, foi a prova evidente, quer de uma maneira quer da outra, que quando estas redes sociais são trabalhadas, quando estes fenómenos encontram destinatários que têm um peso, e que têm de facto um peso viral dentro da *internet*, acabam por ganhar uma dimensão quase meteórica e faz com que efetivamente em termos globais, e em termos nacionais, isto tenha uma ascensão relativamente grande.

5. Nem todos os fenómenos deste tipo que são idealizados na esfera digital têm a adesão no espaço físico desejada pelos seus promotores/impulsionadores. Quais, na sua opinião, julga serem os fatores chave que levam à mobilização e ao sucesso dos mesmos?

Subintendente Paulo Flor: Tem a ver com o momento. Certamente que hoje em dia se eu quiser fazer um movimento, por exemplo, por causa da liberdade de expressão, contrapondo aqui outra vez a tónica no “je suis Charlie”, não tem a mesma dimensão mediática do que teve o fenómeno na altura em que ocorreu. Porque as pessoas são muito mais próximas da situação. Quanto mais próximo é alguém de uma determinada situação, de um determinado evento, muito mais fácil é cativá-la a aderir a uma causa ou um movimento, a algo que ela se sinta parte integrante. Eu francamente julgo que alguns dos fenómenos provavelmente não terão a dimensão ou não tiveram a dimensão que os seus promotores pretendiam porque também hoje em dia não é tão simples quanto colocar um post na *internet*, ou colocar um post no facebook e esperar através de um blog ou do que quer que seja que isso tenha uma expressão mediática. Hoje em dia as coisas são trabalhadas um bocadinho mais à frente. Existem “opinion makers” dentro das redes sociais, “opinion makers” na esfera digital, nomeadamente nos blogs. Hoje em dia é fácil, ou pelo menos é perceptível, aquilo que antigamente ninguém falava, o que é um blogger ou uma blogger. Hoje em dia isso faz parte da esfera digital, hoje em dia o peso que estas pessoas têm em termos de legião de fãs e de seguidores é determinante para qualquer evento que passe para estas pessoas, que tenha um ascendente muito maior do que noutro contexto e portanto acho que há de facto aqui uma análise quase de marketing associada ao movimento. Será que faz sentido? Se faz sentido, com quem é que eu posso promover de alguma forma esta ideia? É determinante que haja sempre alguém que tenha um peso grande em termos virais, em termos de rede social, até porque as próprias redes sociais definem-nos isso. Redes, teias de ligação, e há pessoas que de facto quando colocam algo na rede social, aquilo que colocam no “Twitter”, aquilo que

fazem no seu blog, tem um expressão, um mediatismo enorme, são partilhadas, são visualizadas, são postadas, são de alguma forma comentadas por uma grande parte de pessoas e existem outras que também não. Quando colocam, há uma ou duas que gostam ou que eventualmente comentam e isso de alguma forma poderá determinar o sucesso ou o fracasso de uma determinada ideia.

6. No contexto nacional, qual considera ser o papel da PSP perante estes fenómenos? De que forma podem atuar a PSP, não só no decorrer do evento, bem como antes e após o mesmo?

Subintendente Paulo Flor: Acima de tudo, nós queremos estar naquele palco, mas nem diria palco. Nós somos de alguma forma aqueles que estão junto ao palco, caso seja necessário poder intervir. Naturalmente que o nosso papel não é estar nas luzes da ribalta, não é estar em cima do palco em todo o contexto social, seja através de uma manifestação, seja através de um evento desportivo, do que quer que seja, e quanto menos falarem de nós, melhor é a execução da nossa missão. Naturalmente que nós não nos conseguimos demitir de movimentos que são contra a Polícia mais do que contra o movimento em si. Naturalmente que vamos ter sempre esse palco mesmo sem querer, e que vamos estar, nessas situações, nos olhos do povo, nas câmaras, nos rádios e nas fotografias. Agora eu acho acima de tudo que nós temos de manter uma postura equidistante de todos os fenómenos. Saber analisá-los, saber antecipá-los de alguma forma, e podermos antecipar é determinante hoje em dia. Estamos a falar de *meets* ou de outro tipo de eventos. Se conseguirmos, através da inteligência policial, antecipar estes fenómenos, com redes sociais ou sem elas, com ou sem *internet*, a verdade é que seremos muito mais previdentes para ter o dispositivo policial que pretendemos, quer em contextos materiais ou humanos, para garantir que de facto a nossa resposta é adequada àquilo que é expectável. E por isso é que eu acho que, para além da presença que temos efetiva na *internet* e isso hoje é evidente, já não é estranho para ninguém ouvir falar da PSP no *Facebook*. Se calhar era há 3 ou 4 anos, hoje em dia já é consensual esta presença. Mas, para além dessa presença nas redes sociais, no *Facebook*, no *Twitter*, no *Youtube*, eu acho, acima de tudo, que nós devemos manter-nos à parte de todo o fenómeno viral, muitas vezes associado a movimentos na *internet*, à parte de todo o contexto mediático que alguma situação pode ter. Quanto mais distantes estivermos desses fenómenos, muito mais fácil é interpretar de que forma é que eles evoluem, e interpretar de que forma é que nós podemos contribuir para apaziguar, para garantir a paz social, para garantir a ordem, sendo esse o último reduto da nossa intervenção.

7. Na sua perspetiva, qual é a importância da informação para a previsão, preparação e atuação da PSP nos eventos desta natureza?

Subintendente Paulo Flor: É determinante, isto para mim é determinante. Aliás, essa tem sido a regra em termos europeus. Hoje em dia não há nenhuma polícia no mundo, muito menos na Europa, que não tenha uma componente da sua análise e informação da sua inteligência policial que não passe exclusivamente pelas redes sociais. É determinante que esta informação, esta previsão, esta preparação passe também por aí, e todas as fontes são naturalmente determinantes e importantes para nós percebermos e contermos os fenómenos. Quanto mais preparados nós estivermos, quanto mais evidente for determinado tipo de contexto social num âmbito de manifestação, num âmbito de uma grande deslocação de pessoas do ponto A para o ponto B, sabendo que há aqui uma interação prevista no ponto C, que há uma tentativa de corte de uma estrada no ponto D, que há um contexto em que se pretende passar num determinado edifício, fazer determinado tipo de coisas, tudo quanto se possa prever e antecipar, em termos de informação, melhor conseguiremos certamente levar e muito mais facilmente a nossa missão. Aqui, mais do que nunca, deter informação é deter o poder. E o poder escreve-se na nossa intervenção através de uma elevada taxa de sucesso naquilo que diz respeito à informação que passa não só exclusivamente pelas redes sociais, mas também pelo elemento de patrulha, na base da nossa intervenção, e que com a sua atuação consegue identificar alguns fenómenos, consegue perceber algumas situações das quais ouve falar, porque está no comércio e porque ouve comentar este tipo de coisas. E, portanto, no âmbito do contexto de informação que a PSP tem, passa essa informação e isso para nós é determinante posteriormente para o sucesso da nossa intervenção. O “Just-in-time”, que é um dos nossos “chavões” para o 2013-2016, é claramente isso. É antecipar, é prever e é garantir que no local onde determinado tipo de fenómeno ou evento acontecerá nós temos os meios humanos e materiais suficientes para garantir que de facto isso será bem executado do ponto de vista policial.

8. Como avalia a capacidade institucional da PSP para dar resposta a estes fenómenos no antes, no decorrer e no pós evento?

Subintendente Paulo Flor: Nós temos conseguido evoluir e eu acho que isso é evidente desde os últimos 11, 12 anos. Se tiver como referência assim um passado mais recente, temos o Euro 2004 em Portugal que tem um fenómeno associado que é um fenómeno desportivo, que é uma festa, mas tem sempre associadas questões de violência, questões de

hooliganismo, questões de claques desportivas, grupos não organizados de adeptos que podem, de alguma forma, com a sua atuação tornar um evento que se pretende de paz, social de desporto, tornar-se algo um bocadinho mais contundente do que isso. Nós conseguimos fazê-lo, já tivemos diversas presidências da União Europeia nos últimos anos, já tivemos cimeiras ibero-americanas em Portugal, já fizemos uma cimeira da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em Portugal. Não somos saudosistas ao ponto de estarmos sempre a falar naquilo que foi um passado recente, mas a verdade é que isso de alguma forma nos estimula, nos garante. Acima de tudo, é a melhor publicidade que podemos ter, quando olhamos para eventos que ocorreram no Canadá e na Inglaterra, associados à OTAN, com toda a dimensão e agitação que houve em termos sociais que essas situações e essas cimeiras tiveram, e, em Portugal, a verdade é que nós não tivemos nenhum caso desses. E isso é claramente uma capacidade institucional que a PSP colocou no terreno, que preparou o trabalho de casa, fez aquilo que tinha a fazer em termos de preparação para um evento desta natureza e conseguiu. Não sozinha, naturalmente, mas no âmbito da segurança interna com outras FSS, conseguiu garantir que nós teríamos e temos tido grandes eventos em Portugal, onde somos postos à prova e as respostas que damos são evidentes e são muito profissionais.

9. Julga que as redes sociais podem também ser utilizadas como um aliado da PSP? Se sim, de que forma?

Subintendente Paulo Flor: Sim, e isto de alguma forma entronca noutras coisa que já disse anteriormente. Nós temos de ter um papel interventivo. Nos tempos mais recentes, tivemos uma intervenção, por exemplo, ontem no Conservatório de Lisboa, e tivemos uma entrada em Coimbra numa das dependências do novo banco, onde foi solicitada a presença da polícia. A verdade é que não se tornou notícia pela intervenção policial e não são tão poucas as situações em que a intervenção policial de uma situação é que se tornou notícia, ou seja, acaba por ser a intervenção a notícia em si e não a situação que gerou essa intervenção. Aquilo que nós vimos por exemplo nestes últimos 2 exemplos, é que a PSP conseguiu resolver o problema, conseguiu retirar as pessoas que estavam dentro do Novo Banco em Coimbra com diálogo, conseguiu tirar as pessoas que estavam ontem no conservatório de Lisboa com diálogo. E, de alguma forma, passou ao lado, passou à margem da situação. Naturalmente que nós temos este papel interventivo porque se não o fizéssemos com diálogo, se não o fizéssemos com a verdadeira capacitação para avaliar as duas situações que referi, o mais certo era termos tido eventuais cargas policiais. Uma notícia que não é sobre o conservatório, ou não é sobre o Novo Banco, mas é sobre a intervenção policial. Ainda hoje

há notícias por causa das amnistias internacionais desta vida e outras que vêm pôr em causa também a própria capacidade da PSP em lidar com fenómenos de índole racista e coisas do género. E, portanto, como somos sempre parte de alguma forma das notícias e nem sempre pelas questões mais positivas, somos de facto chamados também a intervir nas redes sociais para apaziguar de alguma forma alguns boatos, algumas situações que se criam, alguns mitos urbanos que entretanto surgem. E esse também é o nosso papel, é saber que no contexto operacional no terreno sabemo-lo fazer de forma bem-feita, saber também que nas redes sociais temos esse papel interventivo e sabemos também apaziguar quando temos de o fazer.

10. O contexto legal português apresenta algum entrave à preparação e à própria ação da PSP? E quanto à obtenção de informação nas redes sociais?

Subintendente Paulo Flor: Eu julgo que não, sinceramente. Nem em termos globais, do ponto de vista operacional, em termos da lei de segurança interna, em termos de forças e serviço de segurança do plano de coordenadores das FSS, em termos de lei orgânica da PSP, da sua missão, dos seus valores, daquilo que lhe é exigido, como também no contexto da *internet*, no contexto das redes sociais. Francamente, por aquilo que nós temos visto nos últimos anos, e pelo facto de sermos, e isto não vamos deixar de o dizer, a instituição que lidera em termos de ranking neste momento em Portugal o governo e as instituições públicas, o Facebook da PSP, por exemplo, é a rede social mais seguida nesta ordem de marcas. Somos quase das 100 mais conceituadas marcas em Portugal e é uma notoriedade importante se considerarmos que nas redes sociais em Portugal se calhar, neste momento, estão mais de 5 mil marcas identificadas. Estarmos como Polícia nas 100 maiores marcas, isso dá-nos de alguma forma uma dimensão de notoriedade extremamente importante e relevante no contexto das redes sociais e isso de alguma forma capacita-nos para fazer mais e melhor num futuro próximo e identificar claramente que estamos preparados. No contexto atual, estamos mais do que legitimados de alguma forma quer pela sociedade, quer pelas leis, a estar onde estamos e a fazer o que fazemos.

11. Está preocupado com a evolução e com o futuro deste tipo de fenómenos? Se sim, quais considera ser os novos desafios que advêm destes fenómenos para a PSP?

Subintendente Paulo Flor: Acho que a melhor forma de estarmos na vida não é estarmos permanentemente alerta e desconfiados, nem permanentemente preocupados. É termos consciência do trabalho que temos feito, da forma como a instituição está preparada para

lidar com determinados fenómenos, perceber que a instituição soube evoluir, soube de alguma forma dar os passos necessários para estar onde estão as pessoas, seja num ambiente urbano, seja num ambiente e num contexto de redes sociais. Nós estamos onde estão os fenómenos sociais. E isso de alguma forma permite-nos antever, controlar, ter uma inteligência policial que assenta informações fidedignas e que nos garantam de alguma forma que a todo um momento, independentemente dos contextos que possamos vir a encontrar num futuro próximo, potenciados ou não pelas redes sociais, potenciados ou não pela própria população e pelos movimentos da população, nós estejamos cada vez mais preparados e eu saindo das redes sociais e olhando para o contexto nacional e para o contexto operacional. Por exemplo, falou-se muito agora num passado recente sobre um fenómeno na Cova da Moura e da intervenção policial num bairro com aquela dimensão e numa zona urbana sensível como aquela. A verdade é que, se formos a olhar aos últimos 10 anos, os fenómenos que normalmente eram associados a grande crispação entre a Polícia e a população autóctone de determinados tipos de bairros, hoje em dia são cada vez menores. Se olharmos para os últimos 5 anos, são poucas ou quase nulas as situações que temos de intervenção policial em bairros, onde de alguma forma isso tem ganho contornos mediáticos. A verdade é que nós temos conseguido controlar toda esta questão social, temos conseguido levar de alguma forma a água ao nosso moinho, garantindo que estamos junto da população, garantindo de alguma forma que somos legitimados pelos bairros a intervir em determinados contextos, até porque também a verdade é esta. Quer dizer, eu tenho quase a certeza que há uma grande percentagem de pessoas (não direi 80%, mas por aí) nos bairros sociais que ali vivem por uma questão de vida, mas que são gente de bem, que trabalham de sol a sol, que não têm qualquer tipo de índole criminal, que estão empregadas, que têm sucesso escolar. Mas há de facto uma franja muito pequena que tem algumas vicissitudes associadas à droga, associadas ao desemprego, a não estarem num ambiente escolar, a passarem demasiado tempo na rua. E a rua potencia outro tipo de comportamentos marginais e isso de alguma forma poderá influenciar negativamente o sentimento de vida dos bairros. Mas, nesta medida, e nos últimos anos, nós temos sabido contrariar essa tendência, sabendo contrariar as ideias de que por exemplo numa consequência económica como foi a Troika em Portugal, com todas as questões associadas aos cortes orçamentais, aos cortes de ordenados, onde há aqui um envolvimento e um sentir muito grande por parte da sociedade sobre as questões que estão de alguma forma a viver, a verdade é que nós temos sabido controlar a criminalidade, temos sabido descer com a criminalidade, impor um regime e um policiamento que vai ao encontro das novas tendências atuais e, por esses motivos,

francamente, olhando para uma instituição que tem quase 150 anos de existência, sendo parte eu, como oficial da polícia, de uma parte da sua história, acho francamente que estamos no caminho certo. Olhando para tudo o que fizemos até agora, para aquilo que podemos vir a fazer, francamente acho que a PSP tem todos os motivos para se orgulhar, até porque a PSP é constituída por homens e mulheres e isso por muito que os carros de patrulha sejam o último topo de gama, por muito que a tecnologia informática nos ajude nisso, com o Sistema Estratégico de Informação (SEI), com o Sistema de Contraordenações de Trânsito (SCOT), com as impressoras, com o polícia automático, com toda a tecnologia associada ao policiamento, se não houver um fator humano determinante que utilize esse equipamento, que faça essa gestão com as pessoas, dificilmente nós conseguiremos manter estes níveis que temos mantido até aqui.

Apêndice C – Entrevista ao Exmo. Comissário João Carvalho

Nome do Entrevistado: João Dias de Carvalho

Local: Direção Nacional PSP

Cargo/Posto: DIP/Comissário

1. Na sua perspetiva, qual foi o impacto que a globalização e o surgimento da *internet* tiveram na forma como a sociedade está organizada?

Comissário João Carvalho: Se estivermos a falar só em impacto da globalização, aqui também há outra questão que tem a ver única e exclusivamente com o vetor económico. Eu falaria que, se calhar, o impacto da mundialização assentou na forma como a sociedade está organizada e com o surgimento da *internet*. Fazendo aqui uma ligação entre essas duas conceções, eu diria que o facto de termos cada vez mais uma configuração da sociedade em rede é um dos principais vetores que suscitou uma transformação nesse tipo de configuração. Hoje em dia vivemos numa sociedade em rede, cada vez mais baseada numa componente sistémica, que cria grandes forças, mas que também cria grandes fragilidades por causa das suas interdependências. E daí também a própria complexidade normalmente associada a esta visão sistémica da sociedade. Outro fenómeno obviamente presente na forma como a sociedade está organizada é a transnacionalidade de várias situações, quer na transnacionalidade das vivências ou na transnacionalidade das ocupações. Penso que isto também é uma situação importante, e mais para o fenómeno que estamos aqui a falar. Obviamente que é uma massificação tecnológica que também decorre nestas situações, principalmente no surgimento da *internet*, que cria por si só um maior acesso à informação, uma maior circulação da informação, e tudo de uma forma bem mais acelerada. A portabilidade também é uma situação importante, mas acima de tudo a própria virtualização das vivências. Eu acho que isso tem uma grande influência na forma como hoje em dia vemos e olhamos para a sociedade, pois parece-me que são esses os vetores essenciais que queria neste momento referir.

2. No seu ponto de vista, a forma de organização da sociedade contemporânea e as facilidades em termos de comunicação, onde se podem incluir as redes sociais, potenciam o surgimento de novos fenómenos a nível social?

Comissário João Carvalho: Sim, obviamente que sim, basta observarmos a um nível mais básico a própria forma de como, hoje em dia, muitos relacionamentos entre pessoas se formam, e que assentam pelo primeiro contacto nas redes sociais. Estas são hoje, digamos assim, um espaço público, pelo menos eu considero-o nessa vertente e obviamente que daí decorre todo um conjunto de fenómenos sociais. Eu diria aqui conjuntamente, por exemplo, a questão da invisibilidade social que Daniel Innerarity aborda. Esta, segundo o autor, irá trazer depois muitos problemas e, inclusivamente para o tema que estamos aqui a debater, uma distribuição de poderes muito mais volátil. Deste modo, e a título exemplificativo, hoje em dia um indivíduo que consiga explorar bem as redes sociais pode ter tanto poder em determinado momento do que, por exemplo, qualquer outro país. Existem de facto, e nós vemos isso, questões virais nas redes sociais, nomeadamente a questão de determinados apelos ou de determinado indivíduo que denunciou ou fez uma campanha que despertou um conjunto de consciências. De facto, hoje podemos falar de uma balança de poderes através das redes sociais, que pode ser alavancada de várias formas. Mas acho que nos próprios países existem situações que também deviam olhar para este fenómeno. Por outro lado, também cria a nível de fenómenos sociais, e para aquilo que também interessa para este tema, eu penso que seja uma panóplia. Digamos que existe uma certa instabilidade ao nível de interlocutores, se estivermos a falar de determinados eventos, ou determinadas iniciativas. Quem é que são verdadeiramente os promotores? Quem é que está por detrás verdadeiramente das situações? Isto cria muitas dificuldades. Uma das situações (e se calhar já me estou a adiantar para algumas questões que estão à frente, mas penso que isto é uma situação importante), no âmbito das ações do protesto que a Polícia tenta sempre, é criar um contacto com os promotores e ter interlocutores válidos com quem possamos falar, quer antes, quer no durante, quer no pós, inclusivamente. E, de facto, as redes sociais vêm aqui complicar um pouco esse sistema porque muitas vezes os verdadeiros promotores não gostam de permanecer anónimos. Isto também traz outras complicações, mesmo ao nível da questão negocial, que nem sempre sabemos com quem nós negociamos, não sabemos quem está do outro lado, ou verdadeiramente o que é que eles querem.

3. O manifesto e o protesto não são algo de novo na nossa sociedade. Considera que as novas tecnologias alteraram, de alguma forma, os mesmos? Se sim, julga que existem novos desafios para a segurança associados a essas mesmas transformações?

Comissário João Carvalho: Sim, as novas tecnologias alteraram de alguma forma, por exemplo, a capacidade de disseminação de apelos ou de convocatórias. A própria capacidade

organizativa foi bastante potenciada através das redes sociais. Certamente que, antes do advento das redes sociais, eu diria que por exemplo a convocatória de uma manifestação descentralizada, vamos supor em território nacional e em várias cidades, tinha de ser objeto de uma grande organização, de contactos “ponto a ponto” com cada copromotor dessas manifestações. No entanto, observamos que, muitas vezes, a desconcentração de protestos associados a um mesmo evento é feito de forma quase automática, às vezes até espontânea. Do género, hoje, vamos organizar as pessoas que estão em Portimão e, por exemplo, vamos também para a rua e juntamo-nos ao protesto. Outra situação que eu penso que é um grande desafio tem a ver com a capacidade de monitorização em tempo real, o denominado livestream que nós vemos que pode ser utilizado por nós e com grande potencial, pois se os outros nos veem também nós temos a capacidade de os ver. Por um lado, se essa manifestação está a ser transmitida em livestream, eu penso que uma das situações que vem também acrescentar, não sendo entendido como algo mau, mas como um desafio, é, por exemplo, o escrutínio que é possível fazer de uma determinada atuação policial ou de um determinado policiamento. Neste caso não é só a cobertura mediática, é a própria visão dos participantes, numa dada demonstração, que têm capacidade de dar o seu ponto de vista, de dar a sua imagem através do livestream. Por outro lado, temos também outras situações que podem suscitar desafios, como a capacidade de galvanizar as massas, e isto vimos nalguns eventos, nalguns contextos.

De facto, as redes sociais foram talvez o maior catalisador ou impulsionador da galvanização de determinados espectros, de faixas ou setores da sociedade para virem para a rua manifestarem-se. Para além deste aspeto, outros novos desafios penso que se relacionam com o facto de a Polícia, desde a sua base, ter uma capacidade constante de interação com o público, uma vez que as redes sociais têm de ser cada vez mais encaradas como um espaço no qual a Polícia tem de estar presente. A capacidade de comunicar e explorar estas novas formas de contacto nas redes sociais tem vários componentes, não só numa perspetiva de prevenção, mas também numa perspetiva de relações públicas, de relações institucionais e também da própria investigação criminal, que também tem sido potenciada pela forma como as pessoas utilizam as redes sociais.

Recordo-me de outra que não está diretamente associada com esta situação, mas temos casos caricatos, como por exemplo aquela questão dos presidiários que conseguem através de algumas formas ter dispositivos eletrónicos que lhes permitem atualizar a sua conta no facebook. Deste modo, temos muitos desafios para quem inclusivamente, por exemplo,

extravasando um pouco o nível de segurança dos próprios ativos policiais, porque da mesma forma que outras pessoas têm redes sociais, também os nossos elementos são possuidores de perfis em redes sociais e se não for feita uma correta adequação de como são publicados, ou cada um apresenta aquilo que quer. No entanto, isso em determinados momentos pode representar uma fragilidade, uma vulnerabilidade para os ativos policiais.

4. Na sua ótica, no contexto internacional, quais foram os fenómenos que podemos caracterizar como *mediated crowds* que tomaram proporções físicas com mais impacto na sociedade? E no contexto nacional?

Comissário João Carvalho: Eu diria que não foi tanto um fenómeno de protesto, mas acabou por ser um fenómeno que esteve muito ligado às redes sociais e teve um grande impacto ao nível securitário: os London riots. Eu não enquadro numa questão de protesto, mas enquadro numa situação de extrema gravidade das redes sociais, onde estas tiveram o seu papel, mas também a questão do Blackberry Messenger. Mais recentemente, temos o movimento “Occupy”, as “acampadas” que na Europa seguiram muito e que também extravasou para outros países, nomeadamente para os Estados Unidos da América.

Gostaria também de recordar um determinado momento. Em 2011 ou 2012, houve uma das poucas manifestações internacionais de sindicatos, ou seja, das principais frentes sindicais, que organizaram um evento comum e penso que nessa situação também as redes sociais tiveram o seu contributo, até porque, hoje em dia, até os próprios sindicatos têm essa vertente muito bem explorada, ao nível da sua divulgação de iniciativas através das redes sociais. Depois a nível nacional, diria o 12 de março, como um marco na questão de novos movimentos sociais inorgânicos, mas com uma forte componente nas redes sociais e que conseguiram de facto mobilizar muita gente, o M15O também. Por fim, e aquela que foi talvez uma das mais marcantes, “Que se lixe a Troika”, que conseguiu trazer muitas pessoas para a rua. Penso que em termos de marcos, numa janela temporal recente, são estes que referi.

5. Nem todos os fenómenos deste tipo que são idealizados na esfera digital têm a adesão no espaço físico desejada pelos seus promotores/impulsionadores. Quais, na sua opinião, julga serem os fatores chave que levam à mobilização e ao sucesso dos mesmos?

Comissário João Carvalho: Considero ser tudo muito relativo, mas diria que muitas vezes temos de atender a um conjunto de situações, nomeadamente quais são os conjuntos de que

nós temos de atender em determinado momento para tentar aferir a capacidade de mobilização das massas para o terreno. Eu penso que tem muito a ver com o contexto e a causa, e a ligação entre ambas, pois se a adesão a uma determinada causa não for apelativa, num determinado contexto, não surge como algo que, de facto, preocupe as pessoas, uma vez que logo à partida é um nado morto.

Depois tem muito a ver também com a objetividade e com o que é que se pretende. E penso que isso também foi uma alteração que as pessoas foram tendo ao longo do tempo. Se antes as pessoas se juntavam porque era algo novo, depois começaram a aderir a determinados protestos, mas quando a objetividade estava lá presente, ou seja, para que é que a gente vai? Porque há aqui uma escolha, há um custo de oportunidade, o que é que eu ganho em ir, ou o que é que eu ganho em não ir? Também tem muito a ver com a questão de reputação do promotor. Quem é o promotor? É conhecido? É menos conhecido? Tem historial? Não tem? Isso também vai ter influência. Recordo-me por exemplo de muitos movimentos que começavam por ser inorgânicos e à medida que a janela temporal foi correndo foram-se tornando cada vez mais institucionalizados. O que acontece é que houve uma inversão da adesão, ou seja, enquanto eram esporádicos ou considerados inorgânicos conseguiram captar muita atenção e muita gente para aderir aos seus eventos, à medida que foram passando de esporádicos, espontâneos (mais correto) e para uma certa forma de institucionalização acabaram por perder capacidade mobilizadora. Também penso que tem importância relevante a coesão, pois a mesma é capaz de ser despertada na adesão ao protesto por parte dos eventuais participantes. Se os mesmos já se conhecem, se já estiveram juntos por alguma razão. Penso que também é uma forma de nós podermos atender se, de facto, existirá ou não uma adesão, ou seja, se a adesão virtual se irá traduzir numa adesão real. Tem muito a ver com isso, é muito difícil falarmos em termos genéricos, ou seja, eu consideraria estes pontos que referi anteriormente: objetividade, contexto e a causa, a reputação do promotor, e a coesão entre os potenciais membros que irão depois mobilizar-se no terreno.

6. No contexto nacional, qual considera ser o papel da PSP perante estes fenómenos? De que forma podem atuar as PSP, não só no decorrer do evento, bem como antes e após o mesmo?

Comissário João Carvalho: A Polícia tem obviamente um papel essencial, porque, para todos os efeitos, uma grande fatia dos eventos que são promovidos através das redes sociais, depois têm uma expressão no terreno e a PSP tem o dever de garantir o direito de reunião.

Obviamente que nem sempre os formalismos são cumpridos, mas isso não invalida que as pessoas não se possam reunir e a Polícia tem o dever de garantir esse direito de reunião, que muitas vezes se confunde com a ideia de que a Polícia estará a controlar as massas, ou que de alguma forma tenta controlar as redes sociais, numa ideia de cortar o direito da manifestação, mas não, é precisamente o contrário. A Polícia quando faz policiamento a este tipo de eventos tenta garantir, acima de tudo, a segurança de pessoas e bens e o direito à manifestação e, por exemplo, em alguns casos em que foram detetadas manifestações de contramanifestações, ou seja, alguém que queria deliberadamente impedir o outro de se manifestar. Temos vários exemplos em que a Polícia conseguiu garantir que ambas as fações, apesar de opostas, tivessem o seu espaço para se manifestarem e defenderem as suas causas. É relevante a forma como a PSP pode atuar não só no terreno do evento, bem como no antes e após o sucedido.

A PSP é aquilo que eu já mencionei anteriormente, uma parte pode ser até indicar alguns conselhos, alguma prevenção, por exemplo ao nível de trânsito, os cortes que irão existir, as dificuldades que vão ter, o que é que se pede às pessoas. Outra, na própria preparação do evento, tentar perceber se o mesmo tem uma dispersão em termos de redes sociais, qual é o seu impacto, qual é o sentimento inerente às pessoas que vão para um determinado acontecimento. No decorrer do evento, tentamos perceber de que forma é que está a ser transmitida por parte dos promotores a questão, como é que está a decorrer o evento, qual é a opinião que eles têm sobre as próprias forças de segurança que estão a fazer a segurança do evento e após também os follow up. Vamos imaginar aquelas situações que têm de ser investigadas, e, neste sentido, as redes sociais podem ter um papel relevante, de auxílio no âmbito da investigação criminal e, inclusivamente, de alguma atuação policial que tenha subsistido, tentando perceber qual foi o seu impacto, se positivo ou negativo, e qual a própria atuação policial. Eu penso que as redes sociais são um bom medidor de tensão social, ou seja, se a tensão está baixa, se está normal, se está alta, penso que é uma boa forma, um bom meio para tentarmos medir esse pulso.

7. Na sua perspetiva, qual é a importância da informação para a previsão, preparação e atuação da PSP nos eventos desta natureza?

Comissário João Carvalho: Não pode haver previsão, preparação e atuação sem informação. É impossível tentar prever algo sem ter acesso a informação, sem fazer uma pesquisa, uma recolha, um tratamento e uma análise. Porém, também na preparação temos

de nos preparar para aquilo que conhecemos, mas também temos de ter consciência que podemos não ter o conhecimento todo, o que acontece na maioria dos casos, ou seja, temos de prever aquilo que desconhecemos. Tentar preparar-nos para algumas contingências que poderão ser meras possibilidades, mas para as quais temos que estar atentos. Por isso, penso que a informação é essencial, e no próprio terreno, no próprio decurso da manifestação e a forma como o decisor tem de estar informado em cada momento, quem está a comandar o policiamento tem de estar a par do que é que se está a passar, e do que é que poderá ocorrer. Penso que são estas duas perspetivas que têm de estar sempre em causa, o que é que está neste momento a passar-se, que tipo de informação é que eu tenho que me possa fazer querer que a situação esteja a correr bem, mas também ter um conjunto de informação que me permita dizer se há aqui alguma situação que eu tenha de ponderar ainda, ou que eu tenha de ter atenção em termos de contingente, para o caso de ser necessário. Nós vemos muitas vezes que as manifestações têm altos e baixos, têm algumas transformações ao nível da própria tensão que se cria nas manifestações. Vimos algumas que têm essas flutuações, pois as pessoas, em alguns momentos, estão muito calmas e depois às vezes extravasam e isso relaciona-se muito com a questão mediática. O relógio mediático também é relevante, pois as situações de maior hostilidade para com as forças de segurança acontecem muito próximas da hora dos telejornais, ou seja, há ali também uma questão organizativa, normalmente associada a essa situação, porque dessa forma a mediatização vai ser muito maior.

8. Como avalia a capacidade institucional da PSP para dar resposta a estes fenómenos no antes, no decorrer e no pós evento?

Comissário João Carvalho: A PSP tem um grande historial no que respeita a situações de ordem pública e tem conseguido adaptar-se bastante bem a estas novas tendências e a estas novas formas de convocar ou de organizar determinadas ações de protesto. Penso que a nossa capacidade é bastante boa. Obviamente não temos ou não sentimos neste momento a necessidade premente como outras organizações têm, ou que outros países têm de ter uma monitorização constante de redes sociais, ou seja, mais genericamente o open source intel. Alguns países inclusivamente têm centros específicos só para fazer o tratamento de informação existente em fontes abertas. Mas penso que a PSP tem revelado ter capacidade para se adaptar e para dar uma resposta coerente e profissional a este tipo de fenómenos. Basta dar o exemplo dos *meets*, que recentemente teve aí alguma situação, apesar da diversidade e de ser algo novo, digamos assim, foi algo que foi possível compreender em tempo as potenciais repercussões que isso poderia ter em termos de ordem pública. E penso

que tirando uma ou outra situação, algum incidente que possa ter ocorrido, este caso é demonstrativo da capacidade que a PSP tem de conseguir responder de forma profissional a estes desafios.

9. Julga que as redes sociais podem também ser utilizadas como um aliado da PSP? Se sim, de que forma?

Comissário João Carvalho: Claro que sim. Aliás, eu acho que as redes sociais são acima de tudo um aliado de qualquer instituição policial. Permite uma interação com o público e isso é essencial. Também constatamos a questão da investigação criminal conseguir ser auxiliada através da recolha de informação que se faz nas fontes abertas. Os follow ups de determinadas situações são muito mais fáceis, se antes tínhamos de recorrer muitas vezes a inquéritos de satisfação, ter de ir de porta a porta ou qualquer coisa do género, penso que hoje em dia é muito fácil de medir o pulso de como é que uma determinada situação resultou, de como é que ficou, e qual é que é a imagem e rotação institucional da PSP em determinado momento. Por isso eu penso que existem várias formas de explorar esta situação. A PSP aí também tem regulado, uma vez que tem página institucional, assim como outros comandos que também têm as suas próprias páginas nas redes sociais como, por exemplo, no facebook. Mas também penso que se poderia inclusivamente dar um passo em frente, algo que algumas polícias já deram que é precisamente criar o tal patrulheiro na rede social, ou seja, da mesma forma o patrulheiro tem dever geral de prevenção e basicamente contacto com o público em se mostrar disponível, ou seja, as pessoas muitas vezes passam mais tempo a comunicar ou a interagir nas redes sociais, do que propriamente a ter as suas vivências no dia a dia, na rua. Eu penso que aí também é uma forma muito interessante de se explorar ou, pelo menos, criar aqui um projeto-piloto onde se pudesse apostar, dependendo muito das próprias comunidades, numa vertente mais do policiamento de proximidade, mas também de esse conceito ser utilizado através do potencial das redes sociais.

Penso que o contexto legal português não cria nenhum entrave a esse patrulheiro. Se não há um entrave à criação de uma página institucional porque é que existiria um entrave legal? Eu até penso que o contexto legal português é o que existe, e nós não temos de considerar a lei como um entrave a nada, ou seja, a lei existe e nós temos o dever de fazer cumpri-la e de a cumprir. Mas penso que hoje em dia, no quadro legal português, existe um certo vazio no que diz respeito a esta matéria, mas penso que nada impediria ou impede neste momento a criação, por exemplo, da patrulha virtual. Quando eu digo patrulha virtual não é um

patrulheiro para controlar ou policiar o ciberespaço, o que eu refiro é ter uma página que corresponde a um perfil, por exemplo de facebook, e que corresponda ao elemento que as pessoas conhecem. Neste caso, imagine um elemento que faça um policiamento de proximidade e que esteja integrado no comércio seguro e que conhece os comerciantes, por que razão é que ele também não há de estar disponível nas redes sociais, quando muita da parte do comércio também se faz valer das redes sociais para promover a sua atividade? Por exemplo, os conselhos de segurança que muitas vezes são dados de boca a boca poderão ser dados através da utilização de perfis.

10. O contexto legal português apresenta algum entrave à preparação e à própria ação da PSP? E quanto à obtenção de informação nas redes sociais?

Comissário João Carvalho: Eu desconheço restrições, ou seja, quando estamos aqui a falar de informação digamos que existe o aproveitamento daquilo que é possível usufruir. Existe a capacidade dos elementos que utilizam as redes sociais de fecharem ou restringirem os seus perfis, e essas restrições são as restrições de cada um, ou seja, se alguém tem um perfil restrito, provavelmente não vão recolher informação, se o elemento tiver o perfil aberto, os eventos neste caso, para os eventos fechados, não se hão de traduzir em grande tipo de adesão, por isso há sempre alguma forma de abertura. Obviamente, em algumas situações que são consideradas como crime, o quadro legal português permite através de mandatos judiciais a avaliação, por exemplo, a obtenção da informação de quem é o endereço de *internet protocol* (IP). Todavia, isso já se verificava antes, por isso é que eu acho que o contexto legal português neste momento não me parece desadequado e o mesmo não poderá constituir um entrave. Como disse anteriormente, o que a lei entender que se deve fazer ou não se deve fazer é precisamente o que nós cumprimos.

11. Está preocupado com a evolução e com o futuro deste tipo de fenómenos? Se sim, quais considera ser os novos desafios que advêm destes fenómenos para os PSP?

Comissário João Carvalho: Não estou preocupado. Estou sim curioso de ver a evolução não tanto destes fenómenos, mas na forma de como as próprias redes sociais vão evoluir e em que plataformas. As novas plataformas que possam surgir, as novas formas de contacto que nós neste momento não conseguimos descortinar. Certamente irão existir no futuro outras formas de comunicar, mas penso que a evolução deste tipo de fenómenos concentrar-se-á numa certa invisibilidade social. Penso que no futuro também será cada vez mais presente uma outra forma, que é o ativismo, isto é, a utilização do ciberespaço para a

promoção de protesto, ou seja, o protesto único e exclusivamente no ciberespaço e acho que essa situação é importante.

Também obviamente o que me preocupa é a questão da desinformação e a capacidade de desinformar. Penso que para nós essa situação também é importante descortinar, porque se cada vez mais as pessoas ou alguém com questões hostis perceber que nós obviamente fazemos um acompanhamento genérico do que se passa nas redes sociais e noutros fóruns, claro que poderá explorar isso a seu favor, disseminando falsa informação ou querendo desinformar inclusive o público relativamente a algumas situações. E penso que também, acima de tudo, os principais desafios advêm da incerteza. Esta é criada pela volatilidade que normalmente está associada a este tipo de fenómenos, bem como a ambiguidade e o seu carácter difuso. A ambiguidade aqui muitas vezes não se percebe muito bem qual é o objetivo de uma determinada situação. E penso que é propositado por parte de alguns promotores não esclarecer bem, ou seja, ser algo tão genérico que toda a gente se revê basicamente nessa mesma situação. Na volatilidade verificamos que se criam perfis atrás de perfis, uns acabam outros começam, ou seja, há um carácter muito volátil e difuso. Outro ponto é saber quem é que organiza. Quem são as pessoas que vão? Quem é que adere? E penso que estas situações todas se ligam muito à questão da incerteza. Penso que esta é a medida que nós estamos sempre a tentar combater, ou seja, perante esta evolução, que novas formas de incerteza é que nos vão ser suscitadas e de que forma é que nós podemos responder para diminuir essa incerteza. Esse é o nosso grande desafio.

Apêndice D – Entrevista ao Exmo. Inspetor Superior César Inácio

Nome do Entrevistado: César José de Jesus Inácio

Local: Coimbra

Cargo/Posto: Diretor Regional do Centro do SEF/Inspetor Superior da carreira de investigação e fiscalização

1. Na sua perspetiva, qual foi o impacto que a globalização e o surgimento da *internet* tiveram na forma como a sociedade está organizada?

Inspetor Superior César Inácio: Um impacto determinante, porquanto vieram concretizar de forma direta e imediata a noção de uma unidade inequivocamente humana – pertencemos e agimos em proximidade direta a partir de qualquer ponto do planeta. Estamos presentes e impomos a nossa presença e as nossas opiniões ultrapassando fronteiras físicas e administrativas, e obrigando toda a sociedade a responder de forma mais rápida e mais eficaz.

2. No seu ponto de vista, a forma de organização da sociedade contemporânea e as facilidades em termos de comunicação, onde se podem incluir as redes sociais, potenciam o surgimento de novos fenómenos a nível social?

Inspetor Superior César Inácio: Sem dúvida que sim. A velocidade com que se propaga a informação, os seus efeitos e as respostas seguem em padrão idêntico. As mudanças culturais que no passado demoravam séculos, décadas, anos a consolidar alterações comportamentais, hoje surgem em horas ou semanas e no extremo até em minutos. O nosso estilo de vida está a ser alterado a uma velocidade nunca testemunhada.

Esta “aldeia-global” passa a gerar alterações na ordem política, económica, social, mediante uma utilização intensa de novas tecnologias que exploram de forma consolidada a comunicação de dados. A intensidade de uma comunicação facilitada a nível global vem favorecer o relacionamento económico, político e cultural entre Estados, ao mesmo tempo que permitiu uma mais ampla difusão de valores comuns.

As redes sociais permitem a criação de alternativas aos modelos existentes, consolidando-se assim como fonte geradora de novos fenómenos sociais com grande poder e que com facilidade superam quaisquer fronteiras.

3. O manifesto e o protesto não são algo de novo na nossa sociedade. Considera que as novas tecnologias alteraram, de alguma forma, os mesmos? Se sim, julga que existem novos desafios para a segurança associados a essas mesmas transformações?

Inspetor Superior César Inácio: Sim. Hoje existem novas dimensões de ameaça, facilidades acrescidas ao nível da difusão de ideias radicais e uma enorme capacidade de amplificação da ameaça e da mensagem. As novas tecnologias potenciam de forma célere a criação de novos centros de poder pondo em crise o Estado-Nação. Poder-se-á falar até de um quase fenómeno de “tribalização” – surgem grupos de interesses diferenciados com motivações próprias e de origem diversa (emocional, política, religiosa, de protesto, etc.) que se congregam em “tribos” eletrônicas e que podem desencadear novos desafios para a segurança interna e externa dos Estados.

4. Na sua ótica, no contexto internacional, quais foram os fenómenos que podemos caraterizar como *mediated crowds* que tomaram proporções físicas com mais impacto na sociedade? E no contexto nacional?

Inspetor Superior César Inácio: Os recentes desenvolvimentos na chamada “Primavera Árabe” constituem um fenómeno que inequivocamente se pode associar a esta nova realidade virtual. As ondas de protesto no Egipto, Tunísia e Líbia tiveram o seu epicentro no protesto virtual, na manifestação em rede que foi crescendo até ao limite de deposição do poder instalado do Estado.

A nível nacional não encontro memória maior do que os chamados *meets* em que um conjunto de jovens se organiza em plataformas virtuais, tais como o *Facebook* ou o *Twitter* para imporem a sua presença em eventos públicos (concertos de música) ou em espaços comerciais. Lembro-me de episódios noticiados na imprensa em relação a este tipo de situação.

5. Nem todos os fenómenos deste tipo que são idealizados na esfera digital têm a adesão no espaço físico desejada pelos seus promotores/impulsionadores. Quais, na sua opinião, julga serem os fatores chave que levam à mobilização e ao sucesso dos mesmos?

Inspetor Superior César Inácio: Acredito que o fator emocional está diretamente ligado ao sucesso destas iniciativas. A partilha de um mesmo conteúdo emocional e de sentimentos de revolta/queixa conjugado com contextos sociais de desemprego e falta de integração no

modelo de sociedade projetado nos media, constituirão, na minha opinião, oportunidade de sucesso para este tipo de fenómeno.

6. No contexto nacional, qual considera ser o papel das FSS perante estes fenómenos? De que forma pode atuar as FSS, não só no decorrer do evento, bem como antes e após o mesmo?

Inspetor Superior César Inácio: As FSS têm por missão garantir a segurança dos cidadãos e a integridade das instituições e do Estado. Nesses termos e neste como noutros contextos, cabe-lhes um papel cada vez mais proactivo, o que obriga a um cada vez maior investimento na análise da informação, na formação de peritos em informática e na proximidade com os cidadãos. A atuação policial tem que ser compreendida pelos cidadãos, mesmo por aqueles que se encontram nas margens da sociedade. O esforço de atualização/formação deverá ser constante.

A partilha de informação entre as FSS deve ser constante e orientada por e para estruturas de coordenação comuns que possam desencadear ações eficazes de controlo e combate perante fenómenos geradores de crise.

7. Na sua perspetiva, qual é a importância da informação para a previsão, preparação e atuação da FSS nos eventos desta natureza?

Inspetor Superior César Inácio: Tal como referi antes, considero que ao nível da análise da informação deve ser feito um importante investimento. As FSS neste tipo de eventos terão sempre uma intervenção mais eficaz se o seu posicionamento for proactivo. O acompanhamento das plataformas virtuais por especialistas em salas de situação imprimirá rapidez à resposta operacional.

8. Como avalia a capacidade institucional das FSS para dar resposta a estes fenómenos no antes, no decorrer e no pós evento?

Inspetor Superior César Inácio: As FSS têm feito um esforço consolidado de adaptação aos desenvolvimentos na área das novas tecnologias e considero que, não obstante ser sempre um trabalho inacabado, reúnem condições para garantir resultados eficazes no futuro.

9. Julga que as redes sociais podem também ser utilizadas como um aliado das FSS? Se sim, de que forma?

Inspetor Superior César Inácio: Sem dúvida. As redes são um elemento que permite às FSS uma aproximação efetiva com os cidadãos e a sociedade. As redes sociais são também uma oportunidade para interagir com o meio envolvente, recolhendo e fornecendo informação fidedigna.

10. O contexto legal português apresenta algum entrave à preparação e à própria ação das FSS? E quanto à obtenção de informação nas redes sociais?

Inspetor Superior César Inácio: Não, desconheço.

11. Como Oficial das FSS está preocupado com a evolução e com o futuro deste tipo de fenómenos? Se sim, quais considera ser os novos desafios que advêm destes fenómenos para as FSS?

Inspetor Superior César Inácio: Constituindo uma evolução social, estes novos fenómenos constituem por si fatores de risco e de crise para a sociedade no seu todo. Nem tudo são vantagens no mundo cibernético. A invisibilidade dos indivíduos e das suas reais intenções, o carácter difuso das ameaças, a desinformação constante, a possibilidade de utilizações oportunistas de grupos extremistas, a multiplicação de focos de crise e a maior mediatização da intervenção policial, constituirão elementos de preocupação para as FSS no presente e no futuro. A sua capacidade de investimento e de adaptação proactiva a esta realidade serão os maiores desafios.

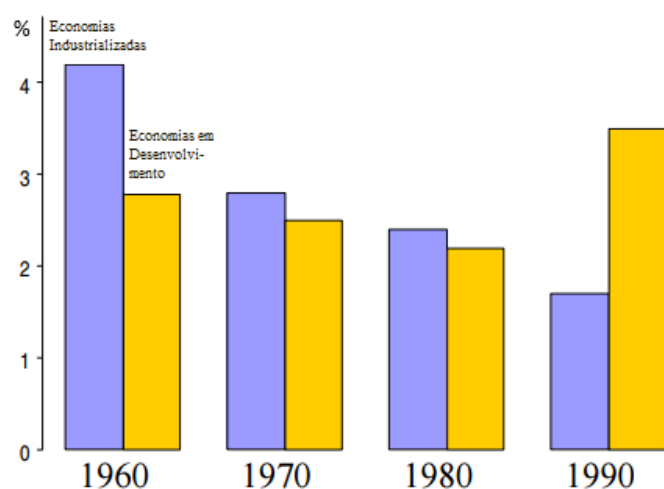
Anexo I – Tabela com várias definições de globalização

Definições de Globalização	Autor
Propomos que a palavra designe o alargamento a todo o planeta • De um modo de produção (o capitalismo, na sua fase de capitalismo financeiro); • De uma ideologia e de uma forma de governo (o neoliberalismo); • Da dominação cultural, comercial e, se necessário, militar, pelos países ocidentais.	Academia Sindical Europeia (ASE, 2004)
A globalização é um fenómeno complexo de muitas repercussões. Não é, por conseguinte, surpreendente que o termo “globalização” tenha adquirido numerosas conotações emocionais (...). No limite ela é considerada como uma força irresistível e benéfica que trará a prosperidade económica a todos os habitantes do mundo. No outro extremo, vê-se nela a fonte de todos os males contemporâneos.	Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização
É uma força condutora central por trás das rápidas mudanças sociais, políticas e económicas que estão a remodelar as sociedades modernas e a ordem mundial.	David Held (1999)
O conceito de Globalização implica primeiro e acima de tudo um alongamento das atividades sociais, políticas e económicas através de fronteiras, de tal modo que acontecimentos, decisões e atividades numa região do mundo podem ter significado para indivíduos e atividades em regiões distintas do globo.	David Held (1999)
Falar de mundialização é evocar a dominação de um sistema económico, o capitalismo, sobre o espaço mundial. (...) A mundialização é também, e sobretudo, um processo de contornar, atenuar e, por fim, dismantelar fronteiras físicas e regulares que constituem obstáculo à acumulação do capital à escala mundial.	Jacques Adda (1996)
Fundamentalmente, é a integração mais estreita dos países e dos povos que resultou da enorme redução dos custos de transportes e de comunicação e a destruição de barreiras artificiais à circulação	Joseph Stiglitz (2004)

transfronteiriça de mercadorias, serviços, capitais, conhecimentos e (em menor escala) pessoas.	
A Globalização pode definir-se como um processo social através do qual diminuem os constrangimentos geográficos sobre os processos sociais e culturais, e em que os indivíduos se consciencializam cada vez mais dessa redução.	Malcolm Waters (1999)
Podemos definir globalização como um processo que tem conduzido ao condicionamento crescente das políticas económicas nacionais pela esfera megaeconómica, ao mesmo tempo que se adensam as relações de interdependência, dominação e dependência entre os atores internacionais e nacionais, incluindo os próprios governos nacionais que procuram pôr em prática as suas estratégias no mercado global.	Mário Murteira (2003)
A globalização é simplesmente uma versão atual do colonialismo.	Martin Kohr citado em (Bonaglia, 2006)

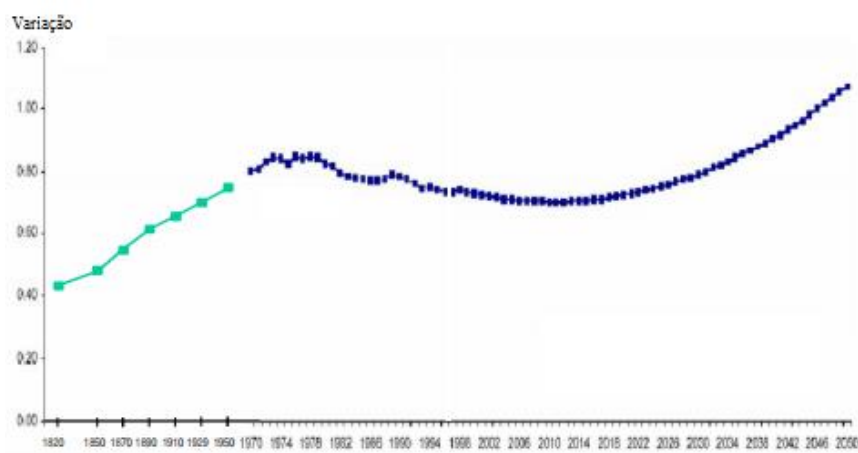
Fonte: Campos, L. & Canavezes, S. (2007), pp. 13-14.

Anexo II – Gráfico comparativo de crescimento entre países industrializados e em vias de desenvolvimento



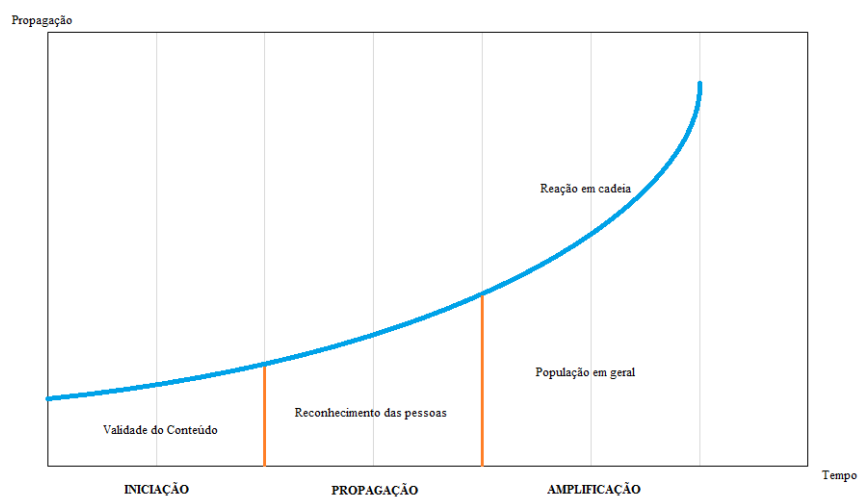
Fonte: Dollar (2005), p.13.

Anexo III – Gráfico de tendências do nível de pobreza



Fonte: Dollar (2005), p. 21.

Anexo IV – Modelo de Propagação do conteúdo via *online*



Fonte: Adaptado de Russ (2007), p. 70.